

MARIA APARECIDA JUNQUEIRA DA VEIGA GAETA

A Flor do Café e o Caldo da Cana

OS CAMINHOS DE
SINHÁ E QUITO JUNQUEIRA



MARIA APARECIDA JUNQUEIRA DA VEIGA GAETA

A FLOR DO CAFÉ E O CALDO DA CANA:

OS CAMINHOS DE
SINHÁ E QUITO JUNQUEIRA



FUNDAÇÃO SINHÁ JUNQUEIRA

**A FLOR DO CAFÉ
E O CALDO DA CANA**

**OS CAMINHOS DE
SINHÁ E QUITO JUNQUEIRA**

AGRADECIMENTOS

Este livro é tributário do apoio e do incentivo de muitas pessoas que nos estimularam a folhear velhos livros e com uma “lupa” rastrear intrincados manuscritos, bem como a percorrer diversos Cartórios.

Alguns parentes e amigos nos receberam gentilmente em suas casas oferecendo as suas memórias orais, sanando os vazios deixados pelos registros escritos: Lucilla Junqueira Uchoa reconstruiu fatias do universo cotidiano da família Junqueira, sobretudo as estratégias “casamenteiras” adotadas pelos seus membros. “Beni” Junqueira (*in-memorian*) ampliou e acrescentou as informações sobre a família. Temos ainda presente sua voz narrando eventos: “mamãe conheceu papai durante uma Cavahada, entre parentes, em Batatais”. O depoimento do Sr. “Bibia” Junqueira (*in-memorian*) foi fundamental para “amarrar” fios cujas pontas não se ajuntavam nos velhos papéis.

As narrativas do Sr. Romeu Pinheiro, hoje com 84 anos, com sessenta e dois anos de “Usina” e que conviveu com o Cel. Quito, constituíram-se num arquivo oral. À todos a nossa dívida.

Os textos que compõe este livro foram gestados durante os anos de 1983 a 1986, porém permaneceram “em conserva” até o início de 1993, quando o Dr. Luis Carlos Gomes de Soutello acreditou na possibilidade de uma publicação, e que tornou-se uma realidade com o apoio da Diretoria da Fundação Sinhá Junqueira.

SUMÁRIO

A FLOR DO CAFÉ E O CALDO DA CANA: OS CAMINHOS DE SINHÁ E QUITO JUNQUEIRA

1ª PARTE: A FAMÍLIA JUNQUEIRA

A árvore e os frutos	13
Os Junqueiras em São Paulo	17
Os Junqueiras em Ribeirão Preto e o Solar do Lageado	23
A fazenda Olhos D'água	25

2ª PARTE: FRANCISCO MAXIMIANO JUNQUEIRA: O CAMPO E A CIDADE

O café e o cafeicultor	31
Cel Quito: um plantador de café	34
Atividades mercantis e políticas	45
A Usina Açucareira	53
Cel Quito: um plantador de cana	59

3ª PARTE: D. THEOLINA DE ANDRADE JUNQUEIRA: A "ETERNA" DAMA

Sinhá Junqueira	69
Os legados assistenciais	70
A "mãe" dos órfãos	71
A Fundação de Assistência Social Sinhá Junqueira	74

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Mapa	12
Árvore Genealógica	16
Iconografia	80
Fontes	98
Bibliografia Sumária	99

CONSELHO ADMINISTRATIVO DA FUNDAÇÃO
SINHÁ JUNQUEIRA

1 – *Paulo Francisco Vilela de Andrade*
– Presidente

2 – *João Paulo Musa Pessoa*
– Vice Presidente

3 – *Bernardo Luís Rodrigues de Andrade*
– Secretário

4 – *Maria Helena Junqueira da Veiga Serra*

5 – *Paulo Sebastião Gomes Cardozo*

6 – *Luiz Carlos Gomes de Soutello*

7 – *Francisco Roberto de Rezende Junqueira*

8 – *Maria Luiza Scarano Arantes Rocco*

DIRETORIA EXECUTIVA
MANDATO DE 01/06/94 A 31/05/97

1 – *Maria Helena Junqueira da Veiga Serra*
– Presidente

2 – *Bernardo Luís Rodrigues de Andrade*
– Diretor Administrativo

3 – *Luiz Carlos Gomes de Soutello*
– Diretor Financeiro

4 – *Paulo Sebastião Gomes Cardozo*
– Diretor de Assistência Social

AUTORA

Maria Aparecida Junqueira da Veiga Gaeta, nasceu em Ribeirão Preto. Graduou-se em História pela FFCL "Sedes Sapientiae", PUC-São Paulo. É Mestre em História pela Universidade Estadual Paulista-UNESP. É Doutora em História pela Universidade de São Paulo-USP. Atualmente é professora nos cursos de Pós-Graduação e Graduação da Universidade Estadual Paulista-UNESP, *Campus* de Franca.

INTRODUÇÃO

O livro que ora apresentamos trata-se da leitura de trajetórias individuais, porém profundamente trançadas com o coletivo social. Assim, iluminar experiências pessoais vivenciadas no passado, reconstruindo suas formas de ação e de representação, constituem-se em Memórias que em seu conjunto formam o substrato social de uma comunidade, de uma região, ou de um país.

Memória não é só passado em forma de recordação, mas um fato histórico, um documento que fala do passado e do presente, onde atuam fatores de ontem e de hoje. Lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar com imagens de hoje as experiências do passado. Nesta dimensão é que pretendemos abordar as histórias de vida do casal Quito e Sinhá Junqueira.

Não se trata da reunião de um amontoado de fatos desenraizados de uma determinação histórica de tempo e de espaço, mas sim, de inseri-los dentro de um contexto de expansão e colonização do oeste paulista. Refletir o passado deste casal significa, pois, numa reflexão sobre a própria história das regiões por onde passaram, atuaram e transformaram, enquanto sujeitos sociais, isto é, como personagens históricos de seu tempo.

Preocupada com a questão das classes no processo histórico, a historiografia contemporânea vem privilegiando as estruturas econômicas e sociais de tal forma que o indivíduo, o sujeito histórico, quase que desapareceu do cenário de estudos, perdendo-se com isso muito da ação individual, dentro das historicidades. Nesse espaço é que tentamos o resgate biográfico de personagens que estiveram presentes no processo de consolidação regional paulista.

Este livro se propõe, portanto, rastrear os diversos momentos destes agricultores e, nesta senda, referências pontuais como: gestos, palavras, desejos, aborrecimentos, foram integrados num tecido de correspondências que comporão a essência de uma obra empresarial e assistencial.

Nesta tentativa de soprar-mos vida e iluminarmos a opacidade destas trajetórias, buscaremos inicialmente a ancestralidade do casal, tecendo aspectos genealógicos da família Junqueira; a formação patrimonial familiar e os elementos estruturais que ancoraram as atividades agrárias, comerciais e industriais do casal Quito e Sinhá Junqueira.

1ª PARTE

A FAMÍLIA JUNQUEIRA

PÁGINA 011 EM BRANCO

A ÁRVORE E OS FRUTOS

A trajetória de Francisco Maximiano Junqueira, o Cel. "Quito" e sua esposa Theolina de Andrade a "Sinhá", tem início no século XVIII, com a descoberta de minas de ouro na região central do Brasil, o que provocou significativo fluxo populacional para essa região. Forasteiros eram cada vez mais numerosos, vindos das mais diversas regiões brasileiras, ou de Portugal. Uma imensa população branca formada por minhotos, portuenses, transmontanos, beirões e açorianos, instalou-se por toda a região das "Gerais".

Nem todos que ai chegaram procuraram entretanto, as atividades mineratórias, preferindo alguns uma ocupação mais estável, mais sedentária, que as lavras pelo seu caráter de fugacidade e itinerância, não ofereciam.

A Comarca do Rio das Mortes, em Minas Gerais, onde se localizavam cidades como: São João Del Rei, Santana da Lavras do Funil, Carrancas, Aiuruoca, Pouso Alto, Baependi, São Tomé das Letras, Campanha do Rio Verde, Bambuí, entre outras (1), caracterizava-se por essa economia mais permanente. Seus moradores na sua maioria eram pessoas que se dedicavam à agricultura.

Era a região mais populosa na época e também a mais abundante de toda a capitania em produção de grãos, hortaliças e frutos nacionais. Abastava, a toda as Gerais, de queijos, gado, carne de porco, etc. (2).

A localização geográfica da vila de São João Del Rei, mais perto do Rio de Janeiro, centralizando as atividades do sul da Capitania e tendo acesso muito próximo ao Caminho Real, permitiu que a Comarca, que nunca dependera demasiadamente da mineração, superasse a crise econômica que se abateu sobre a capitania depois de 1.798. Nela estavam as propriedades agrícolas mais importantes. Nos anos de declínio aurífero, a prosperidade e a fartura da cabeça da Comarca são exceções, assim como a abastança e a boa direção de algumas propriedades rurais espalhadas pela Comarca (3).

Documentos revelam um maior número de agricultores, mesmo no período áureo do ciclo da mineração. Apontam ainda que quase todos os moradores desta Comarca eram de origem portuguesa, sobretu-

do provenientes do Arcebispado de Braga, além dos oriundos do Porto e outros vindos de Angra. Constituíam-se, portanto, de reinóis oriundos do Minho, e de Trás-os-Montes, da região portuense do Vale do Douro e das Beiras. De Lisboa ou sul de Portugal, poucos. Assim, uma imensa maioria de portugueses agricultores a maior parte, justamente porque advindos das províncias tipicamente agrícolas do reino (3) é que povoaram essa região das Gerais (4).

Esta Comarca foi o local que atraiu o português João Francisco, procedente da região do Minho, no Arcebispado de Braga (5). Batizado em 1.727, na pequena aldeia de São Simão da Junqueira, termo de Barcelos era filho de João Manuel e Ana Francisca, casal de origem burguesa e cristã (6).

Combinando um imaginário de aventuras e ousadias, herdado dos velhos marinheiros portugueses ao temperamento ambicioso, este jovem decide sair para o além-mar, na construção de seu destino. Assim, ao lado do irmão mais moço, Gabriel, que preferiu fixar-se na Bahia, João Francisco, "o da Junqueira", radicou-se no Brasil, na capitania de Minas Gerais.

Oriundo de uma região campesina, procurou um local onde pudesse prosseguir as antigas atividades de seus antepassados, daí a escolha da Comarca do Rio das Mortes. Com sua chegada à terras das "Minas Gerais", desabrochará a história de uma das mais tradicionais famílias do sudeste brasileiro: a família Junqueira.

João Francisco, estabelecendo raízes em terras mineiras, casou-se (1.758) em São João Del Rei, com Helena Maria do Espírito Santo, também mineira, de Campanha. De seu casamento nasceram doze filhos. Faleceu em 1.819, em São Tomé das Letras, local onde construiu a igreja e onde foi sepultado (8).

O trabalho persistente possibilitou ao português João Francisco uma boa situação financeira, a qual lhe permitiu a compra de uma propriedade agrícola. O desinteresse pela mineração que lhe oferecia uma fortuna rápida, porém fugaz, revela que João Francisco, o Junqueira, optou por um caminho mais longo e mais lento, porém o mais estável. Esta sedimentação nos trabalhos com a terra e o interesse pelas atividades pastoris foram traços fortes no perfil deste patriarca os quais imprimiu-os em milhares de seus descendentes, que ainda hoje, dois séculos após, conservam às mesmas fainas que o velho português se dedicou.

Adquiriu do bandeirante paulista João Favacho, terras na vila Santa Maria de Baependí, distrito de Cruzília (7). O solar do Favacho

tornou-se então a sede de suas propriedades e na capelinha construída em 1.761, em louvor a São José do Favacho, seus filhos e netos foram batizados e se casaram. Gradualmente este patrimônio foi sendo ampliado, pois ao morrer legou à seus filhos outras propriedades criatórias e agrícolas, como as de: Campos Alegre, Bela Cruz do Jardim e Santo Inácio, todas na Comarca do Rio das Mortes.

Este casal foi, portanto, o tronco de uma grande árvore, cujos ramos cresceram, se intrincaram, formando uma gigantesca copa representada pelos descendentes esparramados pelos mais diversos pontos do país.

O genealogista Francisco Brotero, no livro "A Família Junqueira", descreve toda a sua descendência, mas é a de uma de suas filhas que de perto, nos interessa neste estudo.

A terceira filha do patriarca Junqueira chamou-se Maria Francisca de Encarnação e foi casada com Gabriel de Souza Diniz, também português e procedente da mesma região do Minho. O casal possuiu diversas propriedades, como a fazenda Santo Inácio, localizada em Lavras, e a Fazenda da Traituba, na serra do mesmo nome, no atual município de Caxambu. Foram conhecidos na região como "o casal de Traituba". No inventário de Maria Francisca (1.822), lavrado em São João Del Rei, constam os dez herdeiros, seus filhos: Genoveva Clara; João Pedro; Ana Claudina; Joaquina; Francisco; Francisco Antônio, Antônio Sancho; Helena Fausta; Mariana Dórida; Júlia (9).

Este será o ramo da família, sobre o qual nos debruçaremos.

Notas

1. Mapa da Comarca do Rio das Mortes.
2. CARRATO, José Ferreira. *Igreja, Iluminismo e Escolas - Mineiras Coloniais*. São Paulo, Nacional, 1968, p. 263 e 55.
Ver TEIXEIRA, José João. Instrução para o Governo da Capitania de Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 7, p. 502.
3. CARRATO, op. cit.
4. Arquivo Metropolitano de Mariana. Livros de Visitas e Devassas do Bispado de Mariana 1763.
5. Região do Minho a mais tradicional das regiões de Portugal, vivia da atividade rural e desde a ocupação romana notabilizou-se no cultivo da vinha, milho e diversos cereais, além de produzir os melhores vinhos verdes portugueses. A sua forte densidade demográfica, provocou uma maciça emigração masculina.
6. BROTERO, Frederico de Barros. *Memórias e Tradições da Família Junqueira*, 2ª ed. São Paulo, Scp, 1950. p. 113.
7. JUNQUEIRA, Odete. *Nossas Origens*. Rio de Janeiro, Linerj Editora, 1982. p. 48.
8. BASTOS, Adélia Diniz Junqueira. *Lendas e Tradições da Família Junqueira*. São Paulo, Hucitec, 1980. p. 11

OS JUNQUEIRAS EM SÃO PAULO

“Mineiros vieram abrir fazendas em terras paulistas”

As terras virgens do Nordeste paulista, atraíram, sem dúvida alguma, criadores e agricultores mineiros que se fixaram ao longo da “Estrada dos Goyases”, a qual ligava a capitania de São Paulo às regiões de Goiás e Mato Grosso. Passando por Campinas, Mogi Guaçu, Casa Branca, Tambaú, Cajuru, Altinópolis, Batatais, Patrocínio Paulista, Franca, Ituverava, Igarapava, chegava ao Rio Grande. De São Paulo até aí percorriam-se 90 léguas (1).

Com declínio da mineração, moradores das Gerais, principalmente os da Comarca do Rio das Mortes, iniciaram esse fluxo migratório em busca de novas terras, para a criação de seu gado e plantio de suas lavouras. À medida que a pecuária se expandia, os mineiros foram cada vez mais se aproximando dos confusos limites da capitania de São Paulo (2).

Descendo pelo Pardo, Moji Guaçu, rio Grande e seus afluentes, ou penetrando por Moji Mirim, Caldas, Jacuí e Franca, os criadores mineiros adentraram pela capitania de São Paulo em busca de terras e pastagens. Não resta dúvida de que foram as terras a atração primordial dos criadores mineiros. Fixaram-se no Bello Sertão da Estrada dos Goyases e ao longo dela é que nasceram as freguesias, as vilas e é também por ela que os carros de boi circulavam carregados de mantimentos que vão ser consumidos e revendidos por Campinas e São Paulo. Tropas de bestas recortavam o sertão, comprando e trocando produtos.

Os povoadores do sertão do nordeste paulista eram precipua-mente criadores, não deixando de ser, contudo, também agricultores.

Oriundos de lugares onde o cerrado predominava, os mineiros tinham prática no preparo das terras recobertas por esse tipo de vegetação: bastava atear-lhe fogo e esperar o desabrochar das pastagens (3).

Assim, vieram os Marques, os Andrades, os Barcelos, os Junqueiras, os Ferreiras, os Arantes, os Alves, os Nogueiras, os Figueiredos, os Vilelas, os Faleiros, os Farias, pioneiros que aí chegaram acompanhados por seus familiares e escravos. Abriram fazendas, montaram engenhos e passaram a viver de uma agricultura de subsistência e da pecuária extensiva, povoando a região que medeia os rios Moji Guaçu, Pardo e Grande.

A polidez dos mineiros ressaltava-se diante da rusticidade dos paulistas. Vindos de vilas mais povoadas como Vila Rica, São João Del Rei, Barbacena, que se diferenciavam das acanhadas provocações paulistas, seus habitantes eram mais dinâmicos, organizados, previdentes, limpos e urbanos. Foram os viajantes europeus que visitaram, naquela época, essas regiões paulistas que ressaltaram estas diferenças entre o estilo de vida dos migrantes e os dos antigos moradores: "os mineiros, nascidos geralmente na Comarca de São João Del Rei, diferem bastante de seus vizinhos paulistas. A limpeza reina em suas casas, eles são mais ativos, bem mais inteligentes, menos descorteses e mais hospitaleiros que os legítimos paulistas dessa região. Conservam todos os hábitos e costumes de sua terra natal" (4). Não eram paupérrimos como os velhos paulistas, eram famílias patriarcais, com mais de dez filhos, muitos agregados e escravaria numerosa, afirma Saint Hilaire.

"Os mineiros chegaram com os seus rebanhos às terras mais férteis onde o humus não se exauriu e ainda há matas para fazer a roça de milho, com a qual criam os porcos e fazem a farinha e o feijão plantado entre as filas do milho. Tinham, pois, no toucinho e na farinha a base de sua dieta, herdados dos paulistas bandeirantes. Perto da mata havia campos em grande extensão para criar, fora do estábulo, o gado "vacum". Do queijo, da venda de bois e dos suínos vivos, ou reduzidos a toucinho, tiram o necessário para a compra do sal e do ferro e produtos do além-mar" (5). A economia dessa zona estava pois intimamente ligada à região do Rio das Mortes, que, por sua vez, relacionava-se com a cidade do Rio de Janeiro.

A estrada dos Goyases com suas possibilidades de comércio e os cerrados com sua facilidade de circulação e preparação dos pastos, au-

xiliados por um clima brando, tal qual o de sua região de origem, contribuíram decididamente para o estabelecimento dos povoadores dentro dos latosolos vermelho-amarelos, aí se concentrando até que a lavoura cafeeira e o adensamento populacional os impulsionaram para a conquista das grandes zonas de latosolo roxo. Nessas áreas do Sertão, famílias mineiras forjaram suas bases econômicas, uma organização política, religiosa, judiciária e humanizaram a paisagem. Em Cajuru, Franca, Orlândia, Batatais, Ribeirão Preto, Cravinhos, São Simão, Barretos, Ituverava, Igarapava, entre outras cidades permanecem ainda hoje, os decendentes destes pioneiros estabelecendo uma lembrança viva desta obra povoadora (6).

A Mudança para o "Sertão" das "Terras Roxas"

Os netos do português "Junqueira" também ouviram falar das férteis terras de São Paulo. A ousadia, a experiência com os trabalhos da terra, o capital adquirido e o desejo de reproduzi-los os instrumentalizaram a partir para o "Sertão". O nordeste paulista foi o destino escolhido por esses jovens que numa projeção de futuro começaram os preparativos para a "grande viagem". São de 1.820 as primeiras notícias referentes à presença de alguns membros da família Junqueira nessas terras paulistas.

O Cel. João Pedro Diniz Junqueira, segundo filho do "casal de Traituba", escolheu a região de Batatais para se estabelecer, comprando uma sesmaria no ribeirão Batatais (1.820) (7).

Genoveva Clara, com seu marido e primo Francisco Antonio Junqueira radicaram-se no atual município de Orlândia, às margens do Ribeirão do Rosário, abrindo a fazenda Invernada (1.816). Helena Fausta, casada com João José de Carvalho, também acompanhou o casal anterior. Instalaram-se no município de Morro Agudo, onde abriram a fazenda Santo Inácio. Os dois casais fizeram uma posse de aproximadamente setenta mil alqueires de terras, compreendendo os atuais municípios de Orlândia, Guaíra, Barretos, Colina, Terra Roxa, Jaborandi, Morro Agudo e parte de Viradouro (8).

Francisco Antônio Diniz Junqueira, também filho do "casal de Traituba", nascido em Baependi e casado com Mariana Constança de Andrade, a exemplo de seus irmãos, primos e cunhados também, buscou as terras paulistas. Atraído por suas qualidades e boas pastagens bem como, pelas possibilidades de multiplicação de capitais, dirigiu-se à Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Franca, adquirindo aí grandes propriedades próximas ao Rio Sapucaí e tornando-se na região um prestigiado líder político. Foi eleito 1º Capitão Mor da Vila (9), porém jamais exerceu efetivamente este cargo, pois dizia que sua residência era na Província de Minas Gerais e que só vinha a São Paulo tratar de negócios (10). Foi mais tarde chefe do Partido Conservador, desta cidade.

Francisco Antônio era avô de Mariana Constança de Andrade Junqueira, mãe de Francisco Maximiano Junqueira, o Cel. Quito, que vem a ser sobrinho e bisneto materno deste chefe político. Era avô também de Martiniano Francisco da Costa, pai de Theolina Andrade da Costa, conhecida como Sinhá Junqueira, que vem a ser sua bisneta. Deixou Francisco Antônio, nesta região de Franca, numerosos descendentes os quais muitos aí residem.

Deixou também a casa paterna em Traituba, o casal Ana Claudina Diniz Junqueira, e o Alferes Luiz Antônio de Souza Diniz. Primos legítimos esse casal terá destaque neste estudo, pois dele descendem quase todos os Junqueiras de Ribeirão Preto, sendo avós paternos de Francisco Maximiano Junqueira, o Cel. Quito, objeto de nosso estudo.

"Buscando a província de São Paulo, onde já se encontravam suas irmãs Genoveva Clara e Helena Fausta, Ana Claudina e seu marido chegaram à região de São Simão enfrentando sérias dificuldades num ano de muitas seca", relata Adélia Diniz Junqueira (11). Afirma, ainda, que o casal encontrou sérios problemas no local onde arrancharam, devido às queimadas que enfrentaram e que destruíram as plantações e ranchos que haviam construído. Não desanimaram contudo, pois filhos, mucamas, escrituras e moedas foram salvos, possibilitando um "começar de novo".

Adquiriram uma extensa área de terras em São Simão, às margens do rio Mogi e bacia do rio da Onça, localizada na sesmaria do Onça, e nesse local formaram o solar do Lageado, uma propriedade de

78.000 alqueires cujas terras hoje pertencem aos municípios de São Simão, Cravinhos, Ribeirão Preto e Sertãozinho.

Observa-se que os Junqueiras, ao migrarem da Comarca do Rio das Mortes para a Província de São Paulo, escolheram o nordeste paulista e fixaram-se na região da antiga Estrada dos Goyases, dentro de um grande fluxo migratório de mineiros agricultores e criadores. Contudo, não eram aventureiros em busca de uma fortuna rápida. Buscavam sim, um desdobramento de seus negócios, pois vieram para comprar terras e formar fazendas. Traziam capitais amealhados e capitalizados em Minas Gerais e que doravante seriam investidos em São Paulo. O braço escravo era especializado e por isso muito valorizado. Trouxeram ferreiros, carpinteiros, madeiros, oleiros e até copeiros (12). O negro escravo significava bens e abastança num período em que o tráfico começava a declinar.

A presença de um capital acumulado pelos Junqueiras em Minas Gerais se explicita quando analisamos os inventários da família. No inventário de Maria Ignácia do Espírito Santo, viúva do Capitão João Francisco Junqueira, filho mais velho do patriarca português, verifica-se na descrição de bens, a presença de quarenta e dois escravos, talheres de prata, pratos de louça, cálices e frascas para licor, aparelhos de café, aparelhos para queijo, além de um grande número de animais. Refere-se ainda aos dotes recebidos por seus filhos: Francisco Antônio, casado com Genoveva Clara, por exemplo, recebeu como dote, a quantia de dois mil, quatrocentos e sessenta contos de réis. À guisa de parâmetros, um lote de terras de cultura na fazenda Traituba foi avaliada em quinhentos mil réis.

Da mesma forma no inventário de Ana Claudina Diniz Junqueira, realizado em São Simão, constata-se também a presença de escravos especializados cujos valores ultrapassavam aos dos bens de raiz: "hum escravo carpinteiro - valor dois contos e seiscentos mil réis; hum casa de sobrado na fazenda Lageado - valor, hum conto de réis". Ainda na descrição de bens, vê-se a presença de objetos de prata, porcelanas, chocolateiras, travessas, objetos de cobre, ferro, assim como a presença de oratórios, imagens barrocas, móveis, peças de tear, animais, gado, (13) traduzindo um padrão sócio-econômico diferenciado dos rústicos paulistas. A família enriqueceu ainda mais no sertão pau-

lista com o comércio do gado, onde tornaram-se grandes pecuaristas antes da penetração do café.

Os laços com o sul de Minas continuaram estreitos. Face à rusticidade e à falta de recursos do sertão, o aprovisionamento de bens de consumo, as cerimônias familiares tais como casamentos e batizados eram realizados em Minas. O médico era trazido de Caldas e as mulheres iam fazer os partos em casa de parentes, na Comarca do Rio das Mortes.

Aos moldes de outras famílias de elite do século XIX, os Junqueiras desenvolveram uma entrecada rede de parentesco que visava não só a manutenção das propriedades, mas um constante fluxo de reciprocidade ancorado na parentela. Casaram-se preferencialmente com primos, mas há registros de uniões com tios, sobrinhos e cunhados. Noivas e noivos eram buscados em Minas, formalizando uniões já anteriormente acertadas pelos pais. Os laços de consaguinidade e de compadrio mantinham e reproduziam o poder social e político da família Junqueira. O estreitamento desses laços familiares, impediu a divisão de bens e o desmembramento de propriedades, facilitando a contiguidade de terras e tornando imensos os domínios (14). "O Cel. João Pedro Junqueira, de Batatais como a maioria dos parentes, era grande apreciador da caça e para essa "diversão" adquiria enormes extensões de terra", afirma um historiador da região (15).

Observa-se que os Junqueiras tinham, na caça seu passatempo e na pecuária, sua ocupação. Os capitais multiplicados pela criação e comercialização do gado eram reinvestidos na compra de terras sob alegação de reservas para caça. Ao comprarem mais terras sob aparência de uma reserva, os Junqueiras investiam, aos moldes capitalísticos, em um negócio que certamente lhes traria retorno compensador, aumentando os seus domínios territoriais e com estes firmando seu poder na área. Os laços de consaguinidade mantinham o poderio e o reproduziam. O poder econômico e familiar lhes garantiam o poder político. Ocuparam os mais variados cargos públicos e dominaram os partidos políticos a nível regional.

OS JUNQUEIRAS EM RIBEIRÃO PRETO E O SOLAR DO LAGEADO

“De Luiz Antônio de Souza Diniz e sua esposa Ana Claudina e dos sete filhos do casal descendem quase todos os Junqueira de Ribeirão Preto” (16).

Ana Claudina e Luis Antônio fixaram-se na freguesia de São Simão, município de Casa Branca, local onde já residiam alguns mineiros, vivendo de uma agricultura de subsistência e de uma pecuária extensiva. Compraram parte de uma sesmária na região entre o ribeirão da Onça e o rio Moji-Guaçu, situada a sudoeste de Ribeirão Preto. As terras pertenciam parcialmente às sesmarias da Onça e Escaramuça, concedidas em 1.807 ao Capitão José Pinto Tavares e João Gavião.

“Pelos idos de 1.825 Joaquim Costa Monteiro, grande latifundiário, descendente do bandeirante Domingos Monteiro, em sociedade com seu sogro Luiz Antônio de Souza Diniz - adquiriu de Bernardo Avelino de Gavião Peixoto as sesmarias do Lageado, de Guatapará, do Sucurí e do Sertãozinho, cujas terras totalizavam aproximadamente 78.000 alqueires. Por esta compra, os dois sócios pagaram cinquenta barras de ouro, que trouxeram de Minas Gerais, além de cinco mil porcos e duas mil reses. Terras fertilíssimas que iam das cabeceiras do rio da Onça até sua barra, no Rio Pardo, constituíram a fazenda Lageado. Dentro delas estão hoje as cidades de São Simão, Santa Rita do Passa Quatro, Cravinhos, Bonfim Paulista, Ribeirão Preto, Sertãozinho, Pradópolis, Luiz Antônio e Guatarapá”, relata Odete Junqueira. Um pouco de lenda um pouco de história, o fato é que Luis Antônio e Ana Claudina realmente estabeleceram-se numa enorme propriedade e que trouxeram capitais já adquiridos em Minas Gerais (17).

Plínio Travassos dos Santos, pesquisador da história de Ribeirão Preto, entre os documentos analisados, refere-se a uma carta do Dr.

Rodolfo Junqueira, de 1.929, afirmando ser possível o Cel. João Pedro Diniz Junqueira ter cedido a sesmaria que comprou em Batatais ao seu cunhado Luiz Antônio de Souza Diniz. Se houve união das duas propriedades, é provável que as terras de Ribeirão Preto pertençam à referida sesmaria. Entretanto, foge aos nossos objetivos analisar sobre esta candente questão. O certo é que terras da fazenda do Lageado situam-se hoje no município de Ribeirão Preto e que, indubitavelmente, os Junqueiras foram um dos desbravadores e povoadores dessa região.

O SOLAR DO LAGEADO

Organizando a fazenda, dedicando-se a atividades criatórias e à agricultura de subsistência, fabricando queijos e toucinhos, Ana Claudina e Luis Antônio residiram com seus filhos no solar do Lageado que se tornou o cerne das atividades empresariais do casal.

Martinho Prado Jr. afirma que Luiz Antonio queria comprar mais terras um pouco antes da sua morte, mais seus filhos ponderaram que não era acertado esse passo, em vista do "mundo" que já possuíam. O pai depois de ouvi-los respondeu-lhes: todos vocês são caçadores; para o futuro é provável que a caça tenda a refugiar-se para as margens do Rio Pardo, e comprando estes terrenos fica ela, aí resguardada das perseguições, podendo até tempos bem para diante entregarem-se à caça de um modo fácil" (18). O motivo tinha grande importância, calaram-se e as terras foram compradas.

A primeira divisão desta fazenda ocorreu em 1.842, por ocasião do Inventário de Luiz Antônio. Medida a área, as terras perfizeram trinta mil alqueires de campos e cerrados. Em 1.856, Ana Claudina assegurando seus direitos sobre esta área registrou-a na paróquia de São Simão, como preconizava então a Lei das Terras (19).

Através de doações de terras e de registros paroquiais, eram feitos os levantamentos dos terrenos da região e constituíam-se no instrumento que assegurava a posse legal das terras. Com este procedimento, cumpria-se o artigo 13º proposto pela regulamentação da Lei das Terras. Com os registros, havia condições de delimitar a área das fazendas legalizando as transações de escrituras particulares.

Pelo registro observa-se a enorme extensão da fazenda do Lageado, e que neste momento já pertencia a filhos e netos do casal. Ana Claudina Junqueira fez seu testamento na fazenda do Lageadinho e o registrou no Tabelião da Vila da Casa Branca. Com setenta e seis anos dizia que: fora batizada na Capela do Favacho e que era natural de Baependi: "na morte de meu marido fiz cessão de bens a meus herdeiros, ficando eu com minha terça e entregando tudo a meus herdeiros, me acho enferma, porém em juízo". Após distribuir os bens entre os filhos e netos, a matriarca deixou 200 mil reis para o altar de Nossa Senhora de Nazareth, além de mandar fazer um altar à Santa Rita na Capela de São Simão. Faleceu em 1.864, sendo enterrada dentro da Igreja Matriz de São Simão, com o Hábito do Carmo (20), significando que pertencia à Ordem Terceira do Carmo, provavelmente a de Baependi.

Seus filhos, ao herdarem a fazenda do Lageado, estenderam seus domínios até o atual município de Sertãozinho. À Gabriel de Souza Diniz Junqueira, o filho mais velho do casal coube a responsabilidade de todos os negócios e a direção da "fazenda tronco" Lageado. Foi proprietário da maior parte das terras, como se pode notar nos Autos do Processo Judicial de Partilha (1.872). (21). Tornou-se célebre caçador de onças segundo a tradição oral, atribuindo-lhe a morte de oitenta e seis pintadas, além de ser um atirador habilíssimo, dotado de coragem, agilidade e astúcia. Rezam ainda as tradições e o folclore do sertão que ninguém ousou disputar-lhe a primazia na perícia com que perseguia esse felino no seio das matas durante dias e noites até extinguir-lhe a existência (22).

A FAZENDA OLHOS D'AGUA: A HERANÇA PATERNA DO CORONEL QUITO

O Tenente Cel. Francisco Maximiano Diniz Junqueira, pai do Cel. Quito foi o terceiro filho de Ana Claudina e Luíz Antonio Souza Diniz. Casou-se com Mariana Constança de Andrade Junqueira (23), filha de Francisco Antônio da Costa e D. Maria Zenaide de Andrade

Diniz Junqueira, residentes em Franca (SP). Neta materna de Francisco Antônio Diniz Junqueira (irmão de Ana Claudina Diniz Junqueira), sendo, portanto, prima em segundo grau do seu marido, estreitando-se assim, como de costume na família, os laços de parentesco. Desta união nasceram oito filhos: José Diniz Junqueira, Joaquim Firmino, Ana Claudina, Francisco Maximiano, Maria Zemila, Maria Emerenciana, Manoel Maximiano e Francisca Carolina (24).

Aos moldes de seus pais e avós, o TTe Cel. dedicou-se também às atividades criatórias e ao plantio de algumas culturas. Após a morte de Luiz Antonio, tornou-se sócio do solar do Lageado ao lado de sua mãe, irmãos e sobrinhos. Nos Autos de Inventário do pai, consta que recebeu, como parte na herança, uma grande quantia representada por terras, escravos e animais (25).

Nesta primeira divisão o Tte. Cel. recebeu terras da Fazenda do Lageado, situadas no distrito de Ribeirão Preto, onde formou a fazenda "Olhos D'Água, local onde construiu sua residência e onde os seus filhos mais novos nasceram. Morreu provavelmente em 1.870, segundo relato de seu neto Sr. Alcebíades Andrade Junqueira, filho de Joaquim Firmino: "Papai dizia que ficara órfão com dezesseis anos (26) e que meu avô morrera em Jundiaí (SP) vitimado pela febre amarela, numa ocasião em que fora comerciar gado no Rio de Janeiro". No seu Inventário, realizado em Casa Branca (1.871), deixou à viúva D. Mariana e a seus filhos, terras, escravos, animais e imóveis urbanos: "uma casa de morada e todas as benfeitorias na fazenda do Lageado dos Olhos D'Água; uma casa de moradia na Villa de São Simão e uma casa na Villa de Ribeirão Preto".

Em nova divisão da fazenda Lageado, ocorrida após a morte de Francisco M. Diniz Junqueira coube à viúva, mãe do Cel. Quito, parte das terras: "à sócia D. Mariana Constança Diniz Junqueira, coube nesta divisão 1.391.040 alqueires no valor de dez contos, duzentos e cinquenta mil e cento e um réis". Estas terras situavam-se na serra da Labareda em Ribeirão Preto. A fazenda Olhos D'Água tornou-se então a sede dos negócios de D. Mariana e de seus filhos, sendo explorada através da pecuária.

Junto com seus filhos, alguns ainda impúberes, deu continuidade aos negócios do marido, sendo assessorada certamente pelos irmãos, cunhados e filhos maiores.

Francisco Maximiano Junqueira, o Cel. Quito ainda menino nesta ocasião, recebeu uma considerável herança deixada por seu pai. Constituía-se de terras pertencentes a fazenda do Lageado, situadas em Ribeirão Preto, além de dois escravos, que eram bens muito valorizados nesta época. Recebeu ainda animais, além de uma quantia em dinheiro. Observa-se que esta herança paterna possibilitou a Francisco Maximiano Junqueira, os capitais originais, isto é a gênese de sua grande fortuna. Como afirmou seu sobrinho Alcebíades: O tio Quito nasceu rico.

Martinho Prado Júnior descreveu as excepcionais qualidades dos solos e terrenos roxos desta área, decantando a sua exuberância, a sua vegetação nativa e a presença de "enormes "paus d'alhos, jequitibás e angicos". Somente após 1.877 é que Martinho observou a existência de cafezais na área. A fazenda Olhos D'Água, será a célula mãe de novas propriedades distribuídas e formadas pelos filhos de Mariana Constança.

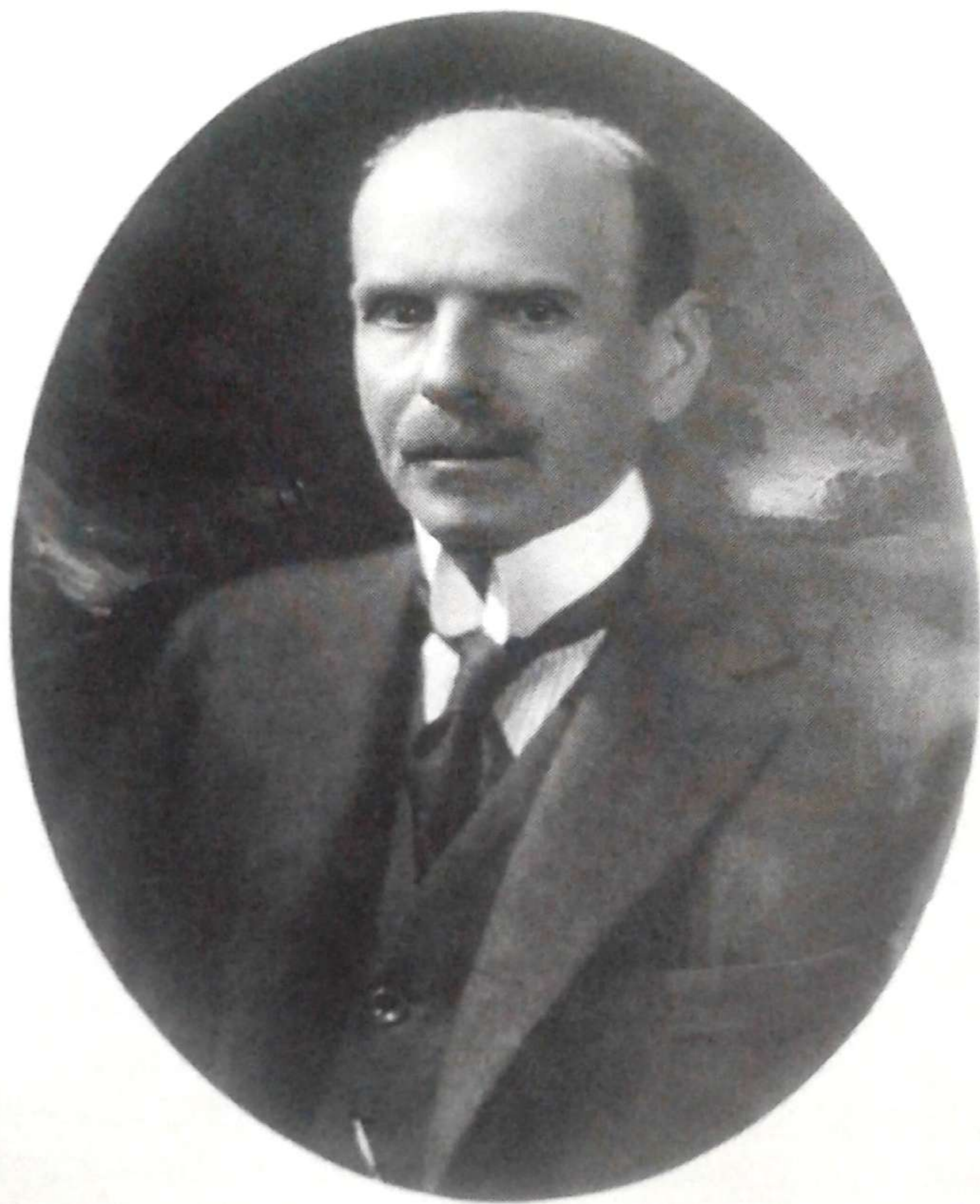
Somente em 1898, já no final do século é que se deu nova divisão da fazenda Olhos D'Água, sendo proposta por um dos genros de D. Mariana, Domingos Vilela de Andrade. Através da descrição dos bens da viúva, podemos deduzir que seus filhos receberam uma fortuna considerável para a época. Como bens de raiz encontravam-se (26): "Uma casa de moradia coberta de telhas, assoalhada, tendo na frente uma porta e quatro janelas e mais quatro casas pequenas para tulas (27) cobertas de telhas, curral e porteiras no lugar denominado Olhos D'Água; olaria, ranchos, casa com engenho de açúcar e outras benfeitorias; parte de terras de cultura alta, baixa, campos, cerrados e resfriados que formam a fazenda Olhos D'Água avaliada em oitocentos contos de réis; um prédio em Ribeirão Preto à rua Tibiriça, esquina da rua Comércio, no valor de quatorze contos de réis".

Nesta avaliação de bens foram arrolados o mobiliário da casa e outros objetos de valor como: faqueiro e peças de prata, oitocentos e sessenta e três cabeças de gado, além de mulas e cavalos. Todos os bens foram avaliados em novecentos e trinta contos e quinhentos e quarenta e cinco mil réis. Percebe-se tratar de uma família abastada, onde a cada herdeiro coube a quantia de cento e quatorze contos, trezentos e sessenta e três mil e quinhentos e quarenta e um réis - representada por terras. Estas serão trabalhadas doravante pela cultura cafeeira.

Notas

1. CHIACHIRI FILHO, José. *Do sertão do Rio Pardo à Vila Franca do Imperador*. Franca, 1973, (Tese de Doutorado). mimeog. p. 51.
2. Jacuí, Pouso Alegre, Ouro Fino, Cabo Verde, regiões que do ponto de vista civil pertenciam à Capitania de Minas Gerais enquanto na esfera religiosa eram paulistas, pois pertenciam ao bispado de São Paulo.
3. CHIACHIRI, op. cit., p. 45.
4. SAINT HILAIRE. *Viagens a Províncias de São Paulo*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, 1979.
5. EVANGELISTA, Geraldo. *História de Ituverava*. Ituverava, Prefeitura Municipal, 1979.
6. ALMEIDA, Aluísio. Mineiros vieram abrir fazendas e engenhos em terras paulistas. *Jornal O Estado de São Paulo*, Suplemento Agrícola, 26.02.64, p. 2.
7. EMBOABA, Osmani. *História da Fundação de Ribeirão Preto* - Revista de História, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1955, Separata, 21-22: p. 344.
8. BASTOS, A. D. J. *Lendas e Tradições da Família Junqueira*. São Paulo, Hucitec, 1980.
9. CHIACHIRI, cit. p. 81.
10. Arquivo do Estado de São Paulo. Carta de Francisco A.D. Junqueira à Comarca de Vila Franca. *Ofícios Diversos de Franca 1822-1831*.
11. BASTOS, cit. p. 15.
12. idem p. 54.
13. São Simão, Cartório do 1º Ofício. Maço 1, fls. 31.
14. ZAMBONI, Ernesta. *Processo de Formação e Organização da Rede Fundiária da Área de Ribeirão Preto*, São Paulo. USP. 1976 (Dissertação de Mestrado).
15. SANTOS, Plínio Travassos dos. *História de Ribeirão Preto* - Revista de História. São Paulo, USP, ano 4, v. VI, 1955.
16. JUNQUEIRA, O.D. *Nossas Origens*. Rio de Janeiro: Linej, 1982.
17. idem
18. PRADO JÚNIOR, Martinho. *jornal A Província de São Paulo*, Municípios Paulistas. 16/out./1877 e 18/out.1877.
19. Arquivo do Estado de São Paulo. *Registros Paroquiais de São Simão*, 1856, fls. 1, Apud ZAMBONI, op. cit.
20. São Simão. Cartório do 1º Ofício, *Inventário de Ana Claudina. Cobrança de Dívida*, Maço 1.
21. São Simão. *Testamento de Anna Claudina* - Cartório do 1º Ofício de São Simão.
22. São Simão. *Autos da Divisão Judicial da Fazenda Lageado*. Cartório do 1º Ofício, 1872, 3º Maço ms.
23. D. Mariana nasceu em Minas Gerais e residia em Franca quando se casou. Faleceu em Ribeirão Preto em 1903. Cf. Santos, Plínio T. Nomenclatura das ruas praças, bairros e vilas de Ribeirão Preto. *Revista do Arquivo Municipal*. 1945, 105, p. 113.
24. BROTERO, F. de B. *Memórias e Tradições da Família Junqueira*. 2ª ed. São Paulo, scp. 1950.
25. Ribeirão Preto. *Autos da Divisão da Fazenda Olhos D'Água*. Cartório do 2º Ofício - Maço nº 28, 2º vol.
26. O Sr. Alcebíades Junqueira, carinhosamente chamado de "Bibia", residiu em Ribeirão Preto. Era o único sobrinho vivo do Cel. Quito, quando foi feita a entrevista em 1984. Conservava duas propriedades agrícolas situadas na área da antiga fazenda Olhos D'Água, pertencente a fazenda do Lageado.
27. Ribeirão Preto. *Autos do Inventário de Mariana Constança Junqueira* - Cartório do 2º Ofício - caixa 13, 1892.

2ª PARTE



FRANCISCO MAXIMIANO JUNQUEIRA:
CORONEL QUITO JUNQUEIRA
O CAMPO E A CIDADE

PÁGINA 030 EM BRANCO

O CAFÉ E O CAFEICULTOR

Face as fortes ligações entre os proprietários de terras da região de Ribeirão Preto, no final do século XIX e começo do XX e o plantio do café, entendemos ser pertinente termos aspectos relativos a sua introdução nesta região. Por outro lado, “ser cafeicultor” foi uma atividade que perpassou por toda a cotidianidade do Cel. Quito. Safras, colheitas, altas, baixas, quebras, expansão, erradicação foram imagens que se nuançaram com seu próprio cotidiano.

Na segunda metade do século XIX, a agricultura do café em São Paulo expandiu-se criando a riqueza que transformaria a província no dinamismo econômico do Brasil. O “boom” do café paulista foi uma mudança no centro de gravidade econômica da nação e, portanto, uma alteração fundamental na história econômica brasileira. Para realizar esta mudança, os fazendeiros paulistas tiveram que ultrapassar sérios obstáculos, como: as promessas oferecidas pela abundância do solo rico e clima ideal da província, a transição do trabalho escravo para o livre e a questão de transporte adequado para as safras.

A descoberta de uma compacta mancha de terra roxa, na área de Ribeirão Preto, foi o “toque de chamada” para fazendeiros, cafeicultores e comerciantes. Num espaço de poucas décadas, matas foram derrubadas e, em seus lugares, surgiram imensos cafezais. Ribeirão Preto tornou-se o “eldorado do café”. A corrida a esta nova “promissão” situada no oeste paulista não foi realizada sem profundos sacrifícios da população local. Esta, arraigada em seus costumes, não via com bons olhos uma nova cultura que modificava substancialmente sua vida e o valor dado à terra. Manifestaram sua atitude na forma de se expressar popularmente:

*Se estiveres morto
Pega o teu porco
Se estiveres quebrado
Pega o teu gado
Mas com café
Não tenho fé*

Decodificando esses versos, a imagem que fica é a de que a criação do porco era de lucro incomparável, seguindo-lhe o gado, nada valendo portanto o café.

Acostumada ao pouco trabalho, habituada a incendiar capoeiras e matos, a fim de preparar o alimento para o gado, e a plantar o suficiente apenas à sua manutenção essa população local vivia com tranquilidade e sem a disciplinização para o trabalho, este já engatado ao ritmo do capital. A cafeicultura exigia a ação de um homem com capitais, investidor, especulador e empresarial que derrubasse as matas e em seu lugar plantasse os cafezais. O café trazia portanto em seu bojo uma série de mudanças de hábitos e de estratégias, onde o pequeno proprietário descapitalizado, não podendo investir na formação dos cafezais, fatalmente vendia suas terras a fim de se refugiar no sertão e continuar sua vida simples, ou no limite se transformava num colono assalariado.

Deixando de lado a agricultura de subsistência os primitivos povoadores da região tiveram, portanto duas opções: organizar fazendas produtoras de café, ou vender as terras.

Em pouco tempo, milhares de pés de café foram plantados e, assim uma nova estrutura de organização de fazendas e de derrubada de matas se instaura. As terras passaram a ser objeto de compra e venda, e na medida que crescia o mercado de consumo do café, as terras iam sendo procuradas para o plantio.

A grande procura e o preço do café determinaram que o valor da terra fosse alterado, portanto a especulação fundiária se deu sob o domínio do capital que dá à terra um valor comercial (1).

Houve uma verdadeira corrida ao "novo eldorado" do oeste paulista, onde, além de São Simão, Cravinhos, Sertãozinho e outros municípios, apareceria Ribeirão Preto, no coração da terra roxa e cujo surto de progresso ofuscaria tudo que até então se originara do surto cafeeiro. As suas fazendas multiplicar-se-iam às centenas, algumas das maiores que até então se viram, e a cidade, logo denominada a "Capital do Café", transformar-se-ia numa verdadeira cidade do "ouro" onde, ao lado de importantes "coronéis" do café, figuraram os primeiros colonos estrangeiros e seus descendentes onde alguns à custa de esforços e de rígida economia, entraram para a lista dos produtores de café com terras próprias.

Em 1.877, na região que medeia os atuais municípios de Ribeirão Preto e São Simão, Martinho Prado viu milhares de pés plantados nas fazendas de Manoel Otaviano Junqueira, José Bento Junqueira, Rodrigo Pereira Bareto e Manoel da Cunha Diniz Junqueira (2), situadas em terras da antiga fazenda do Lageado. Esse primitivo latifúndio com uma área de 75.600 alqueires, como já dito, foi retalhado com a penetração da frente pioneira do café, formando novas unidades produtoras agrícolas. Nos Autos da Divisão Judicial da fazenda, verificase que muitos eram os que tinham direitos a parcelas de terras e não somente os herdeiros universais de D. Claudina Junqueira. Essa propriedade já havia sofrido um processo de partilha por venda.

Martinho Prado, por exemplo, iniciou em 1879 a compra de terras da família Junqueira e nelas organizou fazendas produtoras de café. Adquiriu de D. Mariana Junqueira (1.893) uma "porção" de terras e em áreas da fazenda Lageado, organizou a fazenda Guatápará. O capital acumulado pela família Prado, através de negócios de gado, fazendas de café, empréstimos de capital a juros, permitiu-lhe a expansão de negócios e a aquisição de terras dos Junqueiras (3).

A fazenda Olhos D' Água de D. Mariana Junqueira, mãe do Cel. Quito, em 1.892 ainda não possuía café. Entretanto, observa-se que a proprietária e seus filhos possuíam os capitais necessários para o plantio e por isso a divisão da fazenda se fez necessária, pois assim as novas unidades, derivadas desta grande propriedades, poderiam ser exploradas pelo "ouro verde" que chegava à região. Com a divisão os sócios delimitaram suas propriedades e verifica-se, imediatamente, a presença de cafezais.

Desta forma, a vasta propriedade originária do antigo solar do Lageado foi dividido por D. Mariana Constança Junqueira e distribuída e seus filhos que, por sua vez, formaram novos estabelecimentos agrícolas, agora explorados pelas lavouras de café. A célula-mater, o berço destas novas fazendas ficou conhecido como "Fazenda Velha" (4). Santa Amélia, Santa Rita, Mingote, Boa Vista, Nova Junqueira, Santa Isaura, Resfriado, Baixadão e Serra foram algumas das novas propriedades cafeeiras surgidas em terras do vasto Lageado, pertencentes agora aos netos de Ana Claudia e Luis Antônio Diniz Junqueira.

CORONEL QUITO: UM PLANTADOR DE CAFÉ

Francisco Maximiano Junqueira, popularmente conhecido e chamado por Quito e que é objeto deste estudo, nasceu no distrito de Ribeirão Preto em 1.867. Deduzimos que tenha sido na fazenda Olhos D'Água, embora sua documentação pessoal não explicita esse local, não havia a obrigatoriedade de Registros Civis, por isso as certidões de batismo cumpriam esta função. Como a vila de Ribeirão Preto pertencia à paróquia de São Simão, Francisco Maximiano Junqueira foi batizado na Igreja de São Simão Apóstolo, no dia 22 de setembro de 1.897. Nos assentamentos consta (68) que nessa data estava com cinco meses e que seus padrinhos foram: José Oscar Andrade da Cunha e Manoella Oscarina Andrade da Cunha.

Ficando órfão de pai muito cedo, teve como tutor seu tio paterno Luís Herculano Diniz Junqueira. Cresceu ao lado de sua mãe e irmãos, na fazenda Olhos D'Água. Bisneto, neto e filho de proprietários de terras, sua trajetória profissional vai ser a mesma de seus antepassados, permeada é claro pela conjuntura de seu tempo. Todas as suas atividades profissionais serão pautadas pelo trabalho com a terra, quer como cafeicultor, ou mesmo mais tarde, quando estas se desdobraram em aspectos industriais e mercantis, ainda assim, estavam diretamente ligadas às suas raízes rurais.

Descendente de criadores abastados, poderíamos afirmar que Francisco Maximiano Junqueira, nasceu, e cresceu ao meio de vultosos capitais, pois recebera uma grande herança paterna e materna as quais lhe dariam o suporte para desenvolver e ampliar seu patrimônio. Na divisão da fazenda Olhos D'Água consta que: "o sócio Francisco Maximiano Junqueira recebeu terras correspondentes a 1.104,00 alqueires, avaliados pela importância de quinhentos e sessenta e sete contos, oitocentos e trinta e um mil e quinhentos e sessenta e três

réis". As terras eram distribuídas por "quatro quinhões", situados em locais diferentes. Esses "quinhões" deram origem às suas três primeiras propriedades agrícolas: a fazenda da Serra, a do Baixadão e a do Resfriado, que constituíram o núcleo inicial de uma grande fortuna (6). Em terras que pertenceram a seus avós, Francisco Maximiano Junqueira vai manter o perfil pecuarista de sua família e transformar-se num grande cafeicultor. Segundo o testemunho do Sr. Alcebíades Junqueira, o Cel. Quito ainda estudava em Itu com os padre jesuítas, quando os seus irmãos mais velhos formaram as suas fazendas. O "Tio Quito enquanto estudava já ganhava dinheiro, pois meu pai (Joaquim Firmino) e meus tios plantaram o café em suas terras".

Como era tradição entre os Junqueira, Francisco Maximiano, aos vinte e três anos casou-se com sua prima Theolina Zemilla de Andrade, que possuía na época dezesseis anos. O casamento realizou-se em 1.891 na cidade de Franca. O casal fixou residência em Ribeirão Preto, na fazenda de Serra, local onde a produção cafeeira se destacava, transformando-se na sede de suas propriedades agro-pecuárias. Segundo a tradição oral, o casal levava uma vida modesta com muito trabalho e muita economia onde, D. Sinhá, dedicava-se pessoalmente às tarefas caseiras, cozinhando para a turma de camaradas que na fazenda trabalhavam.

O caráter empreendedor e empresarial do Cel. Quito, de imediato reponta em seu trabalho cotidiano. A escritura contábil registrada nos Livros Caixa das Fazendas, revelam uma riqueza de detalhes, traduzidos num minucioso e rigoroso mapeamento econômico. Sua capacidade financeira revela-se através de gerência pessoal de suas propriedades, contabilizando o cotidiano agrícola com muita acuidade, em hábitos frugais e numa longa jornada diária de trabalho que o despertar pela madrugada lhe oferecia. As fazendas de café logo lhe propiciaram uma estabilidade financeira.

Entretanto, as receitas de Francisco Maximiano Junqueira não vinham apenas de suas fazendas Serra, Baixadão e Resfriado, mas também de recursos resultantes de empréstimos a juros à outros fazendeiros. Estas transações financeiras sob hipoteca eram perfeitamente legais e morais, numa época em que as casas bancárias eram quase inexistentes nas cidades do interior. No final do século passado e no início deste, o pequeno número de estabelecimentos bancários fazia com que

todo o movimento de crédito fosse feito por intermédio de pessoas que se dedicavam a essa atividade. Oficialmente recebiam denominação de capitalistas e emprestavam dinheiro a juros, descontavam títulos, etc... Os capitalistas, para efeito de pagamento do imposto municipal de indústria e profissões, eram classificados como: de 1ª, 2ª, 3ª e 4ª classe, de acôrdo com o capital registrado pelo capitalista.

O empréstimo por hipotecas era pois uma transação utilizada por todos os grandes fazendeiros paulistas. O crescimento constante de capitais engrossados pelos juros, protegia-os das vicissitudes da economia do café. Durante toda a vida empresarial do Cel. Quito, encontramos escrituras de empréstimos sob hipoteca. Na grande maioria figurava como credor, embora encontramos escrituras em que figurava como devedor, o que significa que em épocas de crise ou de dificuldades financeiras, lançava mão deste processo capitalístico e hipotecava também, suas propriedades. Em 1.911, o Cel. Quito tornava-se credor do Cel. Jeronymo Vieira de Andrade e de sua mulher, residentes em Viradouro, da quantia de cinco contos de réis, pelo prazo de dois anos, com juros de 10% a/a, tendo como hipoteca uma chácara". No mesmo ano, o Dr. Ozório Correa e sua mulher tornaram-se devedores da quantia de quatroenta contos de réis com juros de 11% a/a. Como garantia figurava a fazenda de café Água Branca em Jardinópolis. Neste mesmo teor encontram-se vários registros datados em épocas diferentes e cujos devedores e/ou credores eram moradores em diferentes cidades da região, como Restinga (município de Franca), Nuporanga, Sertãozinho, Jardinópolis, Pitangueiras, Orlândia, Barretos, Colina, Igarapava, Batatais, além de extrapolar os limites do estado como foi o caso do empréstimo feito à Cia. de Eletricidade de Mato Grosso.

Verifica-se que a rede de transações financeiras do Cel. Quito espraiava-se por uma vasta área regional e mesmo estadual e que somente uma boa gestão organizacional permitiria a gerência de todas as atividades por ele controladas, tendo em vista os métodos contábeis artesanais da época. Compreendeu que não podia tirar tudo do café, e num lance de desdobramento passou a ser, ao mesmo tempo, "banqueiro", criador de gado e a partir de 1.911, plantador de cana-de-açúcar e industrial. Configurava-se portanto no paradigma empresarial do início do século XX, onde a iniciativa individual, o prestígio pessoal, o desdobramento e a diversificação dos capitais tiveram papel predominante.

AS "NOVAS" FAZENDAS DE CAFÉ E CRIATÓRIAS.

Desde em que o café se instalou na Província, a economia paulista atravessou períodos de crise e de prosperidade, reflexos da conjuntura internacional dos centros consumidores do café paulista. Essas crises de preço e as vicissitudes próprias da lavoura cafeeira empobreceram os pequenos e médios proprietários, que, sem capital disponível, venderam suas áreas, porque não dispunham de meios para fazê-las produzir, aproveitando que a procura valorizava as terras, tornando-se compensador vendê-las. Sem a estrutura financeira para suportar as crises econômicas, a pequena e média lavoura era hipotecada e/ou vendida. As terras eram compradas por homens ancorados em capitais e/ou créditos que lhes possibilitassem as aquisições. A grande propriedade era uma exigência da época e por isso as áreas contíguas sempre despertaram grandes interesses, face às vantagens que ofereciam.

Pierre Denis em seu livro, *Le Brésil au XXe Siècle*, afirma: "o plantio do café ocupa todas as mentes. Ricos e pobres, citadinos e homens do campo interessam-se pela sua cultura". A sêde de terras novas e a paixão em aumentar as plantações excitavam a todos. O desejo do aumento de terras era um sonho que a todos empolgava, assim os fazendeiros compravam mais terras para plantar e se projetar politicamente e socialmente.

Francisco Maximiano Junqueira, o Cel. Quito, como todo cafeeiro-cultor de seu tempo, lançou-se na ampliação de suas terras e, em 1.904, dá início a expansão de seu patrimônio agrícola. Como herança de seus pais, recebera três propriedades agrícolas, formadas em terras da fazenda Olhos D'Água e que pertenceram à antiga fazenda do Lageado.

Esse patrimônio herdado, conjugado ao esforço empresarial, constituíram-se nas forças acionadas para, ampliação patrimonial. No decurso de toda a sua trajetória evidenciou-se a preferência e diríamos mesmo, a paixão pela terra, pois, todo o seu vasto patrimônio foi montado pacientemente, diuturnamente, como se fossem peças que formariam um já projetado desenho. Doente, alquebrado e em idade avançada, comprava terras e pouco antes de morrer, adquiria quinhões contíguos às suas propriedades tal qual um colecionador apaixonado querendo completar seu acervo, sempre incompleto.

Como a terra representava um investimento seguro e de boa rentabilidade, nela foram aplicados os capitais amealhados nos seus diversos empreendimentos econômicos. A primeira aquisição ocorreu em 1.904, quando adquiriu de seu cunhado Azarias Martiniano de Andrade, residente em Franca, quinhentos alqueires de terras de cultura, na fazenda das Palmeiras, situada no município de Barretos. A propriedade possuía doze mil pés de café e foi comprada pela quantia de vinte e cinco contos de réis que foram pagos em dinheiro. Essa aquisição constituiu-se na primeira gleba da futura fazenda São Francisco do Turvo (7). No mesmo ano, assitimos nova compra que completava e expandia a propriedade acima. A transação imobiliária realizou-se na mesma cidade de Franca, entre Joaquim Martimiano de Andrade (cunhado e primo) e referia-se a mais quatrocentos e oitenta e dois alqueires, na mesma fazenda. O negócio foi realizado em dinheiro corrente e as terras como se vê confrontavam-se com a propriedade adquirida anteriormente, formando uma única peça.

Inicia-se, assim, um processo de concentração fundiária e consequentemente de ampliação de patrimônio. Esse é um comportamento que vai se repetir por toda a vida do Cel. Quito: o interesse na aquisição de propriedades limítrofes às suas. Essas transações conquanto ocorressem dentro do âmbito familiar, revestiam-se de um aspecto formal com as características jurídicas próprias, demonstrando uma nítida separação entre as relações de parentesco afetivas, primárias e as questões relativas ao campo mercantil financeiro. Uma linha divisória entre o público e o privado se esquadrihava nestes momentos. Essas duas aquisições originais, na fazenda das Palmeiras, engendraram o aparecimento de duas "novas" propriedades: *a São Francisco do Turvo e a do Baguassu*.

A zona de Barretos também fora atingida pela expansão cafeeira. "Os planaltos em que a altitude ultrapassa frequentemente a 600 metros, de Bebedouro, Colina e Barretos foram recobertos pela onda do café" diz Mombeig. Desenvolveu-se aí uma franja pioneira; além disso a região apresentava uma grande potencialidade econômica, pois a Cia. Paulista de Estrada de Ferro logo chegaria a região. Antonio Prado, algum tempo depois, instalou um frigorífico nessa cidade. (9). Portanto investir na região de Barretos era um lance de largo alcance - terras não muito valorizadas no momento, porém com a valorização segura para quem antevia o futuro.

Esse processo de concentração de terras em São Paulo não se fez de forma harmônica e linear, pelo contrário, trouxe em seu bojo atritos e tensões, sobretudo nas franjas pioneiras. A ausência de fronteiras nítidas, a imprecisão de limites levaram a sérias demandas judiciais. As escrituras deste período, muitas vezes, não continham a área da propriedade e as medidas se apresentavam de forma difusa: "as terra principiam no ribeirão da Onça e seguindo pelo córrego denominado Brejo Grande até a uma barrinha e seguindo pelo veio da baixada da direita acima até uma valeta que se fez no veio, voltando a esquerda e seguindo em rumo a uma outra valeta que se fez no mato ao pé de uma peroba que se marcou na picada que vem do Guatapará" (10). Esta imprecisão e a utilização de elementos demarcadores frágeis que se alteravam facilmente, foram pontos de atritos judiciais entre partes que se sentiam lesadas, face à diminuição de áreas de suas propriedades: "depois da divisão da fazenda Palmeiras, os primeiros quinhoeiros não tiveram o cuidado de conservar limpas as picadas que o fogo e o tempo fizeram desaparecer - uma rigorosa medição atual demonstra que os terrenos desfrutados por Francisco Maximiano Junqueira medem apenas 506 alqueires quando, em base de folhas de pagamento deviam medir 657 alqueires" (11). Tocos, covas, valetas, picadas eram elementos divisórios comuns nesta época.

O processo de desdobramento patrimonial, ancorado no desejo de consolidação capitalista, prossegue em 1.904, quando o Cel. Quito tornou-se credor de Braulino Diniz Junqueira (primo em segundo grau) da quantia de noventa e um contos, centro e sessenta e cinco mil e oitenta e dois réis. Como hipoteca da dívida recebera uma fazenda situada em Cravinhos na antiga fazenda Lageado. A propriedade possuía 80 mil pés de café, pastos, casa de morada e seis casas para colonos. O devedor recebera a fazenda como herança de seu pai Manoel da Cunha Diniz Junqueira, neto de Ana Claudina. O título vencido fez com que o Cel. requeresse a penhora. A dívida acrescida de juros e multa sobe para cento e nove contos, trezentos e noventa e oito mil e noventa e oito réis. Correndo o processo, a fazenda foi a leilão em hasta pública. Não tendo comprador, o parente devedor não conseguindo saldar a dívida, o Cel. a arrematou, oferecendo um mil réis acima da avaliação (12).

Dessa forma, adquirindo terras na fazenda São Manoel (13) Francisco Maximiano Junqueira inicia a formação de uma nova proprieda-

de: a fazenda *Capão da Cruz*. Esta será gradualmente ampliada, constituindo-se posteriormente numa extensa propriedade. Capitais disponíveis permitiram novas aquisições, adquirindo de d. Alzira e D. Adelaide Diniz Junqueira (irmãs de Braulino), duas áreas de terras (não explicitado o tamanho exato nas escrituras) de matas situadas na mesma fazenda São Manoel, localizada no município de Cravinhos. O tamanho das áreas provavelmente era igual, pois, ambas venderam os quinhões pelo mesmo preço.

Nota-se que num processo de concentração, o Cel. Quito readquiriu terras que pertenceram aos seus avós paternos e que já haviam ou que estavam sendo retalhadas por parentes, que descapitalizados, não conseguiam manter suas propriedades. Nos autos de execução de Braulino, observa-se que os cafezais estavam descuidados e necessitavam de reformas. Certamente o empobrecimento não lhe permitiu os reparos necessários e nem o pagamento da dívida. A fazenda Capão da Cruz adquirida pelo Cel. Quito, constituiu-se em sua maior propriedade em termos de extensão contendo, aproximadamente cinco mil alqueires de terras, localizadas no antigo domínio do Lageado. Verifica-se, então, uma neo-concentração fundiária num local que já fora retalhado anteriormente.

Embora o café constituísse o fulcro de suas atividades agrícolas, a velha vocação de criador, herdada de seus antepassados, sempre se fez presente ocorrendo uma simbiose entre plantações e pastagens. Edificando o projeto de ampliação de terras, Francisco Maximiano Junqueira, adquiriu nova propriedade em Ribeirão Preto, destinada ao plantio de café e à criação. Com localização privilegiada, distando apenas 6 km da cidade, a fazenda da Barra, estava localizada no antigo bairro das Palmeiras, e fazia parte das primeiras fazendas formadas nessa cidade, às margens do rio Pardo.

O Dr. Osmani Emboaba, estudioso da história de Ribeirão Preto afirma que: "nos meados do século passado, as terras que compõem grande parte do atual município de Ribeirão Preto, tendo como centro a fazenda Barra do Retiro, eram constituídas ao norte pelas fazendas Palmeiras e Pontinhas. A fazenda das Palmeiras estendia-se até as barrancas do rio Pardo e confrontava-se com a fazenda Barra do Retiro, possuía 4632 alqueires e estava localizada no Morro do Cipó.

José Mateus dos Reis um dos primeiros migrantes mineiros que se estabeleceram na região do Pardo, na tentativa de assegurar a posse da terra e o direito de primeiro ocupante doou um patrimônio considerável da fazenda das Palmeiras ao mártir São Sebastião em 1.845. Assim, a formação da fazenda da Barra é a resultante do desmembramento que se deu nas fazendas das Palmeiras, Barra do Retiro e Barra do Esgoto. Esta última foi dividida judicialmente em 1.891 (14) e novamente subdividida em 1.896. A história da divisão dessas fazendas, que hoje se localizam dentro da cidade de Ribeirão Preto, confunde-se com a própria história da fundação, povoamento e ocupação de terras, desta cidade.

A aquisição por parte do Cel. Quito, se fez através da hipoteca de uma dívida contraída pelos seus antigos proprietários. Em 1.927, o Cel. Quito requereu uma ação hipotecária contra Manoel Joaquim de Carvalho, como credor da importância de trezentos contos de réis, a título de empréstimo a juros. Como garantia os devedores deram a fazenda Santa Maria das Palmeiras, que na época possuía atividades agrícolas e pastoris. Com uma área de 700 alqueires de cultura, matas e cerrados, continha 53 mil pés de café, máquina para beneficiamento e várias benfeitorias. Constava também na hipoteca a fazenda agrícola e de criação denominada Barra do Esgoto, com área superior a 400 alqueires de terras de cultura, que divisava com a propriedade acima e o rio Pardo. Possuía benfeitorias de 15 mil pés de café formados. Os devedores, arrolaram, ainda, uma terceira propriedade: a fazenda denominada Esgoto, que confrontava com as outras propriedades. Continha 12 mil pés de café, casa para colonos, moinho e benfeitorias. Possuía mais ou menos 100 alqueires, com terras de cultura e cerrados. Os três imóveis acima formaram um só todo, constituindo-se uma única fazenda. Na ação hipotecária movida por falta de pagamento, o Cel. Quito reivindicou cerca de 800 alqueires em cafezais e canaviais.

A valiosa fazenda da Barra, formada com partes das fazendas das Palmeiras, Barra do Esgoto e Esgoto, às margens do rio Pardo, foi então adquirida quando o Cel. Quito já possuía milhares de alqueires de terra, distribuídos nas regiões de Ribeirão Preto, Barretos e Igarapava. Ainda em março de 1.938, já doente, impossibilitado mesmo de sair de casa, adquiriu de Antonio da Costa o sítio denominado São João, na fazenda do Esgoto. Possuía 12,9 alqueires, sendo este pedaço de terra anexado à fazenda da Barra (14).

Na obra Impressões do Brasil no Século XX, publicada em 1.913, assim são descritas as propriedades de café:

“Francisco Maximiano Junqueira, importante fazendeiro no município de Ribeirão Preto, é proprietário de seis fazendas. A da Serra, uma das mais bellas do município, situada a 6 km da Villa Bonfim, tem de área 160 alqueires, com 274.000 pés de café que dão de colheita anual 35.000 arrobas em média. Para a secagem, há um terreiro ladrilhado de 11.000m². Para descascar e classificar café há um maquinismo moderno movido a vapor; há também um moinho para fubá. Os colonos que compeem 40 famílias moram em 50 casas apropriadas. O ótimo prédio de residência é dotado de maior conforto. A fazenda é iluminada a gás e fartamente abastecida de água. Os depósitos, cocheiras etc estão em sólidos prédios. Há diversas incubadeiras de galinhas. A fazenda liga-se, pelo telefone, a todo o município. A segunda fazenda do Sr. Junqueira é a do Bachadão, no município de Ribeirão Preto, tem área de 900 alqueires, com 200.000 pés de café que anualmente produzem na média 20.000 arrobas; são aperfeiçoadíssimos os maquinismos para descascar e classificar o café. O terreiro de secagem ladrilhado ocupa 15.000m². Conta-se na fazenda mais de 700 cabeças de gado bovino e 200 porcos. Nos transportes empregam-se 100 cavalos e mulas. Os colonos, 135 famílias, ocupam 40 habitações. Os depósitos de milho e café são sólidos.

A terceira é a do Capão da Cruz, no mesmo município. Compreende 2.000 alqueires, com 100 mil pés de café que produzem uma média anual de 10.000 arrobas. Possui terreiro ladrilhoso. A maior parte é ocupada por pastos e terras destinadas à extração de madeiras d'excelente qualidade, parte das quais são vendidas para diversas serrarias. Contando com 50 cavalos e mulas de serviço. Há um bem montado forno para tijolos.

A quarta, a de Santa Genoveva, no município de Barretos, com área de 980 alqueires, é reservada para a criação de gado. Ali se contam mais de 1.000 cabeças de diversas espécies, moinho de fubá, casas de residência e administração.

A quinta fazenda, a de São Francisco do Turvo, com 150 alqueires, 98.000 pés de café que dão anualmente 10.000 arrobas. Para a secagem há um terreiro ladrilhado. Os colonos vinte famílias, ocupam 30 casas” (15).

Pasteurizando a descrição ufanista do viajante europeu, interessado em decantar as riquezas da “terra do café”, o que se denota, contudo,

é a configuração do Cel. Quito com o perfil do cafeicultor envolto na aura da modernidade. Máquinas, trabalhadores europeus, ferrovias, telefones que constituíam os emblemas do "progresso" no imaginário agrícola da época, estavam presentes no cotidiano do "Sr. Junqueira".

Notas

1. Os primeiros negócios de terra registrados nos Cartórios de Ribeirão Preto, aparecem somente em 1878, anteriormente, foram efetuados no Cartório de São Simão. Cf. Zamboni, E. op. cit., p. 88-90.
2. Em suas viagens pela região de Ribeirão Preto em 1877, Martinho Prado Jr., escreve que dos duzentos e setenta mil alqueires das excelentes terras que constituíam o município de Ribeirão Preto, pelo menos cinquenta mil poderiam, pelas condições topográficas de altitude serem consideradas inigualáveis para o café. Neles se estenderiam facilmente oitenta milhões de arrobas de café. Representaria a metade da produção de todo o estado e por conseguinte a terça parte da produção mundial. Cf. Ribeirão Preto "Le pays du Café" in *Brazil Magazine, Revista Periódica e Ilustrada d'Arte e Actualidades*. Rio de Janeiro, ano V, nº 57, p. 25.
3. Darrel, e.L. *A Família Prado*. São Paulo, Cultura, 70, 1974.
4. D. Mariana Constança de Andrade Junqueira, faleceu em Franca em 1903. A Câmara Municipal de Ribeirão Preto, numa homenagem póstuma, ligou o seu nome a uma das artérias de maior movimento. Assim a rua do Comércio transformouse em Mariana Junqueira - Cf. *1º Livro de Leis e Resoluções* - Lei nº 3.9T1909.
5. Paróquia de São Simão Apóstolo, *Assentamentos de Batismos*, Livro 5 fls. 70.
6. Cartório de São Simão - *Autos da Divisão da Fazenda do Lageado* - ver também - Cartório do 2º Ofício - *Autos de Divisão da Fazenda Olhos D'Água*.
7. Cartório do 1º Tabelião da Comarca de Franca, *Livro de Notas* nº 92 p. 85 - *Livro de Escrituras* nº 17, Arquivo da Usina Junqueira. O nome foi retirado do ribeirão do Turvo que medeia esta propriedade, um afluente do rio Pardo.
8. Cartório do 1º Tabelião da Comarca de Franca, *Livros de Notas* nº 96, p. 16 - *Livro de Escrituras* nº 19, p. 220 - Arquivo da Usina Junqueira.
Esta propriedade possuía na realidade 500 alqueires e os transmitentes receberam como adiantamento da doação de seus pais.
9. MOMBEIG, P. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. São Paulo, Hucitec, 1984, p. 185.
10. *Autos da Divisão da fazenda São Manuel* Cartório do 1º Ofício de Cravinhos - Arquivo da Usina Junqueira.
11. *Escrituras de Compra e Venda*. Livros nº 1 a 20. *Confissão de Dívidas e Hipotecas*. Arquivo da Usina Junqueira.
12. *Autos da Ação Hipotecária contra Braulino Diniz Junqueira*. Cartório do 2º Ofício de Ribeirão Preto. Caixa no 77 - 1904. manusc.
13. Manoel da Cunha Diniz Junqueira, era proprietário da grande fazenda São Manoel, possuindo aproximadamente 8.000 alqueires. Neto materno de Ana Claudina e Luís Antônio Diniz Junqueira, (filho de Anna Osória e Francisco Alves da Cunha), recebera parte das terras na divisão da fazenda do Lageado e outra parte, adquiriu de parentes próximos. Quando faleceu em 1895, deixou as terras para sua esposa e aos oito filhos. Nesta ocasião a fazenda possuía 200 mil pés de café - Ver: *Autos da Divisão da Fazenda São Manoel* - Arquivo da Usina Junqueira.

14. *Autos da Divisão da Fazenda Barra do Retiro* - Cartório do 1º Ofício da Casa Branca, Livro nº 1 - Escrituras.
Autos da Divisão Judicial do Esgoto - Cartório 2º - Ofício de Ribeirão Preto - 1891.
Escritura de Compra, Venda - Diversas B - Arquivo da Usina Junqueira.
15. LLOYD, Reginald. *Impressões do Brasil no Século XX*. Londres, Lloydes Greater Britain Company, 1913, p. 171.

ATIVIDADES MERCANTIS E POLÍTICAS

O CAFEICULTOR E A CIDADE

Dedicando-se à cafeicultura e as atividades criatórias, o Cel. Quiriais urbanas. Configurava-se assim no típico empresário cafeicultor de seu tempo: cidadão e político. Dependentes da comercialização do produto, os empresários, deixam o campo, constroem palacetes nas praças e deslocam suas residências para as cidades, de onde podem atuar com mais maleabilidade na venda, compra e transporte da mercadoria. (1) Por outro lado, o locus urbano propiciará uma presença mais efetiva na política local, com eixos de influência estadual e nacional.

Ribeirão Preto tornou-se naquela época uma cidade de cafeicultores que dominavam a política local através da Câmara dos Vereadores (2). O Coronel Francisco Maximiano Junqueira combinou estes dois polos: o rural e o cidadão ao mesmo tempo. Aplicando os recursos obtidos nas atividades agrárias em atividades urbanas, soube utilizar estas duas forças, para aproveitar-se das oportunidades que lhe ofereciam e enfrentar armado os desafios que o plantio do café suscitavam. A partir do início do século encontrá-lo-emos exercendo atividades urbanas.

Em 1.902, começou a adquirir imóveis em Ribeirão Preto. Construiu sua residência à rua Duque de Caxias nº 78, local onde residiu por vários anos até construir, ao lado, o seu palacete (3).

Observa-se que os dois imóveis situavam-se no centro da cidade, sendo adquiridos a vista e em moeda corrente, denotando desta forma, a presença de excedentes disponíveis para aplicação em imóveis urbanos.

Livros de Escrituras arquivados na Usina Junqueira, apontam dezenas de registros de aquisições de prédios, lotes, e terrenos, urbanos (4). Revelam que o Cel. atuou também na área da construção civil. Em 1.923 pede licença à prefeitura de Ribeirão Preto para aprovação da

planta “de um grupo de casas para operários na Villa Tibério” (5). Requereu também o calçamento das ruas deste local conhecido como Vila Quito Junqueira e que possuía dezoito casas. A Vila Tibério, era um dos bairros mais valorizados da época e essas casas, como várias outras por ele adquiridas, certamente se destinavam ao aluguel.

Em 1.912, Carlos Barberi, que era vizinho do Cel., lhe vendeu um imóvel, “situado à rua Duque de Caxias, no centro da cidade, fazendo frente para a praça Quinze de Novembro, medindo 8,40m de frente por 48,40m de fundo em forma quadrangular, confrontando de um lado com a propriedade do outorgado” (6). Neste local é que foi construído o palacete em que Cel. e sua esposa residiram e morreram. “Projetada pelo arquiteto Ramos de Azevedo, teve sua construção iniciada em 1.928 e terminada em 1.932. De estilo renascentista, possui grandes vitrais trabalhados, a sua pintura interna ainda se conserva, bem como os lambris e portas todos em madeira-de-lei minuciosamente trabalhada”. Conserva ainda as mesmas características externas de sua construção anterior tendo sofrido pequenas reformas. Esta mansão que hoje é considerada “Patrimônio Histórico” de Ribeirão Preto foi tombada pela Prefeitura em 1.983 sendo a sede da Biblioteca Cultural Dr. Altino Arantes, constituindo-se também num patrimônio cultural da cidade. Recebe diariamente dezenas de leitores que ocupam o mesmo espaço utilizado pelo Cel. Quito e D. Sinhá, rejuvenescendo a velha “residência”.

Como os grandes cafeicultores de sua época, o Cel. Francisco Maximiano Junqueira, também exerceu uma atividade política a nível municipal, participando da Câmara de Vereadores. Esse exercício político, entretanto, foi pequeno e se limitou a uma fase em que seus negócios se restringiam à região de Ribeirão Preto. Ao expandir suas atividades para o setor industrial, tornando-se usineiro em Igarapava, não mais encontramos uma participação sistemática em atividades políticas. O comando e a administração de propriedades espalhadas em diversas regiões não viabilizavam essa atividade paralela.

Em outubro de 1.909 a Câmara Municipal de Ribeirão Preto realizou a apuração da eleição de um vereador (7); nesta o Tte. Cel. Francisco Maximiano Junqueira obteve a maioria dos votos, recebendo novecentos e sessenta sufrágios. Meses depois (dezembro) as Atas da Câmara de Ribeirão Preto, registram que o Presidente Cel. Rodrigo Monteiro

de Barros, "nomeou uma comissão composta de vereadores, para dar ingresso no recinto o Sr. Cel. Francisco Maximiano Junqueira, vereador eleito que se achava presente". Ao entrar o Cel. prestou o compromisso legal e tomou assento (8). Nesta sessão o Cel. apresentou um projeto de-lei, onde criava o cargo de Inspetor Escolar do Município. O projeto foi aprovado pelos seus pares.

Pertenceu a várias comissões dentro da Câmara, como Justiça, Higiene e Instrução (9). Entretanto, este efetivo exercício político foi curto, pois em novembro de 1.910, seu cargo foi considerado vago, tendo em vista o seu não comparecimento a várias sessões consecutivas (10).

Acreditamos que a compra do Engenho Central, situado em Igarapava, os negócios da Casa Comissária de Santos, ocorridos naquele ano, tenham polarizado sua atenção, não lhe sobrando tempo para as atividades políticas institucionais. Contudo, neste mesmo ano nas eleições realizadas em "Vila Bonfim", para Juizes de Paz, o Cel. Francisco Maximiano Junqueira foi o mais votado, com 56 votos (11).

Percebe-se que o Cel. Quito, enquanto cafeicultor participou da vida pública, prestando sua colaboração, enquanto cidadão. Ressaltamos, ainda sua participação na comunidade como jurado, fazendo parte do Conselho de Sentença (12) em diversas sessões judiciais. Jornais da cidade registram ainda sua presença em inúmeros eventos políticos em Ribeirão Preto (13), evidenciando que enquanto capitalista e lavrador, a sua atividade política na cidade de Ribeirão Preto foi significativa.

Ligado por laços de parentesco ao Dr. Altino Arantes Marques que foi Deputado Federal por São Paulo, em vários mandatos (1906 a 1908 e 1909 a 1911), tornou-se também seu companheiro nas lides políticas. Abraçaram a Campanha Civilista, apoiando o nome de Rui Barbosa, para a Presidência da República. O Dr. Altino, cuja liderança na região era notória, coordenou a Campanha, na convenção do Partido e como convencional, respondeu pelos municípios de Pedreira, Batatais, Igarapava, Nuporanga e Jardinópolis (14).

Até a velhice o Cel. Quito permaneceu no Partido Republicano Paulista, porém não ocupou cargos ou postos de liderança. A partir da compra de terras em Igarapava, onde transformou-se também em industrial, o Cel. apenas acompanhou ao largo, a política. Amigo de Assis Chateaubriand, durante a Revolução Constitucional em 1.932, irma-

nou-se, com todos os paulistas, nessa luta. Esteve presente nas manifestações de solidariedade do P.R.P., em seu manifesto em prol da restauração do regime constitucional e da autonomia de São Paulo naquele momento em que os "paulistas, inspirados nos mais elevados sentimentos de patriotismo, cerraram fileiras em torno do P.R.P. na restauração constitucional" (15). Em Ribeirão Preto esse movimento foi encabeçado pelo Cel. Joaquim da Cunha Diniz Junqueira e seu genro Dr. Altino Arantes. Cel. Quinzinho da Cunha, que era sobrinho do Cel. Quito, tornou-se um conhecido chefe político de Ribeirão Preto e líder perrepeista regional. Ao seu lado estavam ainda os advogados do Cel. Quito: João Meira Júnior, Dr. Camillo de Mattos e Dr. Fábio Barreto.

CASA COMISSÁRIA DE CAFÉ EM SANTOS

A produção de café exigiu nos portos de embarque como o de Santos a presença de numerosas Casas Exportadoras. Certamente os exportadores não experimentavam os efeitos das crises cafeeiras do mesmo modo que os produtores, pois conseguiam manipular o produto, seja nas compras ou nas vendas, e desta forma, havia condições favoráveis à organização de um comércio exportador lucrativo. Assim, capitais estrangeiros (alemães, americanos e franceses) aí se instalaram, ao lado de firmas de plantadores paulistas que combinavam simultaneamente agricultura e comércio.

Antes da instalação desses centros comerciais mais elaborados, os fazendeiros vendiam seu café à comissários, intermediários entre o produtor e o exportador. Era fundamental o papel do comissário neste caso, pois ele é quem preparava a mercadoria para a exportação, misturando o café dos fazendeiros, a fim de classificá-los segundo as categorias comerciais. Terminado o trabalho e vendido o café aos exportadores, o comissário repartia entre os produtores, as somas que lhes cabiam, não somente em função das quantidades que haviam fornecido, mas também da qualidade. Era uma operação delicada que exigia grande habilidade, confiança dos fazendeiros e forte dose de honestidade. Os dois últimos, obviamente, dependiam das relações pessoais entre plantadores e comissários. Passava-se facilmente dos entendimentos comerciais às operações de crédito, sem nenhuma garantia es-

pecial. Sacando simplesmente por sua própria conta, o comissário adiantava fundos aos fazendeiros desejosos de renovar sua aparelhagem, ampliar as suas plantações ou adquirir novas terras. Os comissários proporcionavam, pois, os créditos agrícolas.

Esse sistema, contudo, só poderia funcionar com preços elevados, câmbios estáveis e boas colheitas. A crise de 1900 e 1905 provocou-lhe um rude golpe, atingindo as duas partes envolvidas que se acusavam mutuamente. A ocasião era propícia à formação de sociedade anônimas que iriam substituir os comissários, oferecendo aos produtores as garantias que os grandes capitais conferem. As velhas práticas do créditos, baseadas nas relações diretas e afetivas, foram substituídas por uma organização complexa, burocrática, mais eficaz (16).

Aos moldes de outros empresários rurais, como os Prados, os Lara Toledo, membros da família Junqueira, se reuniram para a constituição de uma sociedade exportadora. Assim, a produção de café, a pecuária, as transações imobiliárias do Cel. Francisco Maximiano Junqueira foram complementares de uma outra empresa: a Junqueira Cia. Exportadora, sediada em Santos, constituída em 1902.

A sociedade foi formada basicamente por parentes: Dr. Frederico Junqueira, Mário da Silva Junqueira, Francisco Maximiano Junqueira, Manoel Gustavino de Andrade Junqueira, Adolfo Arantes Marques e Dr. Altino Arantes Marques. Os primeiros residentes em Santos, o Cel. Quito em Ribeirão Preto e os três últimos em Batatais (17). Contrataram formar entre si uma sociedade comercial de comandita simples. O objetivo da sociedade era o "negócio de comissões de café e outros gêneros do país na praça de Santos". O capital foi de duzentos contos de réis, e os sócios Frederico Junqueira (18), Mário da Silva Junqueira e Francisco Maximiano Junqueira participaram com 75% das ações. A retirada era proporcional ao capital empregado. Os sócios Frederico Junqueira e Mário Junqueira eram solidários e gerentes da casa; os demais eram comanditários (19).

Em 1903 houve alteração do contrato com o aumento de capital e a entrada de novos sócios; dois irmãos do Cel. Quito Joaquim Firmino de Andrade Junqueira e Manuel Maximiano Junqueira, ambos fazendeiros em Ribeirão Preto, além do cunhado Bernardo Avelino de Andrade e do sogro Martiniano Francisco da Costa residentes em Franca. (20) Observa-se que os comerciantes eram também cafeicultores. A

casa operava anualmente com 150.000 a 200.000 sacas e como as demais congêneres, a Casa Comissária Junqueira & Cia. adiantava capitais aos fazendeiros. O escritório e a armazenagem situavam-se na cidade de Santos, sendo o Sr. Frederico Junqueira o gerente e o responsável pela casa.

Não encontramos a documentação contábil da firma, o que nos impossibilitou a reconstituição do passado histórico da Junqueira & Cia., de seus problemas, dificuldades e de sua trajetória comercial. Entretanto, sendo um negócio ligado a um produto agrícola instável com períodos de abundância, intercalados com crises, baixas de preços e dívidas, é bem provável que a Casa Comissária também tenha sofrido estas vicissitudes. Deduzimos que as dificuldades acentuaram-se a partir de 1.911, baseando-nos em documentos ajuizados referentes à falência da empresa.

Declararam os sócios que a conta do café naquele ano apresentou um prejuízo no valor de cento e cinquenta e nove contos, setenta e um mil e sessenta e oito réis, e que para não afetar o capital da casa, o sócio solidário e gerente Dr. Frederico mandou debitar em sua própria conta. Em petição ao Juiz, o sócio declarou que: - "desde outubro de 1.913, quando foi protestada uma letra de responsabilidade social, tem empregado todos os esforços para resolver todas as responsabilidades, contando com o ativo de sua casa comercial e seus bens particulares. Entretanto, as dificuldades da praça impediram tal solução. Os bens do Dr. Frederico eram constituídos na ocasião pela metade da Fazenda União e metade do Engenho Central Junqueira, em Igarapava. A falência da Casa Comissária foi decretada em 1.913.

Em seguida, no Tabelião de Protestos de Santos foram protestadas as letras de câmbio de aceite da Junqueira & Cia., por parte de vários bancos oficiais e particulares. O liquidatário foi o Banco de São Paulo e o Cel. Quito ficou na qualidade de credor, enquanto que a responsabilidade ficou para o Dr. Frederico Junqueira, único sócio solidário.

As finanças da Junqueira e Cia. demonstravam problemas, pois em 1.914, o Cel. Quito tornou-se devedor da quantia de duzentos e cinquenta contos de réis da firma Lara Campos Toledo & Cia., comissários também estabelecidos, em Santos, dando na ocasião como hipoteca e fazenda Baixadão. A dívida foi quitada com café (21). No processo de falência, o Dr. Frederico declarou ao Juiz da 1ª Vara de Santos que, en-

tre outros credores sociais, a Massa falida devia à Francisco Maximiano Junqueira o montante de oitenta e dois contos, quinhentos e quatro mil e trezentos réis, declarando ainda, que como credor particular devia ao mesmo, a soma de quinhentos e sessenta e sete contos de réis (valor vultuoso na época). Essa quantia possuía preferência sobre sua cota na fazenda "União" e nas Usinas Junqueira.

O Banco de São Paulo foi síndico e liquidatário da Massa Falida e assim decretou: "que a liquidação seja feita com a entrega de bens sociais da Massa Falida e de bens particulares do único sócio solidário e credor quirografário aos credores" (22). Na obrigatoriedade de quitação dos débitos contraídos pela firma o Dr. Frederico não encontrou outra solução senão vender sua parte na fazenda União e Engenho Central, onde era sócio de Francisco Maximiano Junqueira, que a partir de então tornou-se o único proprietário daquela empresa.

Notas

1. MONBEIG, op. cit., pag. 97.
2. Ver *Atas da Câmara de Ribeirão Preto* in: Arquivo da Câmara Municipal de Ribeirão Preto.
3. 2º Tabelião de Ribeirão Preto, *Livro de Notas* 61, fls. 112; *Livro de Escrituras*. Arquivo da Usina Junqueira.
4. 1º Tabelião de Ribeirão Preto, *Livro de Notas*, nº 58, fls. 24 *Livro de Escrituras* nº 20 - Arquivo Usina Junqueira.
5. Como autorgante figura o Sr. Antonio Augusto Franco, solteiro, filho de Tibério Augusto. Provavelmente, deste nome é que derivou a denominação de um dos mais populosos bairro de Ribeirão Preto.
6. 2º Tabelião de Ribeirão Preto - *Livro de Notas* nº 50, fls. 8 - *Livro de Escrituras* nº 20 - Arquivo Usina Junqueira.
7. *Atas da Câmara Municipal de Ribeirão Preto*. Arquivo Câmara Municipal Ribeirão Preto. - Livro nº 9, p. 97.
8. Idem, 03.12.1909, p. 101.
9. Idem, 17.01.1910, p. 104.
10. Idem, 30.11.1910, p. 126.
11. *Jornal Diário da Manhã*, de Ribeirão Preto, 01.11.1910.
12. Idem, 16.12.1910.
13. Idem, 16 e 21.01.1910.
14. Dr. Altino Arantes, natural de Batatais, foi casado em 1ªs, núpcias com D. Maria Theodora de Andrade Arantes, filha de Francisco Marcolino de Andrade Junqueira, residente em Franca, irmão de D. Theolina Junqueira. Em 2ªs núpcias, casou-se com D. Gabriela Junqueira, filha do Cel. Francisco da Cunha Diniz Junqueira, "o Cel. Quinzinho".

15. CASALECHI, José Enio. *O Partido Republicano Paulista. (1889-1926)*, São Paulo., Brasiliense, 1987, p. 135.
16. MONBEIG, cit., p. 111.
17. Manoel Gustavino, era filho do Capitão José Diniz de Andrade Junqueira, rico fazendeiro da cidade de Batatais. Cunhado do Dr. Altino Arantes, pois, sua esposa, era irmã deste político e advogado batataense.
18. O Dr. Frederico Junqueira, possuía uma fazenda de café em Muzambinho, mais tarde adquiriu em sociedade com o Cel. Quito a fazenda União, em Igarapava. Possuía experiência no comércio de café, pois, fora gerente da firma Amaral Rocha e fizera parte da firma Queiroz, Barros & Irmãos, fundada em 1890, ambas na cidade de Santos. Cf: *Impressões do Brasil no século XX*, op.cit., p. 274.
19. Livro "Diversos B" - Arquivo da Usina Junqueira.
20. O Sr. Martiniano era proprietário de 2 fazendas, de 1000 alqueires, com 200 mil pés de café. Cf. *Impressões do Brasil no século XX*, op.cit. p. 272.
21. Livro: "Diversos B" - Arquivo da Usina Junqueira.
22. Idem.

A USINA AÇUCAREIRA

O declínio do café e a exaustão dos solos nas áreas de velhas plantações foi um fato que não ficou despercebido aos cafeicultores. Duas opções se apresentavam a seus olhos: acompanhar a migração do café, empreendendo uma ousada penetração pelo Estado do Paraná, partindo para novas e distantes frentes pioneiras e continuando a enfrentar as vicissitudes da marcha cafeeira, ou partir para uma zona nova, em busca de uma outra cultura tendo em vista a manutenção de capitais. Num senso agudo de realidade, Francisco Maximiano Junqueira compreendeu a necessidade de diversificar a sua produção agrícola, para outro produto que não se caracterizasse pela "itinerância". Tornou-se um plantador de cana. Não abandonou, todavia, as demais atividades, apenas diversificou suas lavouras. Numa atitude de vanguarda partiu para a região de Igarapava, onde num processo diuturno montou uma empresa agro-industrial. Teria previsto o papel que a cana de açúcar desempenharia no Estado de São Paulo, décadas mais tarde?

O "VELHO" ENGENHO CENTRAL

A lavoura canavieira é uma das mais antigas culturas do Estado de São Paulo, ocupou, no século XIX, o lugar que o café obteve mais tarde na economia paulista. Perdeu a sua primazia com a penetração deste novo produto e já nas primeiras décadas do século XX, São Paulo preocupava-se com o cultivo do café, enquanto o açúcar ficou relegado a um papel secundário. A produção de todo o Estado mal dava para satisfazer uma pequena fração de sua demanda.

O autor de *Impressões do Brasil no século XX*, se referiu ao plantio canavieiro no começo do século: "a Zona da Mogiana é a que possui melhor clima para esta cultura, principalmente Ribeirão Preto e São Simão, nos quais existem dois engenhos. As principais variedades

des cultivadas são a canna rosa, a canna violeta, a canna rajada, cayena e a taquara. A rosa é considerada a melhor para produção de açúcar e a violeta para o fabrico da aguardente. As grandes usinas dão preferência às três primeiras, ao passo que nas engenhocas a bourbon é a mais apreciada por ser mais tenra e ter mais caldo. A taquara emprega-se somente para a alimentação do gado, constituindo-se em excelente forragem.

Existem apenas treze engenhos centrais de açúcar no Estado, além de cerca de 3.000 engenhocas e pequenas moendas. Os altos preços dos salários, da lenha e dos custos de produção desestimularam a instalação de novos engenhos, por isso São Paulo não produz o suficiente para o consumo de seu estado”.

Francisco Maximiano Junqueira, fazendeiro pecuarista e plantador de café, lançar-se-ia na abertura de uma nova frente de trabalho. Compreendeu que as terras cansadas pelo café da região de Ribeirão Preto não mais lhe permitiriam uma ampliação de seus negócios, assim arriscou capitais num empreendimento novo, ambicioso, contando apenas com a probabilidade de um mercado aberto, para o açúcar e para o álcool como combustível.

Percebendo que toda a região do Triângulo Mineiro e Goiás eram tributárias do açúcar do Nordeste que ali chegava depois de atravessar milhares de quilômetros indagou: por que não criar uma grande usina de açúcar à boca do sertão, destinada a suprir esses grandes mercados de consumo do Triângulo Mineiro, de Goiás e da Alta Mogiana?

Em outubro de 1.910, o jornal o “Diário da Manhã” de Ribeirão Preto, publicou a notícia: “O Cel. Francisco Maximiano Junqueira e outros adquiriram por compra do Cel. Josué Leite Ribeiro a fazenda “União Agrícola” pela quantia de cem contos de réis, onde pretendem montar um engenho central, que muito concorrerá para o desenvolvimento desta zona até então desconhecida” (1). Parece que essa propriedade há tempos estava à venda e muitos fazendeiros não acreditaram nas perspectivas empresariais da zona. Conforme a escritura (2) a fazenda União, possuía 700 alqueires de terras roxas, 164 mil pés de café necessitando de reparos, pois boa parte encontrava-se abandonada. A cana ocupava aproximadamente 100 alqueires, possuía matas e um antigo engenho já montado (3). Situada as margens do rio Grande, nas divisas com Minas Gerais, dentro do

município de Igarapava, a fazenda União vai ser o início de uma nova fase empresarial.

A partir dessa aquisição observa-se que, embora mantendo as fazendas de café, e gado em Ribeirão Preto e Colina, o Cel. Quito priorizará suas atividades em torno do Engenho Central União, que se transformará, anos mais tarde, na Nova Usina Junqueira.

Adquiriu esta nova propriedade em sociedade com o Dr. Frederico Junqueira, e para isso cada sócio dispôs da quantia de cinquenta contos de réis, sendo na época considerado um negócio vantajoso. A compra do Engenho Central da União, ampliou e desdobrou a sua rede de negócios e doravante acumulará as atividades de um industrial, continuando, entretanto, a desempenhar as suas outras atividades econômicas tradicionais: cafeicultor, criador, capitalista e comissário de café.

Num processo ininterrupto vai adquirindo terras que circundavam esse pioneiro núcleo industrial, compondo nessa região um vasto conjunto empresarial fundiário. A construção desse patrimônio localizado em Igarapava ocorreu de maneira lenta e perseverante. Foi comprando as terras de forma paciente e gradual, adquirindo pequenos quinhões, fazendas já formadas ou lotes de terra. Os vendedores, em sua grande maioria, eram constituídos por vizinhos sem capitais, empobrecidos face as constantes divisões judiciais, as quais deixavam suas áreas extremamente reduzidas e pouco rentáveis, face as diminutas extensões. Observa-se que a compra de terras recaía preferencialmente sobre as áreas contíguas e limítrofes com as suas.

Dentro da agilidade econômica que lhe caracterizava, o Cel. Quito, juntamente com o sócio, idealizaram ampliar a capacidade produtiva do engenho adquirido, projetando a instalação de uma usina açucareira, com modernas instalações, implementando comercialmente o novo empreendimento. Confiando na potencialidade da terra para a lavoura canavieira, pois segundo uma testemunha da época "a cana naquela zona dava 16% de sacarose e a sua longevidade era de 17 anos" (4), aliada à estratégica localização geográfica da zona, no confronto de São Paulo com o Triângulo Mineiro, os sócios não titubearam, face às enormes perspectivas que se abriam. Escolheram cuidadosamente o local e concluíram a montagem em dez meses.

Depoimentos de funcionários compõem as imagens deste cenário inicial: Carlos Felix, engenheiro, alemão, contratado para a montagem

do Engenho Central Junqueira, afirmou que “os maquinários eram os mais modernos daquele tempo e que foram importados da fábrica Brunsuzch da Alemanha”. Afirmou, ainda, que a instalação da Usina ocorreu “entre 1.912 e 1.913 e que a primeira safra do novo Engenho Central foi de 7.820 sacas de açúcar, além de álcool e aguardente”. A segunda safra também foi bem sucedida e o engenheiro afirma que a Usina produziu em torno de 20.000 sacas, pois os canaviais foram aumentados e que seus proprietários instalaram, por esta ocasião, um ramal da Cia. Mogiana para o transporte de cana dentro da própria fazenda (5).

Verifica-se que a experiência empresarial, adquirida em outras atividades capitalísticas, era retomada agora no setor açucareiro. Investimentos eram feitos, tendo em vista um retorno de capital

Luiz Baptista Junior, comerciante de açúcar, ligado por negócios com a Usina, e que a visitava constantemente, testemunha que “o açúcar produzido no ano de 1.915 atingia de 50 a 60 mil sacas”. Afirmou ainda que o “Cel. Quito sempre aumentava os canaviais” (6). Luís Lombard, outro engenheiro francês que trabalhou na fazenda, relata: “a Usina possuía a capacidade para moer 300 toneladas de cana e produzia até 75 mil sacas de açúcar, além da capacidade de produzir aproximadamente 2.500 pipas de aguardente por safra”. Diz ainda, que o Engenho Central era acionado por energia elétrica e a vapor. Localizado às margens do rio Grande o edifício do Engenho Central possuía 85m de altura, era coberto de zinco, possuía os maquinários completos para moagem da cana, classificação e repartição de açúcar e destilaria” (7).

A empresa preparava-se para o êxito, com uma administração competente, muito trabalho, contenção de gastos e desejo de crescer. O pequeno Engenho Central, recebendo um tratamento empresarial, recebendo investimentos benfeitorias e recursos financeiros, projetou suas bases para a montagem de uma moderna usina. Cabe dizer que a sua instalação se deu num momento oportuno, pois logo após iniciou a guerra européia (1.914 - 1.918), trazendo impossibilidade de importação de máquinas, o que inviabilizaria o projeto de remodelação. Em contrapartida, a guerra trouxe uma dinamização no mercado interno nacional, fazendo com que o açúcar alcançasse bom preço e aumentasse o consumo.

A sociedade com o Dr. Frederico Junqueira foi desfeita em 1.916. Com a falência da Casa Comissária de café, na cidade de Santos, o Sr. Frederico que também era gerente e sócio daquela firma, tornou-se credor particular do Cel. Quito, da quantia de quinhentos e sessenta e seis contos, trezentos e vinte e oito mil e quinhentos e sessenta e sete réis (vultoso montante). Face a essa dívida, a Massa Fallida da Junqueira & Cia., representada por seu liquidário, o Banco de São Paulo, aceitou como pagamento do crédito a parte que o devedor possuía em sociedade com o credor na fazenda União e na Usina Junqueira, instalada em terras daquela fazenda (8).

Resolvidas as querelas judiciais, Francisco Maximiano Junqueira, vai se tornar o único proprietário dessa promissora empresa. Os engenheiros que frequentavam a Usina afirmaram: que "imediatamente o Cel. iniciou uma reforma completa nos canaviais, plantando canas indianas e erradicando os mosaicos que atacavam a lavoura".

Após adquirir a parte referente a seu sócio, projetou melhorias e o reaparelhamento de sua indústria sucro-alcóoleira. Comprou materiais e aparelhos para fabricação de açúcar e álcool e para a respectiva destilaria, modernizando todos os seus equipamentos. Tornou-se devedor da *Cia. Fives Lille pour Constructions Mecaniques et Enterprises* de um empréstimo destinado à compra de mercadorias para a nova usina e álcool, a ser instalada na fazenda São Geraldo.

Os anos de 1.915 e 1.916 foram difíceis, pois foram os marcos de modernização do setor industrial, obrigando o Cel. a contrair dívidas em bancos e com capitalistas particulares. O Banco de Créditos Hypothecário e Agrícola do Estado de São Paulo lhe emprestou a quantia de trezentos contos de réis, tomando como hipoteca o Engenho Central Junqueira. Com o Cel. Antônio Alves Ferreira, de Bataias, efetuou um empréstimo de oitenta contos de réis. Com a firma Lara Campos Toledo, comissária de café em Santos, assumiu uma dívida de duzentos e cinquenta contos de réis (9).

Entretanto, como todos os empréstimos foram aplicados em melhorias, maquinária, isto é, em bens de capital, logo lhe proporcionaram o retorno que lhe permitiu o pagamento de seus compromissos.

A Usina garantia-lhe a solidez dos empreendimentos. Embora suas fazendas de café e pecuária continuassem a produzir, parece-nos que a grande rentabilidade de seus negócios agora era proporcionada

pela produção do açúcar e do álcool. A Usina propirciar-lhe-ia, doravante, os recursos necessários para a manutenção destes investimentos já iniciados, como também possibilitar-lhe-á, a aquisição de um vultoso patrimônio fundiário, neste local, constituído por sete propriedades, adquiridas ao longo de quase vinte anos.

Colada a estas imagens empresariais que transcendem da figura do Cel. Quito, emerge uma outra mais vincada que se adere às primeiras e juntas fluem paralelas: a da rígida economia de gastos. A linguagem contábil nos fornece uma visão do minucioso controle de pagamentos de dívidas, de impostos, de taxas, de salários e de equipamentos, indiciando uma obsessão pela contenção de custos.

A memória oral também corroborou com estas representações. Velhos moradores e antigos administradores das fazendas retomam estas imagens: "o Cel. catava pregos velhos pelo chão"; "ia à cavalo, de madrugada, receber suas promissórias"; "levava uma vida modestíssima". O Sr. Romeu Pinheiro, administrador da fazenda da Serra há 64 anos, saborosamente narra estas passagens, embaralhando os fatos e a ficção, mas tecendo sempre uma representação do passado pontuada pela rigidez dos gastos.

CORONEL QUITO: UM PLANTADOR DE CANA

AS "NOVAS" FAZENDAS DE CANA DE AÇÚCAR

A aquisição de terras contíguas à fazenda União constituiu-se num novo projeto que foi desenhado após o término das pendências e atritos decorrentes do encerramento da antiga sociedade. Foi um processo lento, complicado e paciente, pois, ao longo de dezenas de anos o Cel. Quito conseguiu habilidosamente adquirir, arrematar, quinhões de terras vizinhas e com elas formar sete novas fazendas produtivas de cana de açúcar.

Investidor incansável, sempre presente em suas propriedades, comparecendo pessoalmente aos cartórios para registros de escrituras, deixou-nos a imagem de um homem obstinado pelo trabalho, pela idéia de acumular bens e pela satisfação em adquirí-los. Um imaginário capitalista, limitado somente pela morte, irrigou copiosamente o cotidiano do Cel, confundindo, parece-nos, com a sua própria essência.

A compra das "novas" terras caracterizou-se por um processo desordenado, passado por questões judiciais, que foram desenroladas tal qual um novelo com pertinácia e perseverança. O tamanho dos lotes nem sempre aparecia de forma exata nas escrituras, gerando atritos nas áreas limítrofes. Os advogados febrilmente trabalhavam em longos processos, contudo, o poderio econômico e social, certamente, deram-lhes o ganho de causas por mais difíceis que fossem.

O empréstimo de dinheiro, com a hipoteca de terras, constituiu-se numa das formas de aquisição das terras vizinhas. São inúmeras as escrituras em que os outorgantes confessam ser credores do Coronel, e que, naquele momento lhes transferiam os direitos sobre as terras que possuíam. Incapazes, portanto, de saldarem seus compromissos, vendiam seus lotes e quinhões já retalhados pelas constantes divisões familiares. Nota-se que, na região de Igarapava, a forma de aplicação de

capitais em empréstimos a juros permitiu ao Cel. Quito uma reprodução capitalística e que era reinvestida na compra de novas terras. O antigo cafeicultor, pecuarista, capitalista e comerciante de Ribeirão Preto desdobrar-se-à, doravante, num plantador de cana e num usineiro: trabalhos que coexistirão de forma orgânica e sincrônica.

A aquisição da fazenda União, constituiu-se assim no arcabouço de um enorme canavial, pois a instalação do Engenho central para a fabricação de açúcar e álcool exigia o fornecimento de cana para abastecer as moendas, bem como, de matas com a lenha para as fornalhas.

Na tentativa do rastreamento da formação desse novo patrimônio, utilizamos dos Registros de Escrituras. Muitas vezes, elas aparecem de forma incompleta, não contendo a área da propriedade comercializada, descrevendo de maneira sucinta as benfeitorias, apresentando de forma difusa as demarcações. Nesta região, "tocos, covas, árvores, córregos" foram também os elementos divisórios: "começa em um toco de alma-cega que se marcou na roça de Joaquim Pedro, daí saindo em rumo a um toco de canella...". O mapeamento era precário, mas o Coronel não tinha pressa. Lentamente adquiria pequenos quinhões, mas certamente antevendo que os outros viriam, mais cedo ou mais tarde, aumentar suas terras. Sabia esperar. Atento à publicação dos editais judiciais, arrematava as terras desejadas em hastas públicas.

A velha sesmaria do Paraíso, em Igarapava, retalhada e pulverizada em quinhões, foi quase que recomposta nas suas mãos. A lavoura de cana foi então a responsável por esta neo concentração fundiária. Antecipou nessa região, um processo que vai ocorrer anos mais tarde na área regional de Ribeirão Preto, decorrente da produção sucro-alcóoleira.

FAZENDAS PARAÍSO, BELA VISTA E CAMPESTRE

Em 1.899 a sesmaria do Paraíso, foi sendo dividida entre numerosos herdeiros, originando várias propriedades. Limitando-se com a fazenda União, havia grande interesse por parte do Cel. Quito em adquirir estas terras vizinhas, possibilitando-lhe assim uma expansão de sua área agrícola.

O ano de 1.916 marca o início desse processo de ampliação de terras, através da compra de propriedades limítrofes à antiga fazenda União, agora denominada São Geraldo. Nesse ano adquiriu de um fazendeiro francano, seu credor, uma fazenda denominada "Varzea Alegre", composta de terras de cultura, cerrados, pastos, cafezal e olaria. Mais tarde compra de parentes (10), também residentes em Franca, a Fazenda do Porto que se anexará à primeira, pois as terras eram fronteiriças. A propriedade possuía 100 alqueires de terra, sendo produtora de café, contendo 25 mil pés do produto. Ambas formarão a atual fazenda Vargem Alegre, com uma área de 296,40 alqueires (11).

Em 1.924, o Cel. adquire de Aristides Rodrigues Nunes um quinhão que fazia parte desta fazenda Paraíso, possuindo algumas benfeitorias no local denominado Mandembo. Dois meses após, compra do Sr Kazuzo Yatsuda 25 alqueires de terras no local Correguinho. Essas terras confrontavam com a fazenda São Geraldo (12).

Assim, as escrituras se multiplicam monotonamente e mesmo quando velho e doente o Coronel, ainda comprava pequenos lotes: "em, 1.938, (ano de sua morte) "adquiriu de Rosa Esposito da Silva, 4 1/4 alqueires de terras". Neste mesmo ano encontramos mais seis escrituras de compra e venda (13). Desta forma, antigas propriedades, com denominações locais conhecidas popularmente como: Carlos Jacynto, Brejinho, Paredão, Morro Alto, Perim, Montevideo, Serrinha, Três quinhões, Traíras, Iguassu, foram incorporadas num processo lento e diuturno e se constituíram em duas "novas" propriedades: Campestre e Bela Vista.

A formação dessas duas propriedades ocorreu no decurso de quatorze anos de trabalho, onde não faltaram ações judiciais, pois algumas delas eram áreas de litígios familiares, outras pertenciam a viúvas e/ou a menores impúberes. A imprecisão das confrontações gerava também confusões e atritos nas demarcações. Entretanto, nada disso tornou-se obstáculos, aos projetos de ampliação dominial.

Sanadas as questões jurídicas, as compras eram feitas em moeda corrente e o pagamento realizado no ato da Escritura. Os negócios se repetiam. Muitos vendedores já estavam ligados comercialmente ao Cel. Quito, através da venda de lenha ou a empréstimos sob hipoteca. Cabe dizer que, em algumas propriedades o que predominava era o cultivo do café, o que evidencia o caráter anterior desta cultura, na re-

gião de Igarapava e a sua substituição pela cana efetuada de forma pioneira pelo Cel.

Nos Autos do Inventário de Bens de Francisco Maximiano Junqueira, realizado em Igarapava, em 1.939, constata-se que a fazenda Bela Vista possuía uma área de 741,43 alqueires, e, segundo o Inventário, constituía-se na ocasião a mais valiosa das propriedades canavieiras. Possuía então 84 casas de colonos, evidenciando assim a rentabilidade da fazenda e a sua dinâmica.

A fazenda Campestre, com uma área menor, figurava com 474,90 alqueires, possuindo setenta e duas casas de colonos.

CANINDÉ, CANA BRAVA E CAMPO BELO

Em 1.922, o Cel. Quito comprou do Cel. João Lara, residente na estação de Delta (MG), uma "sorte de terras" denominada Pedra Branca e Tamanduá, área que também já havia sofrido divisões judiciais. Inicia-se aí, a formação de uma das maiores fazendas pertencentes ao patrimônio do casal: a fazenda Canindé, atualmente denominada Tamanduá. Adquiriu posteriormente mais 400 alqueires, dos 500 que ainda restavam da antiga fazenda. A Escritura informa que: "pela quantia de sessenta e sete contos de réis, adquiria a propriedade agrícola e pastoral, formada de terras de campos e cerrados, situada na estação de Canindé". Estas terras obviamente já divisavam com as do comprador. Os 100 alqueires restantes, que naquela ocasião foram transacionados com um outro comprador serão vendidos, seis anos depois, para o Cel. (1936). Desta forma, no decurso de quatorze anos, gradualmente a fazenda foi sendo constituída em sua totalidade de 2073 alqueires.

Dentro desse projeto de expansão de terras, através da aquisição de áreas limítrofes, o Cel. Francisco Maximiano Junqueira adquiriu de Antonio Arantes, em 1928, uma propriedade com 51 ha., com terras de cultura e de cerrados situadas no córrego da Canna Brava. Comprando sucessivamente sortes, lotes e quinhões de terras que margeavam o Rio Grande, o Coronel formou esta "nova" fazenda fornecedora de cana, para a Usina. Após sua morte, a viúva D. Sinhá adquiriu o último lote para a composição final desta propriedade. "Em 1940, Sebastião Maciel transfere 18 alqueires, mais ou menos, de ter-

ras de cultura e pastos, que já confrontavam com terras da outorgada” (14). Observa-se que até essa data, ainda não havia uma precisão das áreas. Nessa compra ficou incluída a cota de fornecimento de cana para a Usina Junqueira, na quantia de 1.484.430 Kg de cana anualmente”.

A fazenda Campo Bello é uma das maiores do setor canavieiro, contendo 1.497,2 alqueires. Observa-se que também foi constituída por partes adquiridas ao longo do tempo.

Em dezembro de 1924, foi oficializado um Compromisso de Compra e Venda, no qual Paulino Silva Lavandeira comprometeu-se a vender ao Cel. Quito vinte mil metros cúbicos de lenha, que seriam encaminhados à Usina. Recebendo adiantado um terço da quantia estipulada, o vendedor deu como garantia “um matto calculado em cem alqueires denominado “Malaquíás, também chamado Capão Redondo”. Neste mesmo dia o Sr. Paulino confessa ainda uma dívida sob a hipoteca da quantia de setenta contos de réis. Como garantia ofereceu ao vendedor uma propriedade agrícola denominada “Ponte Grande”, situada na fazenda” Monte Bello, com duzentos alqueires de campos, matas e parte de terras e culturas. confrontando-se com terras do outorgado”.

Certamente o Sr. Paulino não conseguiu honrar os seus compromissos e o pagamento de sua dívida, pois dois anos após, ele lavra a Escritura de venda dessa propriedade ao seu credor.

Em 1925, o Dr. Álvaro Cayres Pinto outorga ao Cel. Quito três propriedades agrícolas também situadas na fazenda Campo Bello, formando um todo de “500 alqueires de terras, cerrados, matas, capoeiras e terras cultivadas, confrontando com terras do outorgado”. O imóvel possuía canaviais, cafezais, currais e instrumentos agrários.

Um ano após, outro pequeno proprietário também vende suas terras limítrofes ao vizinho. Eram cerrados, varjões, situadas na fazenda Campo Bello. Da mesma forma, a proprietária de 48 alqueires de terras situadas no local Capão Redondo na fazenda Campo Bello também vende suas terras ao usineiro. Ainda neste ano são negociados com D. Rita Antonia de São José 130 alqueires de terras de cultura e cerrado, situadas nessa fazenda, no distrito de Buritis. Possuía a propriedade casa de moradia, engenho de serra, moínho, monjolo, paiol, currais e chiqueiros.

Em quase todas essas transações o Coronel. se fazia presente, comparecendo pessoalmente nos cartórios para a lavratura dos papéis. Nas últimas aquisições é que já doente, “entrevado” fazia-se representar por seu

advogado Dr. Camillo de Mattos. Foi o caso da compra dos últimos 23 alqueires de terras vizinhas, quando completou a área dessa valiosa fazenda. No espólio de D. Sinhá, essa propriedade já figurava com seus 1,629 alqueires, contendo a sede com dez comodors, casas para colonos, currais, mangueiras, etc.. Afloravam nos documentos mais recentes as benfeitorias que esta e as demais fazendas receberam, denotando as características empreendedoras e investidoras, introjetadas. Matas, cerrados transformavam-se em canaviais; terras abandonadas transfiguravam-se em valorizadas propriedades.

Acostumado a adquirir terras contíguas, o Cel. Quito iniciou na zona de Igarapava um processo de concentração fundiária tendo por cerne a Usina Junqueira. Cabe reafirmar que até a sua morte este movimento foi contínuo, lembrando um colecionador obstinado, fascinado e insaciável, pelo prazer que a terra lhe oferecia. Sem descendentes diretos e portanto sem herdeiros à distribuir sua imensa fortuna, que força estranha o impedia à comprar lotes de terras, quando a doença lhe roubava as forças e o impedia de deixar o leito, sabendo que não teria tempo de trabalhá-las e nem mesmo de conhecê-las?

A MORTE DO CORONEL QUITO

Após anos de prolongada doença, Cel. Quito faleceu em Ribeirão Preto a 19 de novembro de 1.938 aos 71 anos, vítima de uma bronco-pneumonia e “hipertrofia do coração” (15). Sua morte foi comentada pela imprensa interiorana e da capital, onde também possuía uma residência. Vejamos o necrológio de alguns jornais: “A Cidade” de Ribeirão Preto, dedicou-lhe toda a primeira página de seu diário, com a legenda: “Faleceu ontem o maior usineiro da América do Sul. Tal posição o extinto conquistou a golpes de trabalho insano e dignificante, foi um exemplo de tenacidade” (16).

No dia seguinte, novo registro: “O funeral do Cel. Francisco Maximiano Junqueira foi um dos mais concorridos que aqui já houve; milhares de pessoas acompanharam o féretro, recebendo manifestações de pesar de todo o país e até do estrangeiro (Paris e Buenos Aires). Homagens que faz jús por ter sido grande propulsor de nosso progresso e pela sua vida laboriosa e digna. A despedida de São Paulo ao Cel. Quito foi uma demonstração eloquente de que o povo admira e respeita todos os que vivem e crescem pelos seus esforços, pelo seu labor e valor. Homem que viveu pelo trabalho honesto e fecundo” (17).

O *Jornal Correio Paulistano*, assim o descreve: “Espírito empreendedor e incansável era agricultor e industrial de grande visão. Seu féretro realizado no domingo às 09 horas da manhã foi acompanhado por representantes de todas as classes” (18).

“Cidadão prestante deve-lhe a sua cidade natal inúmeros serviços, principalmente as instituições de caridade as quais deixou legados”; são imagens do *Estado de São Paulo*. (19)

“Faleceu, depois de prolongados padecimentos o conhecido cidadão e maior produtor de açúcar da América do Sul, o Cel. Francisco Maximiano Junqueira. Dedicou toda a sua existência aos trabalhos da lavoura. Às margens do Rio Grande, em União, estabeleceu a maior usina da América do Sul” (20), foi a legenda que a *Folha da Manhã* publicou.

“Faleceu o maior Usineiro de açúcar do Brasil, O Cel. Quito Junqueira pertencia a uma estirpe de desbravadores que infelizmente hoje

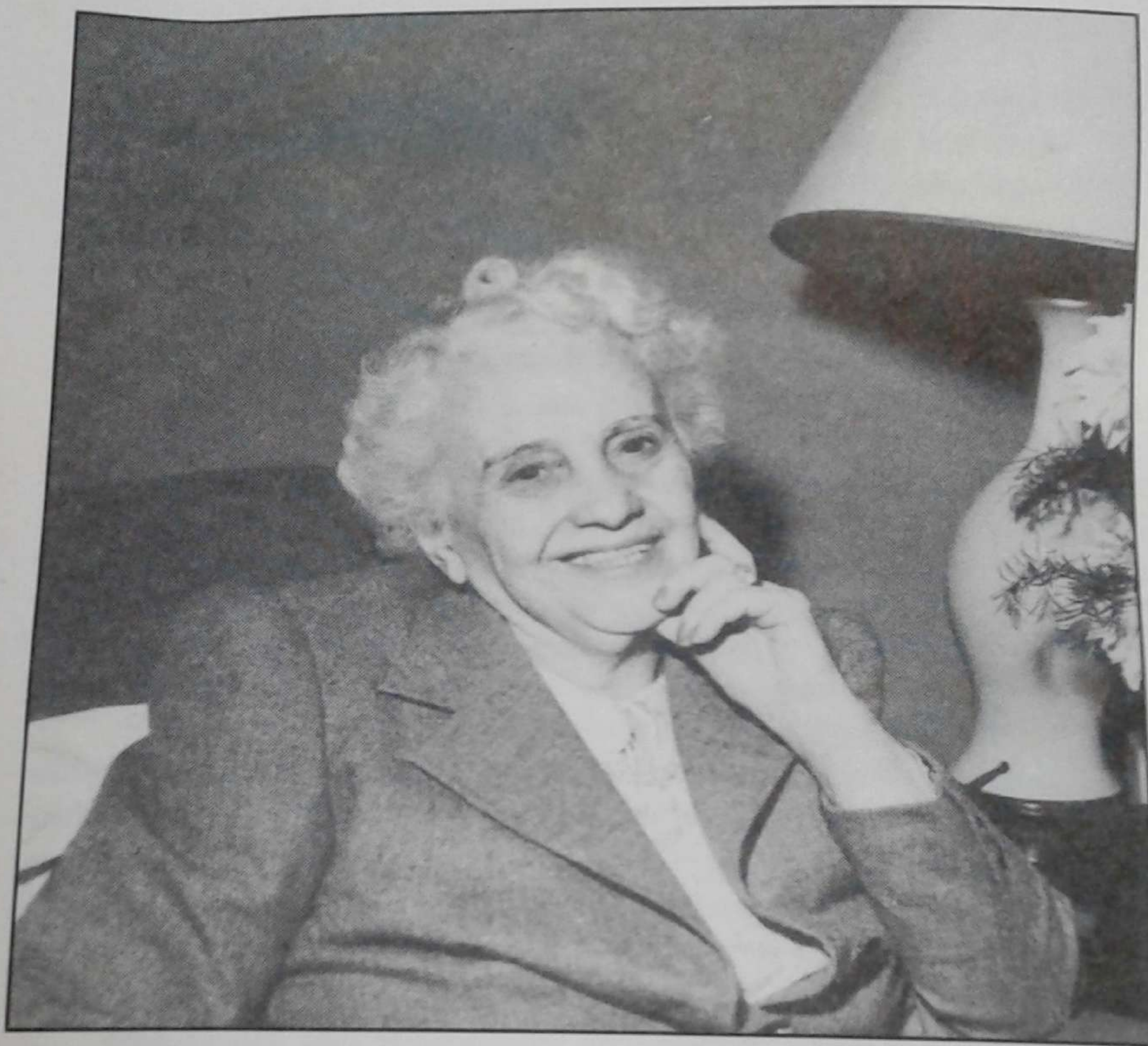
vai rareando. Descendendo de uma família de agricultores, ele mesmo sempre foi um agricultor. Começou sua vida plantando café onde ganhou grande fortuna de cem mil contos de réis" (21), registrou o *Diário de São Paulo*.

Estas foram algumas das lendas extraídas de jornais da época que nos oferecem um jogo de imagens que a sociedade construiu em relação a figura do Cel. Quito, e as representou. Houve um consenso na afirmação de suas capacidades gerenciais e empresariais. São representações, de uma época em que figura de um empresário bem sucedido eram paradigmáticas da modernidade, da civilização e do progresso.

Notas

1. Jornal *O Diário da Manhã*. Ribeirão Preto. 13 out. 1910.
2. Igarapava. Cartório do 2º Ofício - Escritura 2705. 03.09. 1910.
3. *Autos da ação de Frederico Junqueira contra Theolina Junqueira*. Arquivo da Usina Junqueira.
4. Depoimento de Carlos Félix. *Autos da ação de Frederico Junqueira* - ITATIBA 17.08, 1950.
5. Idem. Felix foi contratado para a instalação da Usina aí permaneceu até 1916.
6. Depoimento de Luiz Baptista Júnior in: *Autos da Ação de Frederico Junqueira* - Arquivo da Usina Junqueira.
7. Depoimento de Luís Lombard, in: *Autos da Ação de Frederico Junqueira*. O engenheiro voltou novamente à Usina quando ela já estava em pleno funcionamento.
8. Cartório do 4º Tabelião de São Paulo, Livro de Notas 113, fls. 58.
9. *Escrituras de Compra e Venda* - Livro nº 10. Arquivo da Usina Junqueira.
10. Cel. André Martins de Andrade e sua mulher Rita Martins de Andrade - *Livro de Escrituras*.
11. Tabelião Campos Toledo de Ribeirão Preto. *Livro de Notas* 68, fls. 35.
12. Livro nº 12 de *Escritura de Compra e Venda* - Arquivo da Usina Junqueira.
13. 4º Tabelião de Ribeirão Preto, Livro de Notas nº 13, fls. 350 - *Livro de Escrituras* nº 20 - Arquivo da Usina Junqueira.
14. 4º Tabelião. *Livro de Notas* 29, fls. 1 - *Livro de Escrituras* nº 20.
15. Cartório do Registro Civil de Ribeirão Preto - Livro de Óbitos 74c fls. 165v., nº 1035.
16. A Cidade - 20.11.38 - 1ª p.
17. A Cidade - 22.11.38 - 1ª p.
18. Correio Paulistano 22.11.38, p. 6
19. O Estado de São Paulo - 20.11.38. p. 7.
20. Folha da Manhã - 22.11.38, p. 7.
21. O Diário de São Paulo - 24.11.38, p. 4.

3ª PARTE



**DONA THEOLINA
DE ANDRADE JUNQUEIRA:
SINHÁ JUNQUEIRA
A "ETERNA DAMA"**

...cultores, ele mes-
...plantando café onde
...rês" (21), registra o
...das de jornais da época
...cidade construiu em re-
...Houve um consenso na
...presariais. São represen-
...presário bem sucedido
...ção e do progresso.

...
...1910.
...Junqueira. Arquivo da
...Junqueira - ITATIBA

...permaneceu até 1916.
...de Frederico Junqueira -
...derico Junqueira. O es-
...em pleno funcionamen-

...fls. 58.
...sina Junqueira
...de Andrade - Livro de

...68, fls. 35.
...sina Junqueira.
...50 - Livro de Escrita-

...20.
...os 74c fls. 165v, nº

PÁGINA 068 EM BRANCO

SINHÁ JUNQUEIRA

D. Theolina de Andrade Junqueira, esposa e companheira do Cel. Quito pelo espaço de quarenta e sete anos, era também sua prima em primeiro grau. D. Mariana Constança Junqueira, mãe do Cel. Quito era irmã de Francisco Martiniano da Costa, pai de Theolina. Natural de Franca, aí fez seus estudos pelos anos de 1.883 a 1.887 numa escola rural.

Após o casamento veio a residir em Ribeirão Preto na fazenda da Serra, no distrito de Vila Bonfim, sede das atividades agrícolas e a residência do casal. D. Sinhá, como era chamada carinhosamente por todos, levava uma vida modesta, junto ao marido realizando, nos primeiros tempos, as tarefas domésticas. Alguns depoentes afirmam que na Serra, era ela quem cozinhava para a turma de camaradas que lá trabalhavam. Lembram-se também que seu cotidiano, doméstico era pautado por uma rígida contenção de gastos. "Economia" é uma imagem recorrente na memória dos que os conheceram.

Residiram por vários anos nesta fazenda e quando vieram para a cidade deixaram móveis e objetos de uso nas diversas propriedades rurais que possuíam, o que denota a presença constante de ambos em temporadas nas fazendas de Ribeirão Preto, Colina e de Igarapava. Construíram sua residência em Ribeirão Preto e mais tarde adquiriram uma outra casa na cidade de São Paulo, à rua Frei Caneca, no bairro da Bela Vista.

Conquanto não figurassem nas colunas sociais dos jornais locais, onde eram descritos bailes, banquetes e festas carnavalescas. Quito e Sinhá estavam sempre presente nas campanhas sociais, nas listas benemerentes e de auxílio aos desprotegidos. Os jornais da época discorrendo fartamente os movimentos filantrópicos de Ribeirão Preto, registravam a participação do casal nestes eventos. Doações e legados eram carregados para asilos, creches, Santa Casas, Igrejas (1) e se constituíam em sacos de açúcar, álcool, lenha e dinheiro. O jornal "O Diário da Manhã, de Ribeirão Preto registrou inúmeros donativos.

OS LEGADOS ASSISTENCIAIS

A ausência de filhos fez com que o casal voltasse sua atenção e carinho pelas crianças. Assim o Cel. Quito, em idade avançada, doou a considerável quantia de "cem contos de réis" à um reformatório para menores, que, em agradecimento pela oferta, colocou seu nome como patrono da casa. Essa instituição transformar-se-á mais tarde no Educandário Cel. Quito, que abriga, ainda hoje, menores do sexo masculino.

Em continuidade a este projeto, D. Theolina adquiriu, em 1.940 (já viúva), da Cia. Agrícola Ferreira Meirelles S/A., uma propriedade agrícola denominada Morro da Vitória. Possuía 238 alqueires, setenta mil cafeeiros e benfeitorias. Essa aquisição objetivava-se a construção e a instalação do Educandário, Realmente aí foram construídos quatro pavilhões destinados a abrigar cento e sessenta crianças, de sete a dezesseis anos.

No falecimento do marido, D. Sinhá, parentes e amigos, desejando-lhe prestar uma homenagem póstuma, abrem o "Livro da Saudade" onde foi arrecadado a quantia de treze contos de réis, que foram distribuídos entre as instituições beneficentes como: Santa Casa da Misericórdia de Ribeirão Preto, Asilo Anália Franco, Hospital de Tuberculosos e outras instituições (2). Vê-se, portanto, que as raízes que irão mais tarde gerar uma gigantesca obra assistencial abrigando velhos, doentes, crianças e desamparados, são bem antigas. Para a corporificação desse desejo, o casal de lavradores dedicou uma vida inteira de trabalho e economias.

Observa-se, pois, que a filantropia esteve presente na vida desses antigos lavradores que procuraram redistribuir através da caridade parte de seus bens.

Em sua viuvez, D. Theolina acentuou esta faceta evoluindo, no decurso do tempo, de atos isolados espontâneos e dispersos para um projeto formal, elaborado, estrutural e conseqüentemente, perdurável. O auxílio ao próximo constituiu-se no objeto central dos tempos de viuvez de D. Sinhá. A preocupação com o "outro" tornou-se o fulcro de sua existência e a mola propulsora que a estimulará na manutenção e, mesmo na realização de pequenas adições às propriedades deixadas pelo seu esposo. Descrever o tempo de viuvez de D. Sinhá é elencar as múltiplas doações, campanhas, patrocínios, que não se restringiam

às cidades de Ribeirão Preto e Igarapava, centros onde se localizavam suas principais propriedades, mas se espraiavam por toda a região, extrapolando mesmo os limites estaduais, atingindo outros estados como Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia (3). Há uma identificação, portanto, entre a figura de D. Theolina Andrade Junqueira e a sua obra de promoção social.

Detalhar todas as contribuições efetuadas aos diversos Sanatórios, Leprosários, Centros de Puericultura, Creches, Casas de Crianças, Orfanatos, Asilos, Educandários, Bibliotecas, Escolas, seria exaustivo e redundante, dado que sua velhice foi permeada por todas essas atividades.

Participou de campanhas estaduais, como a efetuada pelos Diários Associados que pretendia à ampliação da Aviação Civil e ao mesmo tempo constituir uma mentalidade aeronáutica em nosso país. O próprio Ministro Salgado Filho presidiu a campanha e D. Sinhá doou seis aviões avaliados em cinco milhões de cruzeiros (4).

Todas as campanhas promovidas pelos "Diários Associados" lideradas por Assis Chateaubriand tiveram seu apoio financeiro. Como um mecenas, fez doação de uma grande soma para o Museu de Artes de São Paulo, viabilizando a compra de obras-primas de mestres da pintura que hoje permanecem em seu acervo. Nesse mesmo teor, ocuparíamos um enorme espaço, repetindo todos os seus donativos.

A MÃE DOS ÓRFÃOS

Contudo, não podemos deixar de destacar três pilares que, pela sua abrangência, devem ser ressaltados: a construção do Educandário Cel. Quito, a construção da Maternidade Sinhá Junqueira e a instalação da Biblioteca Altino Arantes, todos na cidade de Ribeirão Preto. Ouçamos D. Sinhá:

"É meu desejo realizar a criação e instalação de uma Fundação denominada "Maternidade Sinhá Junqueira" destinada ao amparo médico-social da maternidade e infância. Deverá ser construída em prédio próprio que adquiri em 1.944. Quer eu venha instituir a Fundação por ato intervivos, quer ela se constitua por efeito de minha vontade mani-

festa no presente testamento, faço a doação necessária para a sua organização. Assim, lego à referida Fundação "Maternidade Sinhá Junqueira", além do terreno, a importância de vinte milhões de cruzeiros, sendo dez milhões para construção e instalação da mesma maternidade e dez milhões de cruzeiros, aplicado em títulos da Dívida Pública, da União ou do Estado, ou em ações ou debêntures de grandes Companhias de alto conceito econômico, sujeitos à cláusula de inalienabilidade, para que seus frutos e rendimentos possam ser aplicados na manutenção da mesma maternidade, que terá 100 leitos" (5).

Em 1.948 lançou a pedra fundamental desta maternidade que, em 1.953, fez convênio com a Universidade de São Paulo e a Escola de Medicina de Ribeirão Preto, para tornar-se uma "maternidade-escola" (6). Em 1.972, a Câmara de Ribeirão Preto aprovou o projeto de lei que considerou de utilidade pública a Fundação Maternidade Sinhá Junqueira (7).

A Câmara Municipal de Ribeirão Preto, em 1.953, concedeu-lhe o título de Cidadã Ribeiropretana. "Em bronze será perpetuada essa homenagem, devendo o mesmo ser afixado no recinto da Câmara Municipal de Ribeirão Preto". Além dessa manifestação a Câmara reconhecendo os inúmeros benefícios realizados por esta dama, decidiu dar seu nome a uma avenida nesta cidade, "lembrando aos pósteros, de forma perene, um nome que deve ser tratado com carinho e gratidão" (8). Uma tradicional Escola Pública de 1º e 2º Graus situada na Vila Tibério também recebeu o seu nome.

D. Sinhá teve seu nome inscrito no *Livro do Mérito* no governo do Marechal Eurico Gaspar Dutra, sendo condecorada pelo presidente da República, com a medalha do "Mérito Nacional". Assim dizia o documento: "O Presidente da República, tendo em alto apreço os merecimentos da Senhora Theolina Junqueira e em testemunho público de reconhecimento nacional pela prestação de serviços relevantes para o enriquecimento do patrimônio material e espiritual do Brasil, mandou que fosse feita a inscrição do seu nome no Livro do Mérito" (9).

Diante deste fato, a população de Ribeirão Preto, prestou-lhe significativa homenagem no Teatro Pedro II. A festa teve um caráter regional, pois várias cidades vizinhas enviaram delegações (10). A Associação Brasileira de Rádio e Imprensa, "por sua atuação em

obras sociais", conferiu-lhe a Ordem do Estilingue no grau de "Comendador".

Novas homenagens prestadas pela Câmara Municipal de Ribeirão Preto: "autorizando o chefe do Executivo a adotar o nome de Sinhá Junqueira" como nomenclatura de uma praça, reverenciando a memória da ilustre dama. Era o reconhecimento nacional, estadual e municipal de suas atividades.

Todo o patrimônio do casal, construindo de forma diuturna durante dezenas de anos, será doravante carreado para fins sociais. Toda fortuna pacientemente acumulada deverá ser revertida aos pobres, segundo o desejo de D. Sinhá, que faleceu em Ribeirão Preto, aos 80 anos de idade, em novembro de 1.954, sem deixar herdeiros diretos (11).

A grande imprensa registrou o seu falecimento. O jornal "*Folha da Manhã*" assim escreve: "a Alta Mogiana perde uma das figuras de maior destaque. Sua atuação destacou-se sobretudo no amparo à infância" (12).

O "*Correio Paulistano*": "o desaparecimento provocou, como era de se esperar, a mais profunda consternação em toda a sociedade paulista e entre os que vinham sendo beneficiados pelo seu espírito filantrópico..." (13).

O jornal "*O Estado de São Paulo*" (14), também noticia, exaltando o caráter e o coração da venerada extinta e o que fez pelos pobres do Brasil...

O "*Diário de São Paulo*", face as ligações de seu proprietário Assis Chateaubriand com o casal, registrou o fato com maiores proporções em primeira página. "Toda a vida de D. Sinhá Junqueira foi marcada por atos de inspiração cristã (15). Com a morte de D. Sinhá, perde o Brasil uma das mais expressivas figuras femininas de sua história..." Exaltando as suas virtudes e ressaltando as doações feitas e as campanhas de que participou, o jornal ocupou a página inteira com a notícia.

A FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SINHÁ JUNQUEIRA

Entendendo que a limitação temporal do homem poderia comprometer um projeto que estava sendo tecido, D. Sinhá procurou encontrar uma forma de transcendência de sua obra. Percebera a longa duração da filantropia e desejava que toda a trajetória, construída dentro desse modelo se reproduzisse através dos tempos, sem as rupturas que a sua morte certamente ocasionariam. Desse desejo surgiu uma instituição, cuja paciente gestação lhe deu os fundamentos para que pudesse se constituir num arcabouço social.

A constiuição de uma Fundação de Assistência Social foi o coroamento de todo o trabalho em prol da sociedade. Traduzia-se na materialização atemporal de sua obra. Era a historicidade de um trabalho e de um desejo de dois lavradores: Quito e Sinhá Junqueira, que se instaurava.

Em 1.947, em São Paulo, D. Theolina redigiu o seu testamento (16) onde deixou expresso, a disposição de legar a quantia de dois milhões, duzentos e vinte mil e quatrocentos e noventa e cinco cruzeiros que deveriam ser distribuídos a parentes e funcionários indicados nominalmente e às dezenas de instituições de saúde, asilos e creches, todos porém sob a orientação da recente Fundação.

“Instituo minha única e universal herdeira, de todos os demais bens, direitos, títulos e ações, sem exceção alguma, a Fundação de Assistência Social Sinhá Junqueira, que crio e instituo neste testamento. A referida Fundação, com sede na cidade de São Paulo, terá por fim e objetivo: a) amparar e educar a infância abandonada e desvalida; b) amparo a parturiente e à mãe pobre; c) amparo aos tuberculosos pobres; d) amparo à velhice desamparada, morféticos pobres e à pobreza, principalmente de Ribeirão Preto, Franca, Igarapava e Colina; e) amparo aos empregados e operários das Usinas Junqueira e seus filhos. Para realização das letras a, b e c. serão aplicadas as rendas de todo o patrimônio da Fundação e para a realização dos objetivos mencionados nas letras d e e, a mi-

nha universal herdeira destinará um fundo de três milhões de cruzeiros em títulos da Dívida Pública da União ou do Estado de São Paulo ou imóveis, a critério do Conselho Administrativo da Fundação. As rendas do patrimônio da Fundação serão aplicadas preferencialmente na construção e custeio da Maternidade Sinhá Junqueira, na manutenção do Educandário Cel. Quito e na instalação e funcionamento da Biblioteca Pública de Ribeirão Preto e, quando estes três (3) títulos, o Conselho Administrativo da Fundação aplicará o excedente da renda nos demais serviços de assistência social que constituem as finalidades objetivas da Fundação. Para realizar os recursos necessários ao cumprimento dos legados poderá o meu testamenteiro vender as propriedades agrícolas da herança, mas as Usinas Junqueira e Fazendas anexas só em último caso serão vendidas, com obrigação para o comprador de manter o nome, "Usinas Junqueira". O saldo será sempre administrado pela Fundação de Assistência Social Sinhá Junqueira, pensando porém sobre esse saldo, também aplicados em títulos da Dívida Pública ou de Companhias de alta reputação, as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade. A Fundação de Assistência Social Sinhá Junqueira que instituo e deixo criada neste testamento será administrada por um Conselho Administrativo composto de (7) sete membros vitalícios que escolherão entre si um presidente, um secretário e um tesoureiro e desde já, os membros componentes desse Conselho e que são os seguintes: Dr. Paulo Francisco de Andrade Arantes, Dr. Waldemar Barnslery Pessoa, Dr. Thomas Lessa, Dr. Altino Arantes, Bráulio de Andrade Junqueira, Antonio Carlos Pompeu de Camargo e Dr. Joaquim Aurélio Cardoso Filho, os quais dentro de (6) meses após a abertura da minha sucessão, se reunirão para elaborar os estatutos dentro dos moldes que aqui deixo determinado, submetendo-os a aprovação da autoridade competente" (17).

Assim a voz de D. Sinhá corporificou-se. O desejo cristalizou-se em algo que não fluiria com a finitude da vida. A obra sobreviveria como uma fonte inesgotável, reproduzindo um sopro de vida permanente.

Nos anos seguintes, D. Sinhá, sempre apoiada pelos amigos e parentes próximos, começou a operacionalizar as instituições criadas, concedendo-lhes, cunho jurídico, com patrimônio próprio, com o caráter de fundação a qual passou a denominar-se "Fundação de Assistência Social Sinhá Junqueira", com sede e foro na cidade de São Paulo. Caracterizava-se numa instituição civil de caráter filantrópico

com objetivo de "cooperar, na medida do possível, para a solução dos problemas de assistência e proteção aos necessitados, sem distinção de nacionalidade, raça, religião ou opiniões políticas, em geral, devendo suas rendas serem aplicadas integralmente no país para os fins...

Abreviadamente a Fundação Sinhá Junqueira, foi destinada exclusivamente a realizar um amplo programa de assistência social, em todas suas modalidades, visando elevar o nível de saúde das classes menos favorecidas, amparando a mãe pobre e o recém-nascido, a infância desvalida, a velhice, os enfermos e cooperando na disseminação da cultura física, moral e intelectual, atendendo de preferência, as necessidades dos operários, funcionários e trabalhadores das Usinas Junqueira e suas famílias, e das populações dos municípios de Igarapava, Franca, Ituverava, Ribeirão Preto, São Simão e Colina, tudo conforme, mais pormenorizadamente, ficou consignado na escritura pública de instituição.

Em 1.953, na vaga ocorrida pelo falecimento do Dr. Thomas Lessa, D. Sinhá indicou o nome de Antonio Junqueira da Veiga, para membro da Diretoria Consultiva (18).

Com a morte da presidente e fundadora, assumiu as funções de presidente vitalício o Dr. Altino Arantes e foram eleitos para vice-presidência da entidade o Dr. Waldemar B. Pessoa, secretário o Dr. Paulo Francisco Andrade Arantes e como tesoureiro o Cel. Francisco Andrade Junqueira (19).

Na estrutura de criação da Fundação de Assistência Social, a viúva, ao fazer doação do conjunto industrial, usina de açúcar e destilaria, ficou apenas com o fornecimento de cana. Após seu falecimento, a Fundação recebeu o restante dos bens, consituído por sete fazendas de cana em Igarapava, cinco fazendas em Ribeirão Preto e duas em Colina. Assim a Fundação, dotada pelos recursos financeiros, estruturou-se em busca de sua missão.

A "Biblioteca Cultural de Ribeirão Preto" que também estava relacionada no testamento de Sinhá Junqueira teve como testamentário, Dr. Altino Arantes, que cuidou de aparelhar essa instituição. A doação para esse empreendimento fora de seis milhões de cruzeiros além do imóvel da rua Duque de Caxias, antiga residência do casal. Em 1.955, atendendo as disposições de D. Sinhá, foi instalada a referida Instituição que, pelos seus estatutos (20) terá duração perpétua e,

por finalidade, proporcionar a todos acesso à cultura. Manterá obras literárias e científicas, possuindo uma biblioteca circulante e uma parte dedicada à literatura infantil. Previa-se, também, a promoção, dentro de suas dependências, de cursos e conferências sobre o assunto de cultura geral, concertos musicais e exposições de arte. Alfabetização e divulgação cultural para a população rural, constituíam-se ainda como finalidades da biblioteca.

Por indicação do Conselheiro Waldemar Barnsley Pessoa, seu nome foi mudado para Biblioteca Cultural Altino Arantes, sendo dado o nome de ALTINO ARANTES, como justa homenagem àquele grande e dedicado amigo de D. Sinhá e eminente paulista". Essa instituição vem prestando hoje uma significativa contribuição ao mundo da cultura, não apenas em âmbito municipal, mas a nível regional.

Os livros de Atas das Reuniões da Diretoria da Fundação Sinhá Junqueira revelam o cotidiano dessa instituição. As primeiras reuniões foram presididas pelo Dr. Altino Arantes e a diretoria escolhida pessoalmente por D. Sinhá. Tratando de problemas de ordem administrativa e financeira, a diretoria se empenhava na melhoria de recursos técnicos e na eficácia de serviços, tendo em vista o atendimento dos compromissos sociais assumidos pela Fundação, quer com os funcionários, quer com outros estabelecimentos. As Atas do Conselho Administrativo da Fundação registram os problemas de administração e a gerência do patrimônio financeiro. Face aos inúmeros compromissos sociais, a Fundação sempre teve necessidade de uma dinâmica atuação empresarial. Esse trabalho é realizado pelos membros da Diretoria Administrativa que se renova de quatro em quatro anos através de eleições entre os membros do Conselho. Para atender às despesas decorrentes da modernização de equipamentos para a Usina Junqueira, a Diretoria, em 1.966, efetuou a venda de uma das propriedades deixadas pelo espólio de D. Sinhá, a fazenda Capão da Cruz, localizada no distrito de Ribeirão Preto.

Fato notável que deve ser registrado é a declaração de "Utilidade Pública" obtida pela Fundação em 1.968.

Comprometida com a sua própria natureza de benemerência, a Fundação segue uma trajetória pautada nesse ideário que lhe é subjacente. Descrever estas atividades parece-nos redundante, pois seria elencar intermináveis donativos. Auxílios, tais como: cadeiras de ro-

das, colchões, lençóis, bolsas de estudo, brinquedos, serviços médicos hospitalares e funerários aos funcionários e às pessoas que a ela recorrem, são alguns exemplos do amplo espectro de doações e serviços sociais efetuados pela Fundação diuturnamente.

Pautando-se pelos princípios expressos na sua gênese a Fundação se mantém ancorada no desejo de sua fundadora, é claro que atualizando e dinamizando os setores operacionais o que lhe possibilita manter acesa esta chama.

Neste longo percurso onde procuramos, buscar as raízes de uma Instituição que se projetou em âmbito nacional, iluminamos a história de vida, experiências e vivências de um casal: Quito e Sinhá. É uma história incompleta, lacunar, que não pretendeu ser exaustiva. Faltaram significativos aportes sobre os conflitos, as lágrimas, o riso, os sentimentos, as contradições inerentes à todas as memórias individuais e/ou coletivas. Assim, este trabalho pioneiro abriu perspectivas e pistas para que se verificassem mais a fundo os cenários aqui delineados. Se isto ocorrer, nos consideraremos profundamente gratificados.

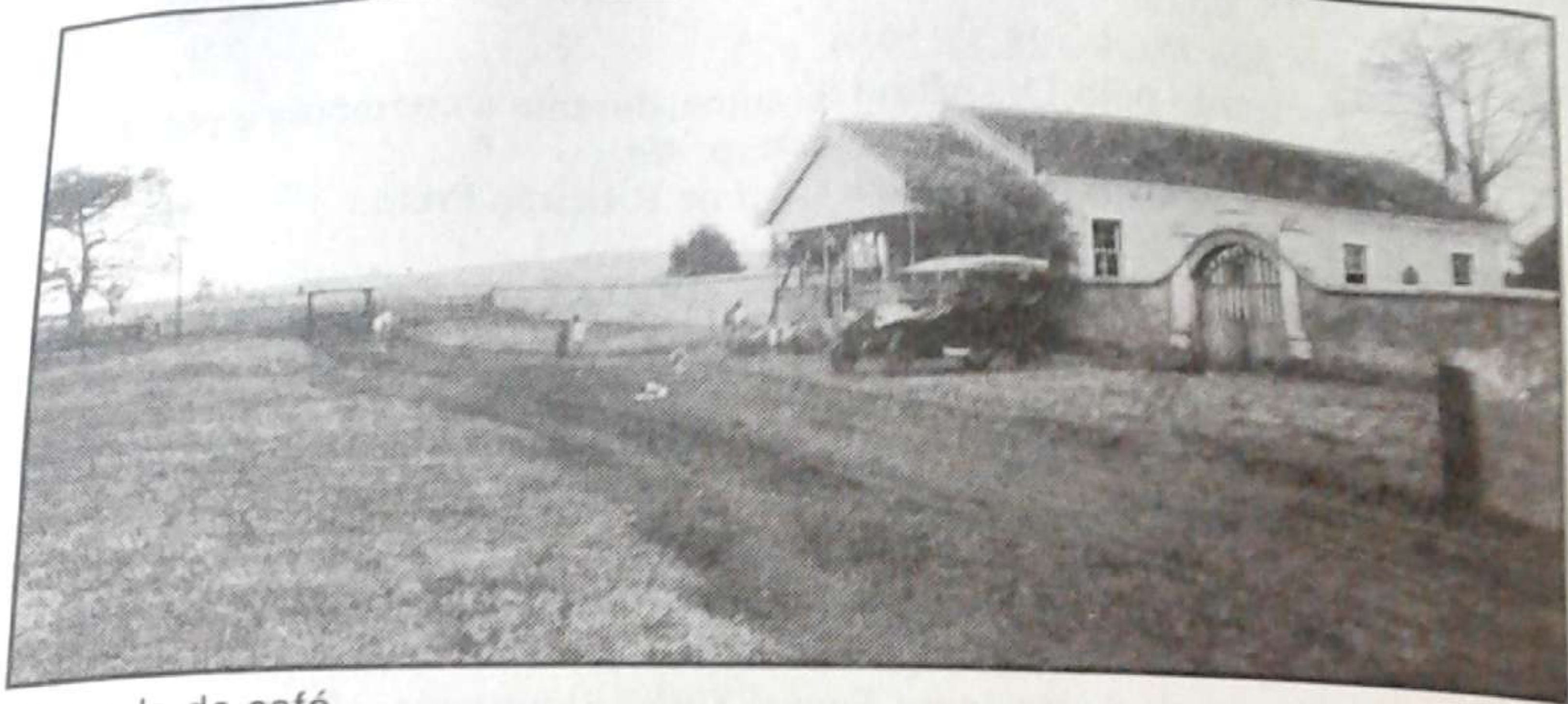
Notas

1. "Foi ofertado pelo Cel. Quito importante industrial de Assucar à Igreja Matriz, na pessoa do seu ilustre vigário Pe. Abel M. Lelles um sino aperfeiçoado e fundido nas oficinas da Nova Usina Junqueira" in: Notícias de Igarapava, *Diário da Manhã* de 28.1932, fls. 7.
2. *Jornal A Cidade* Ribeirão Preto - 20.11.38 1 p.
3. Recebeu como homenagem póstuma o título de "Barranqueira do Rio São Francisco", concedido na cidade de Januária, - Minas Gerais, pelo donativo feito a uma instituição, no valor de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) c.f. Livro de *Atas das Reuniões de Diretoria*, 29.08.66 - Livro nº 1 - Arquivo da Usina Junqueira.
4. *Jornal Diário de São Paulo*, 27.11.54, p. 2., - No clichê, vê-se a foto de D. Sinhá, derramando caldo de cana na hélice do avião "Wencelau Brás". Cerimônia realizada em Ribeirão Preto, em junho de 1942, ao lado do Ministro Salgado Filho.
5. 1º Tabelião de Ribeirão Preto, *Livro de Notas nº 196*, fls. 56 - Livro de Escrituras nº 15 - Arquivo da Usina Junqueira.
Autos do Formal de Partilha dos bens deixados por D. Sinhá Junqueira, Cartório do 8º Ofício da Família e das Sucessões de São Paulo.
Testamento de D. Theolina Junqueira, op. cit, fls. 5 e 6.
6. *Diário Oficial do Estado de São Paulo* - 18.06 - 53.
7. Lei nº 2625 de 17.04.72 - *Livro de Leis da Câmara Municipal de Ribeirão Preto*.

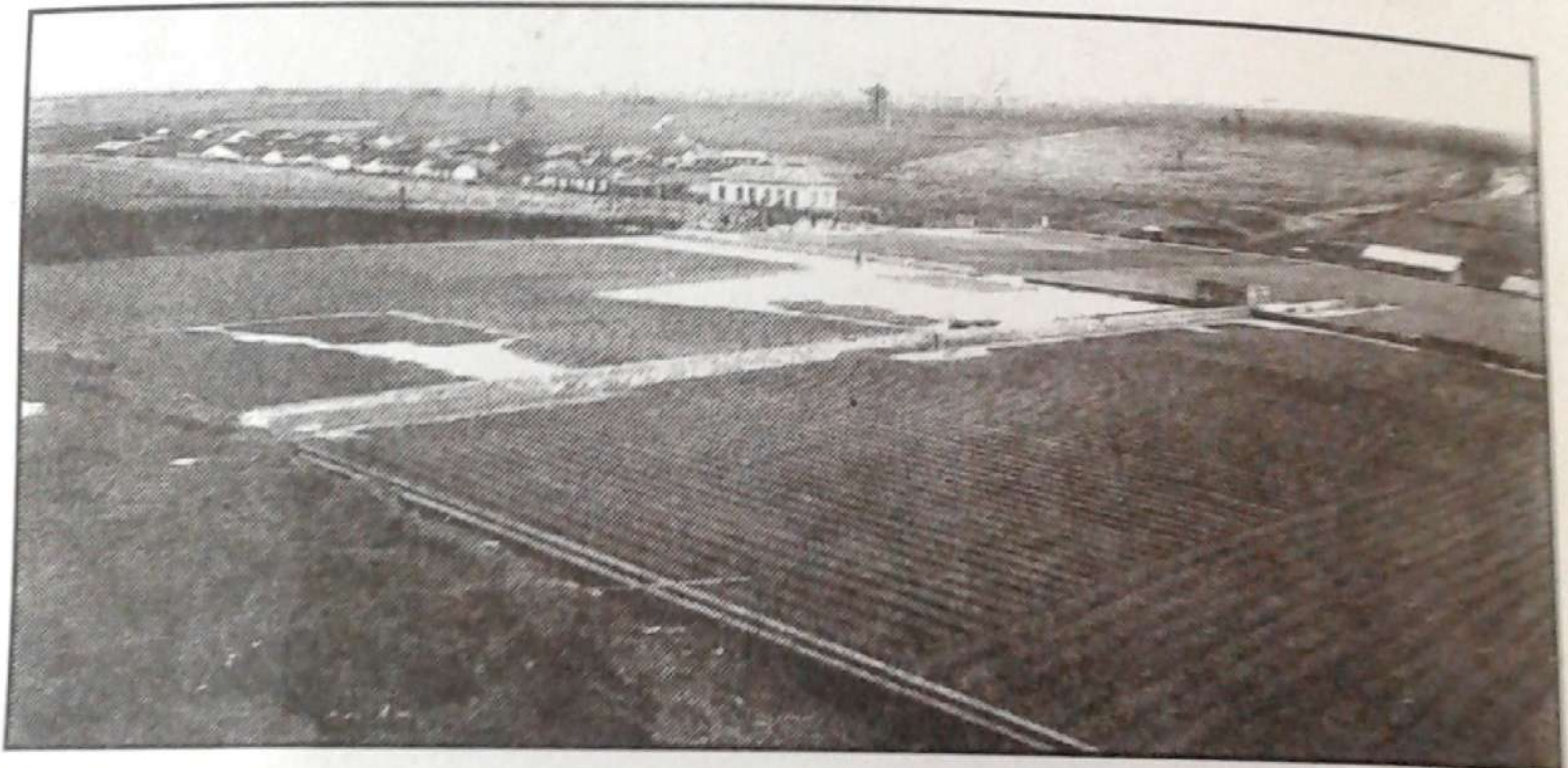
8. ALMEIDA JR., Antídio - "Barranqueira do Rio Grande", in: jornal *O Diário Ribeirão Preto*, 25.12.71, p. 4. Lei 2620 - Câmara Municipal de Ribeirão Preto. Lei nº 2927 de 25.02.75, op.cit.
9. Jornal *o Estado de São Paulo*, 28.11.1954, p. 7.
10. Ver o discurso proferido pelo Dr. Altino Arantes, durante a cerimônia e publicado em sua obra *Passos do Meu Caminho* - op.cit. p. 490.
11. Atestado de Óbito - *Cartório de Registro Civil* de Ribeirão Preto.
12. *Folha da Manhã* de 27.11.54 p. 8
13. *Correio Paulistano* - 27.11.54 p. 3.
14. *O Estado de São Paulo* - 27.11.54 p. 7.
15. *O Diário de São Paulo*, 27.11.54. p. 1.
16. *Inventário de bens de D. Theolina Junqueira* - Cartório do 8º Ofício da Família e das Sucessões de São Paulo.
17. Formal de Partilha extraído dos autos do inventário.
18. *Atas da Diretoria da Fundação Sinhá Junqueira* - Arquivo da Usina Junqueira.
19. Idem.
20. *Estatutos da Fundação de Assistência Social Sinhá Junqueira* - Arquivo da Usina Junqueira.

ICONOGRAFIA

CAFÉ



Fazenda de café



Terreiro de secagem de café



Cafezal da fazenda Boa Esperança (Franca-SP)

CASA COMISSÁRIA (SANTOS)



Prédio da Casa Comissária Junqueira e Cia. Santos (SP)



Escritório da Casa Comissária de café – Santos

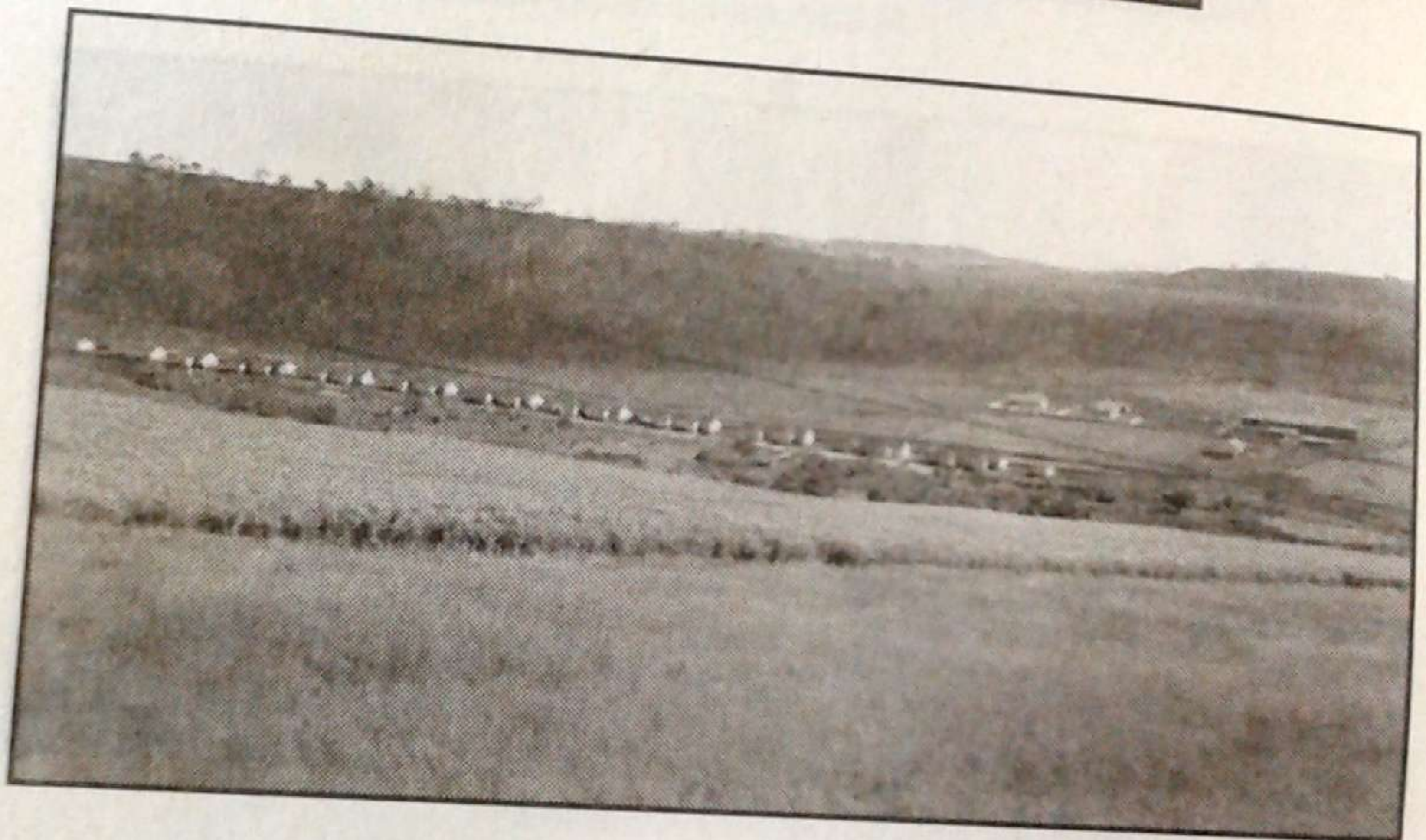


Provador de café

FAZENDAS DE CANA



Campestre

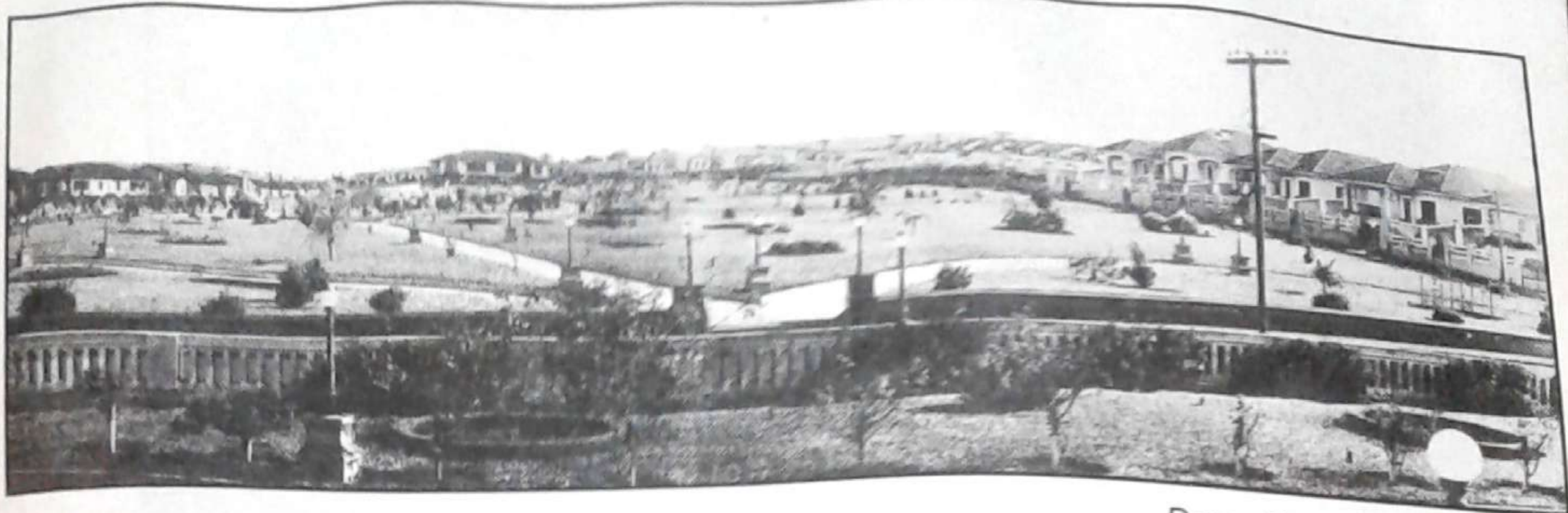


Faz. Cana Brava

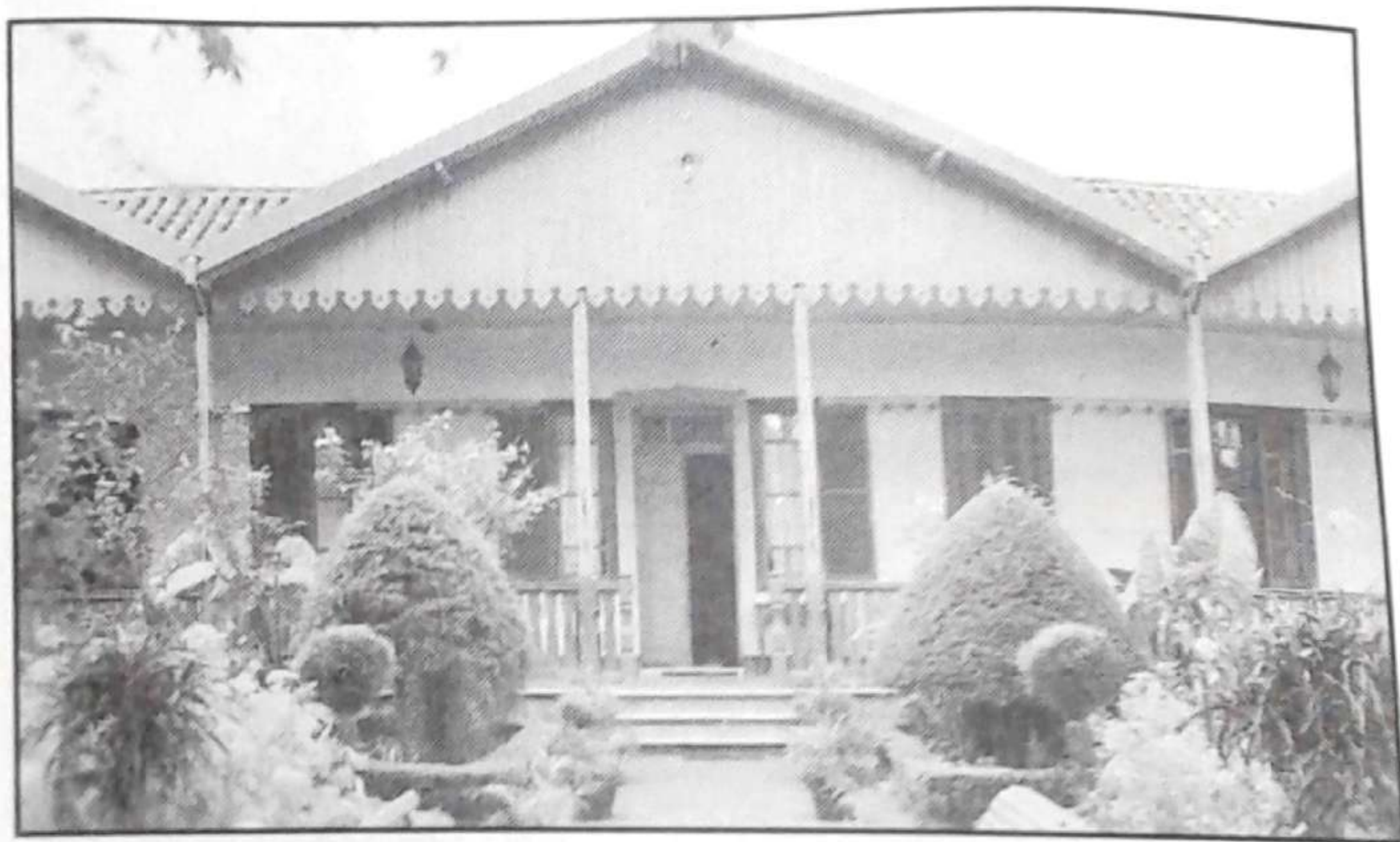


Faz. São Geraldo

RECONSTITUIÇÃO ARQUITETÔNICA



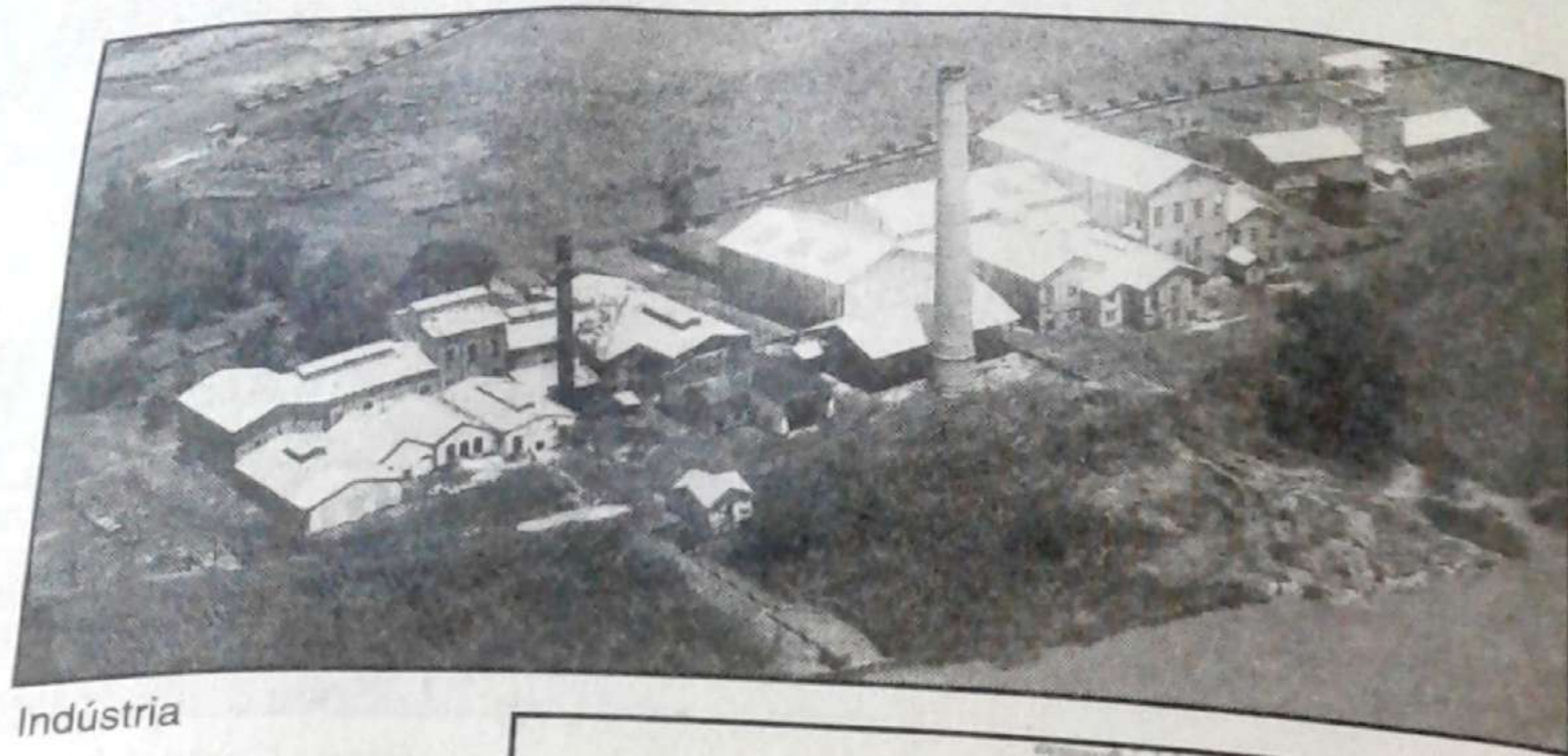
Praça Coronel Quito



Casa da sede – Faz. São Geraldo



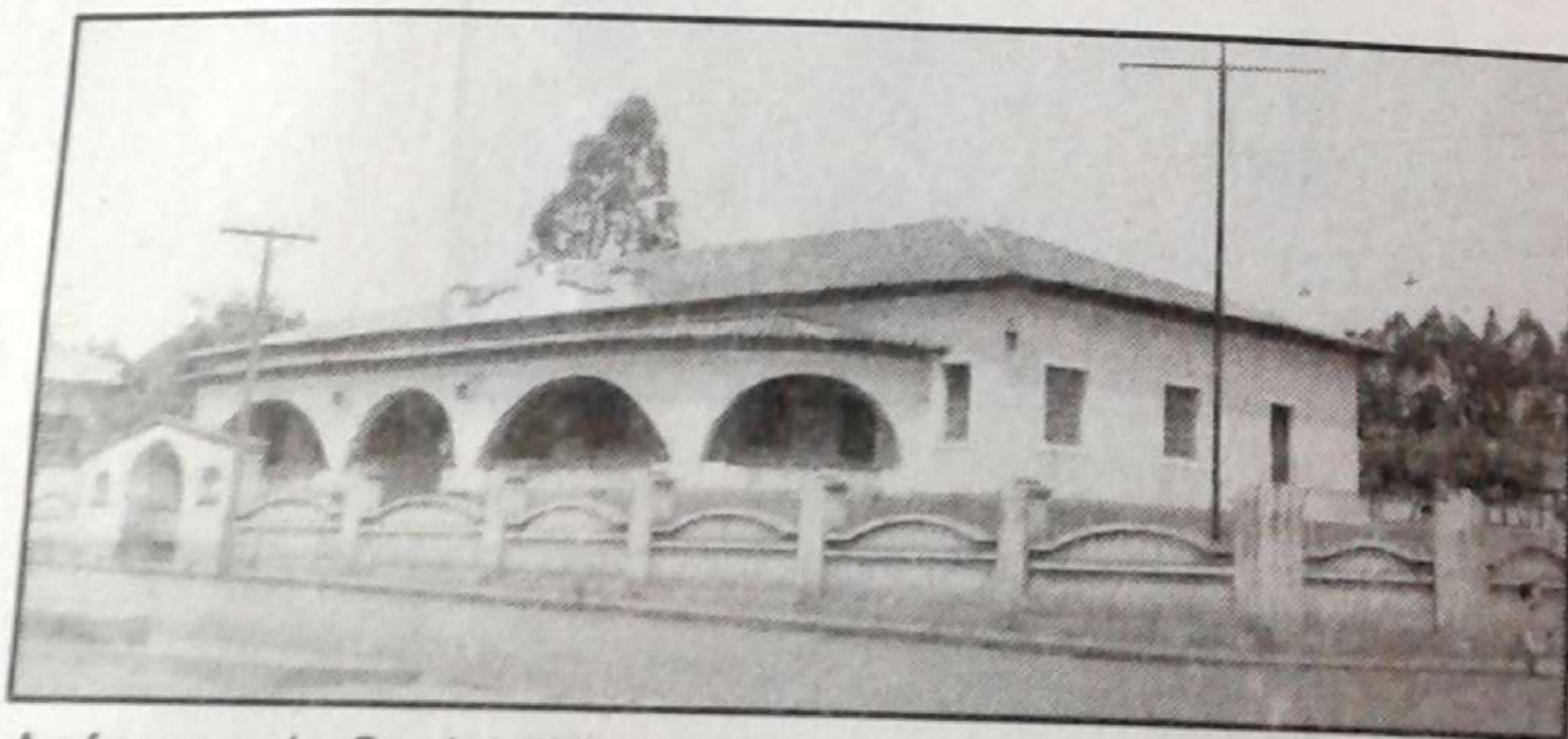
Escritório



Indústria



Rua 03 – Residências de funcionários, no estilo de uma "villa"



As formas de Sociabilidade: O tempo livre no Clube Social



Capela São Geraldo



O Trabalho na Indústria em construção – 1930



Guindaste de campo



Pátio das locomotivas, oficinas e almoxarifado

O TRABALHO NA INDUSTRIALIZAÇÃO (ANTIGO)



Trem mixto de cana e lenha

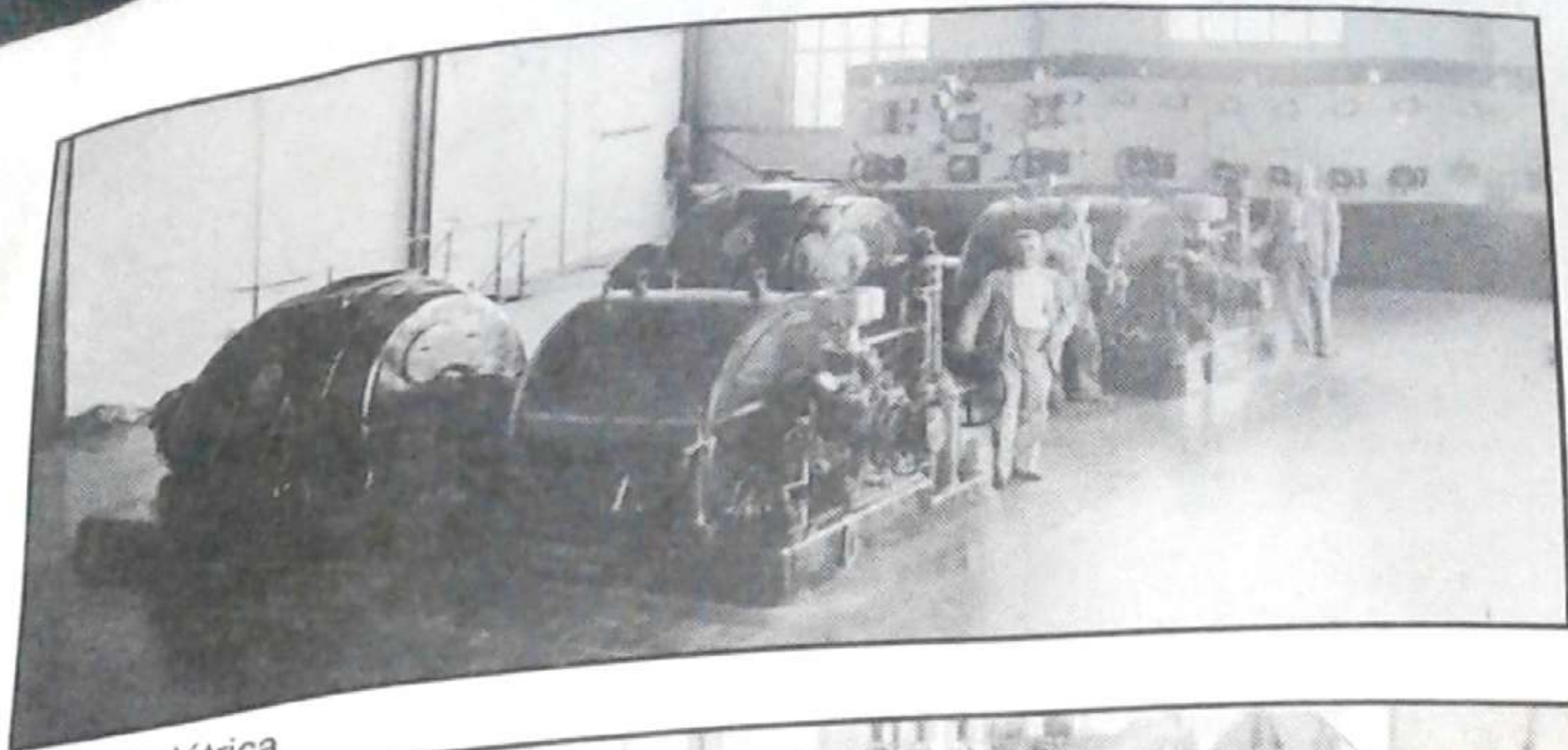


Bateria de difusão

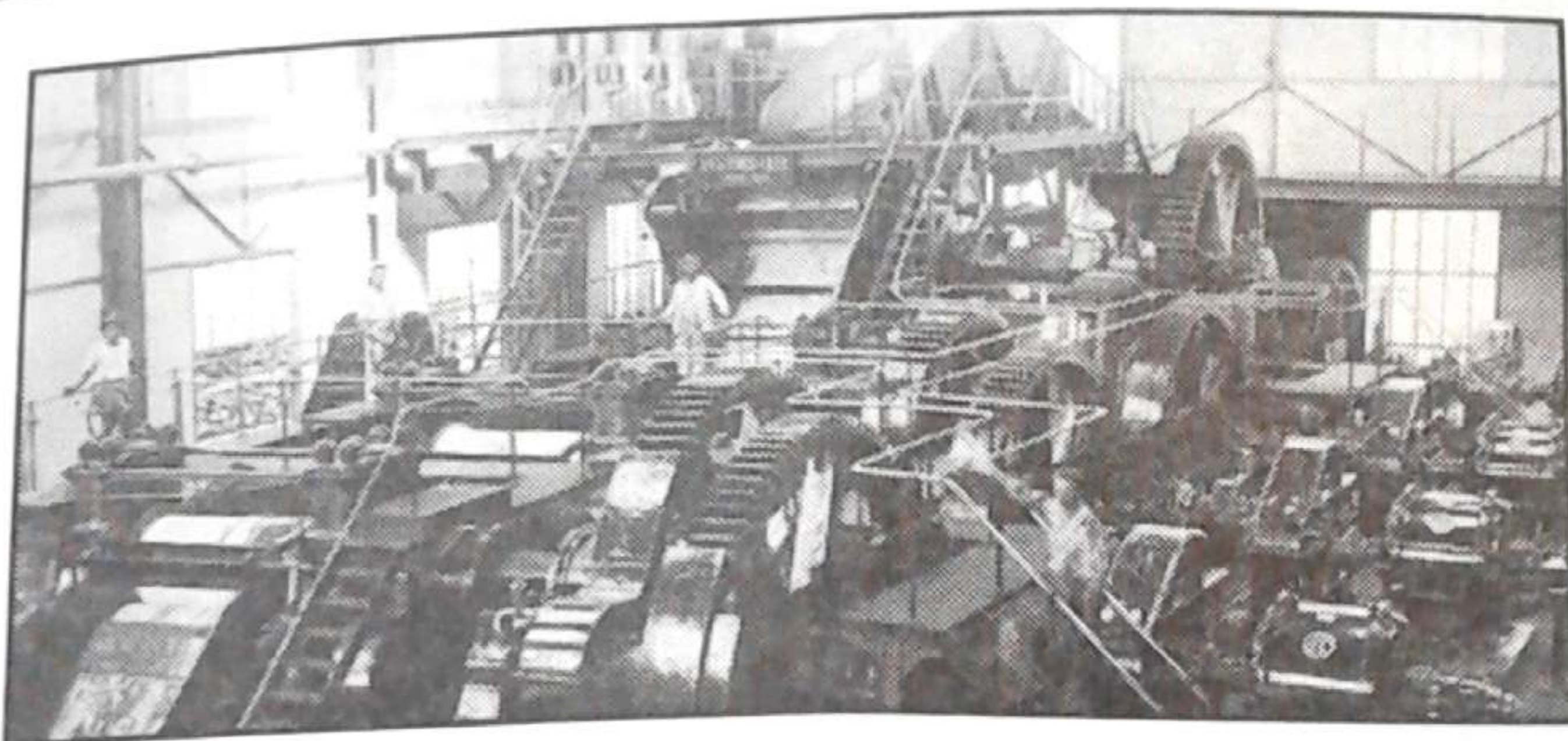


Ensaque de açúcar

ANTIGO)



Central elétrica



Moendas



Transp. de cana, feito por carro de boi



Caminhão movido a álcool - 1938



Baile no clube recreativo: Os carnavais "que não voltam mais"



Baile carnavalesco



Jazz - Band



O futebol e os campeonatos no Estádio Sinhá Junqueira: celeiro de campeões

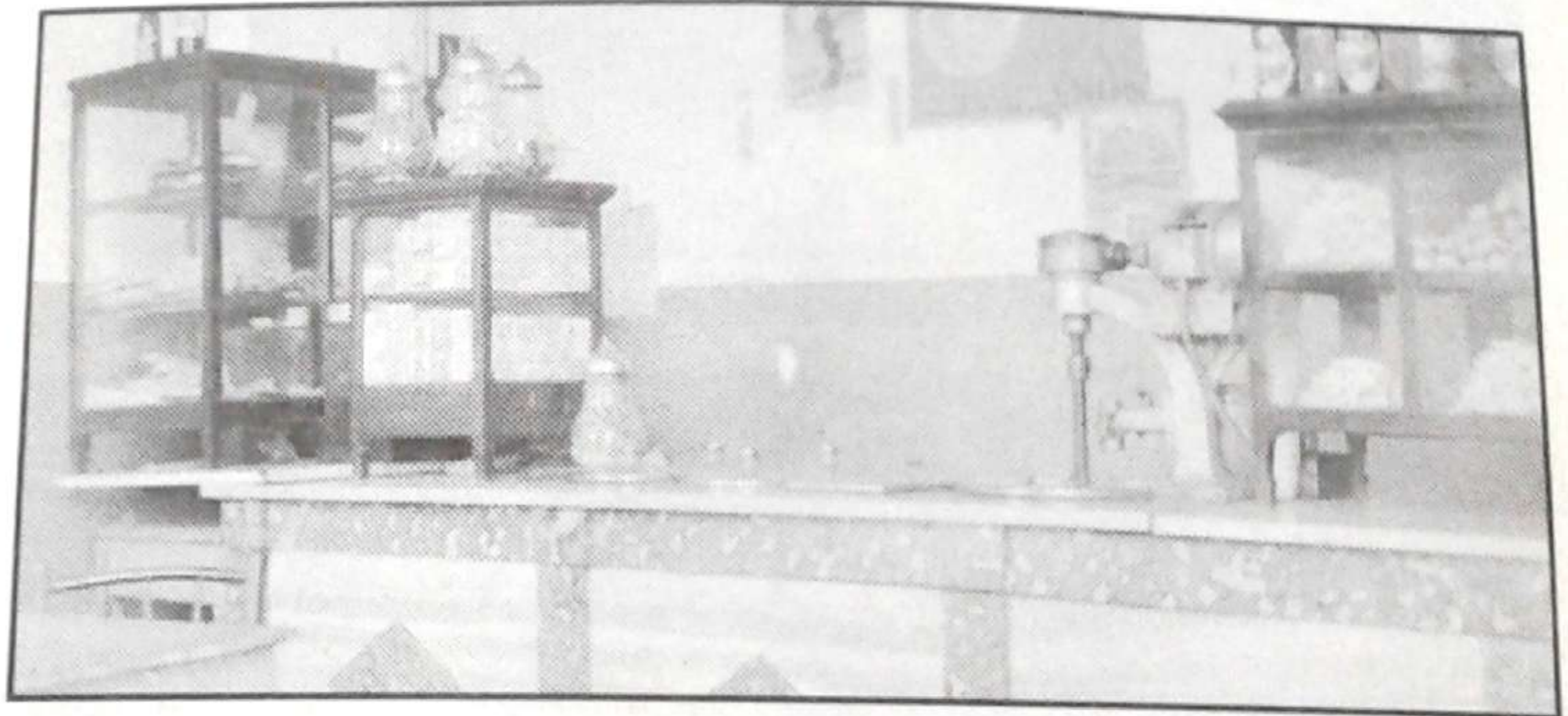
CENAS DO COTIDIANO (ANTIGO)



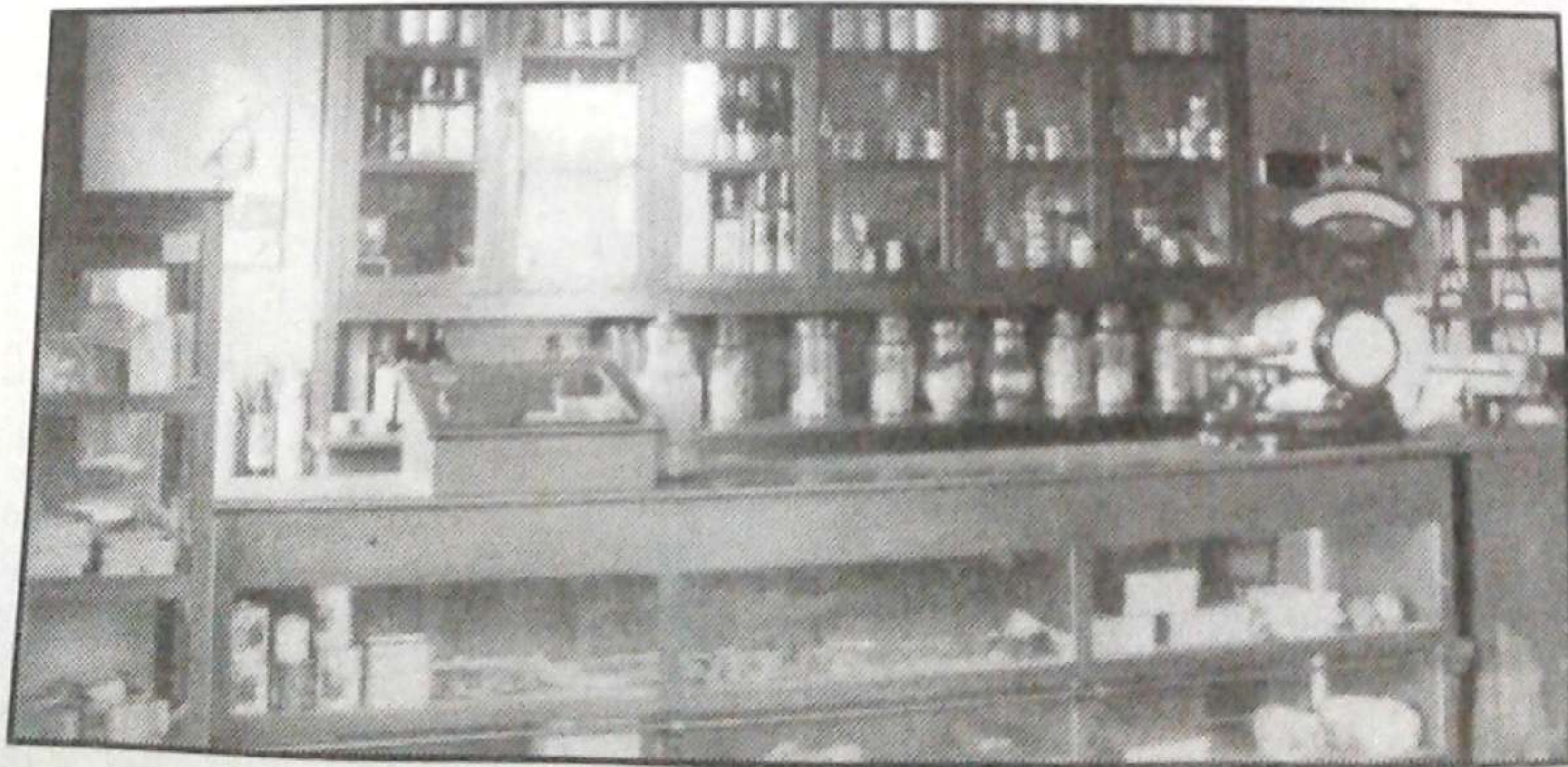
Interior da residência de funcionário



Farmácia

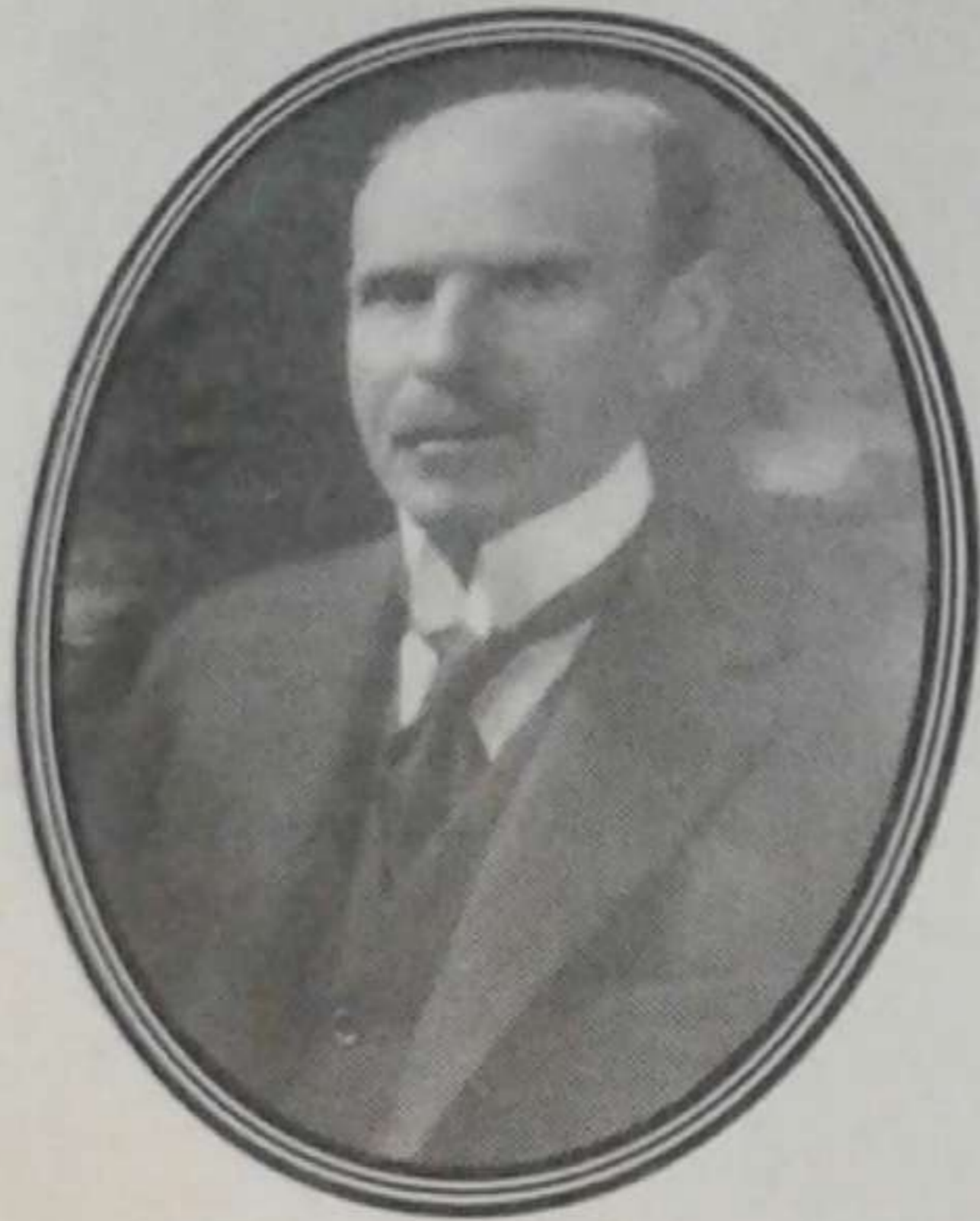


Sorveteria



O Bar com os amigos: o "reduto" masculino

CENAS DO COTIDIANO (ANTIGO)



Cel. Quito



Solenidade da instituição da Fundação de Assistência Social Sinhá Junqueira



D. Sinhá recebendo o título de cidadã ribeirãopretana



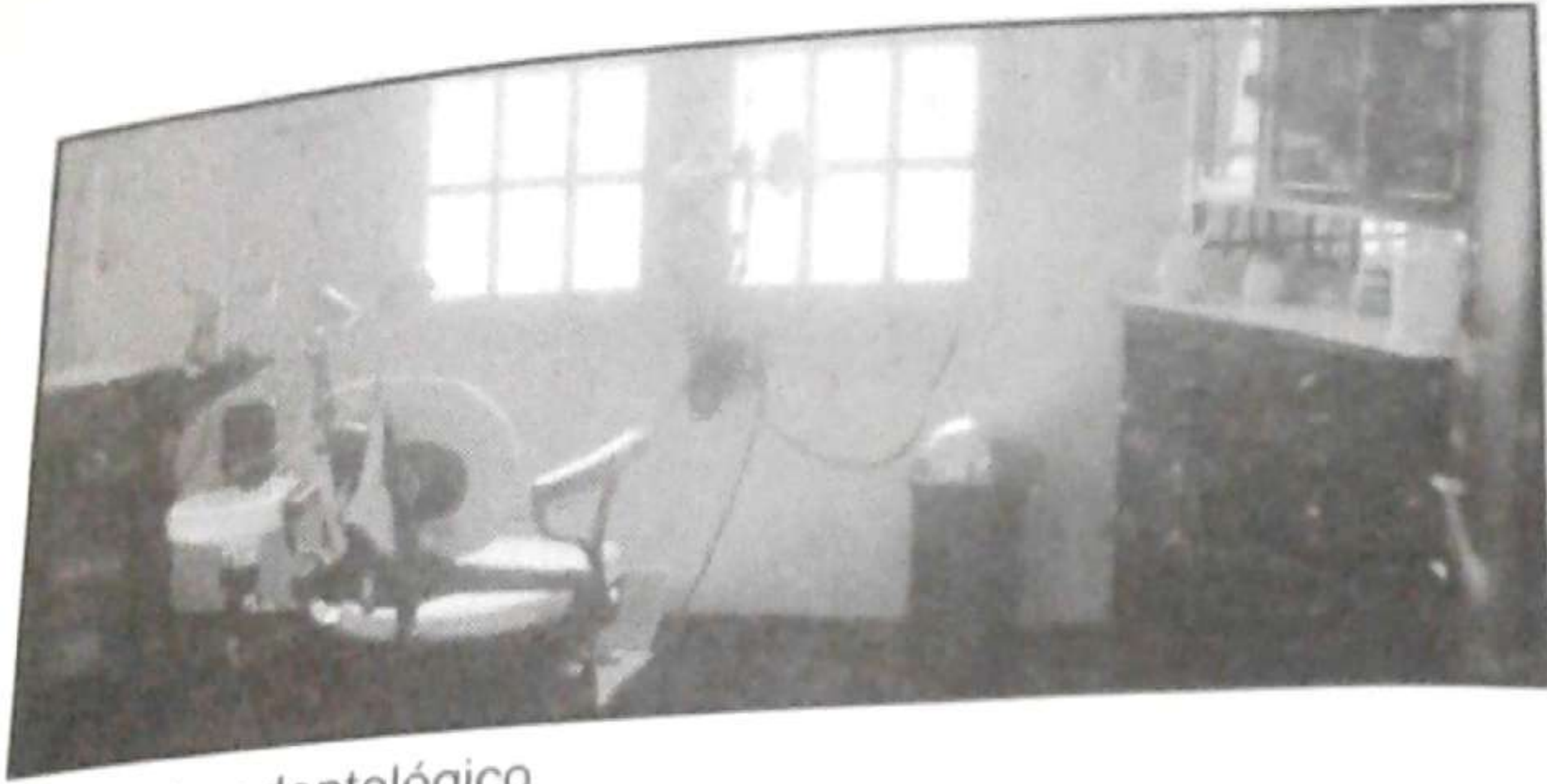
D. Sinhá recebendo o diploma de honra ao mérito pelo Presidente da República Eurico Gaspar Dutra ao fundo, Altino Arantes



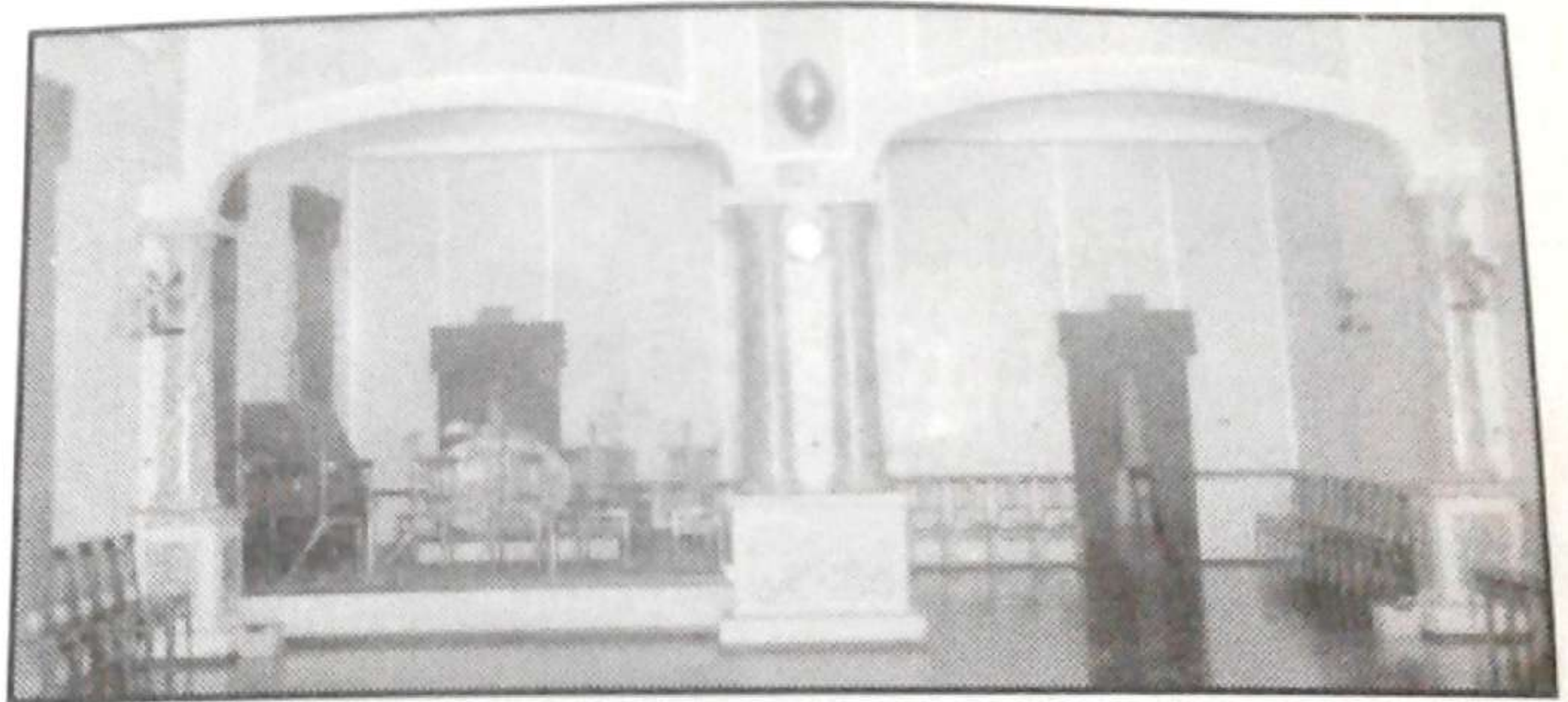
Fundação
Junqueira



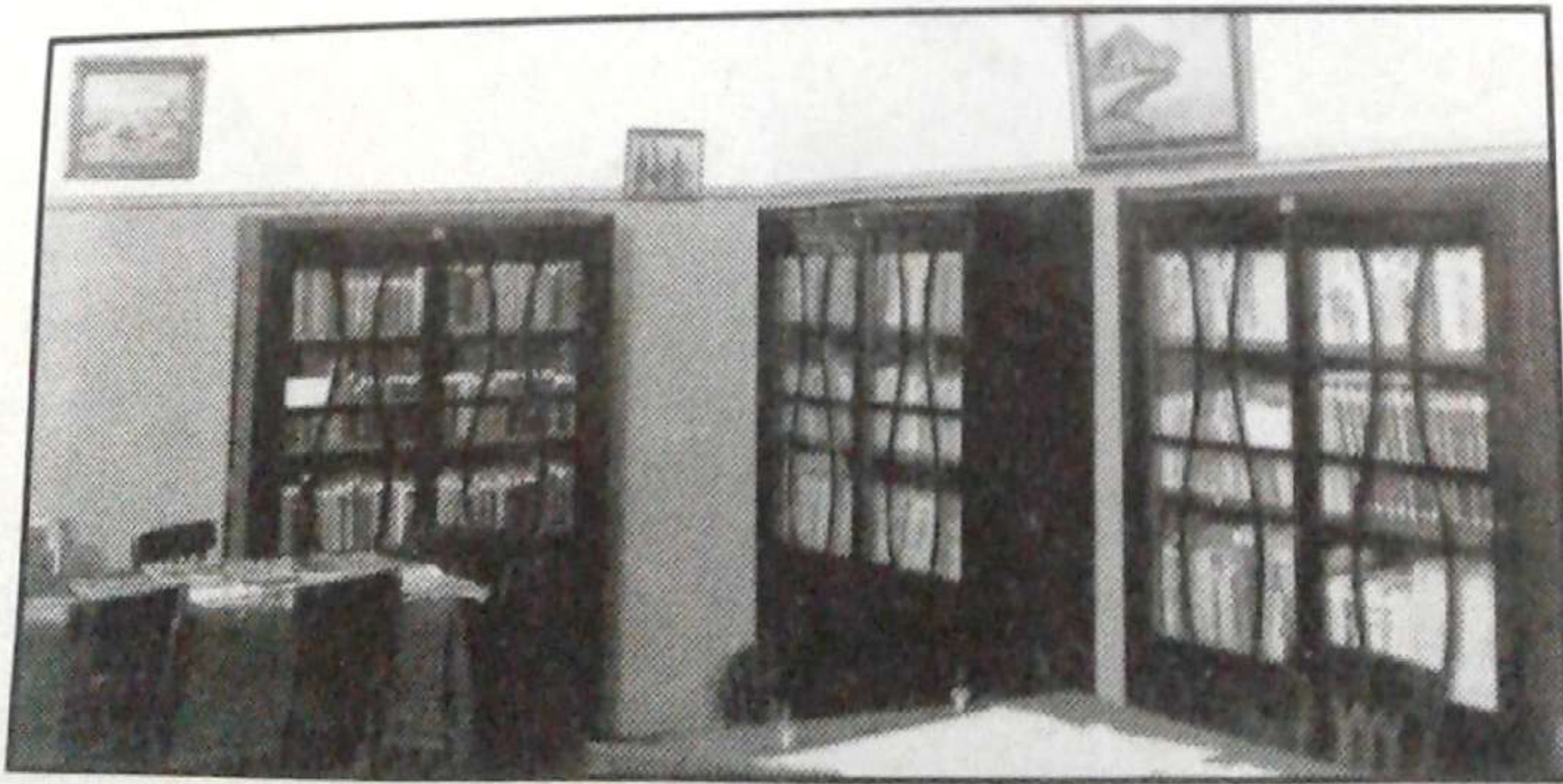
Barbearia



Gabinete odontológico



Interior do Clube Social

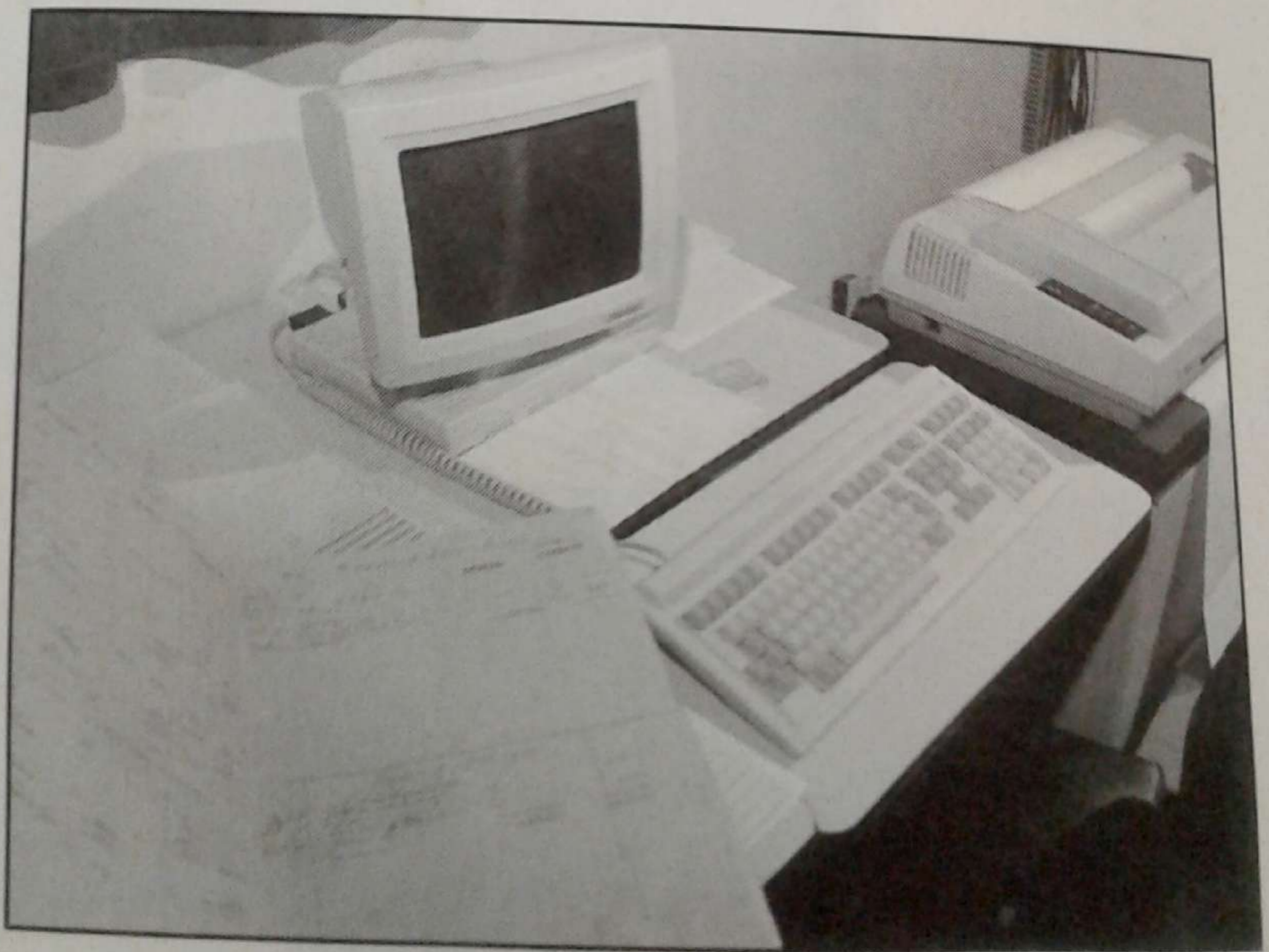


A Leitura como diversão e conhecimentos

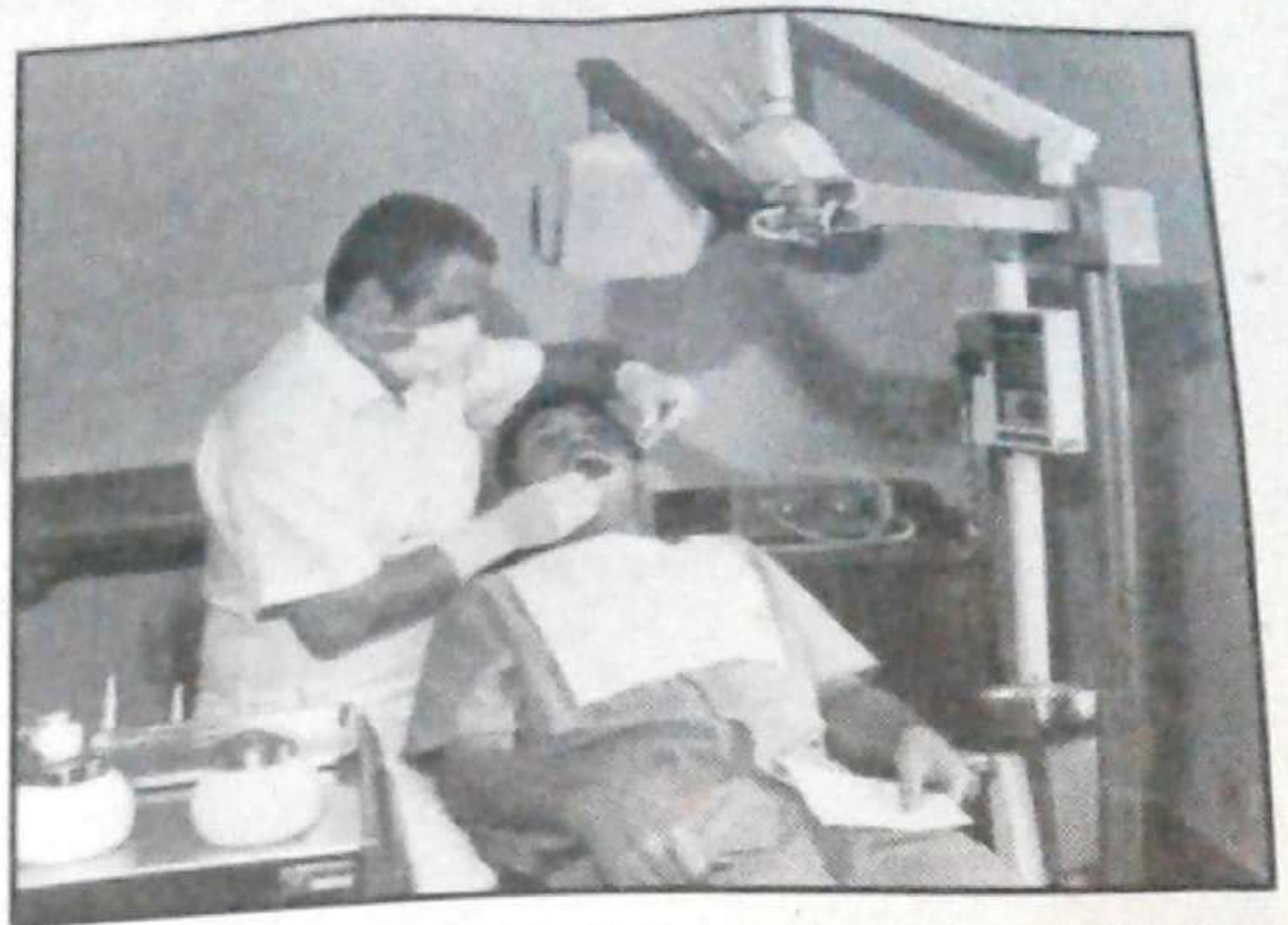
USINA ATUAL



Biblioteca Paulo Arantes



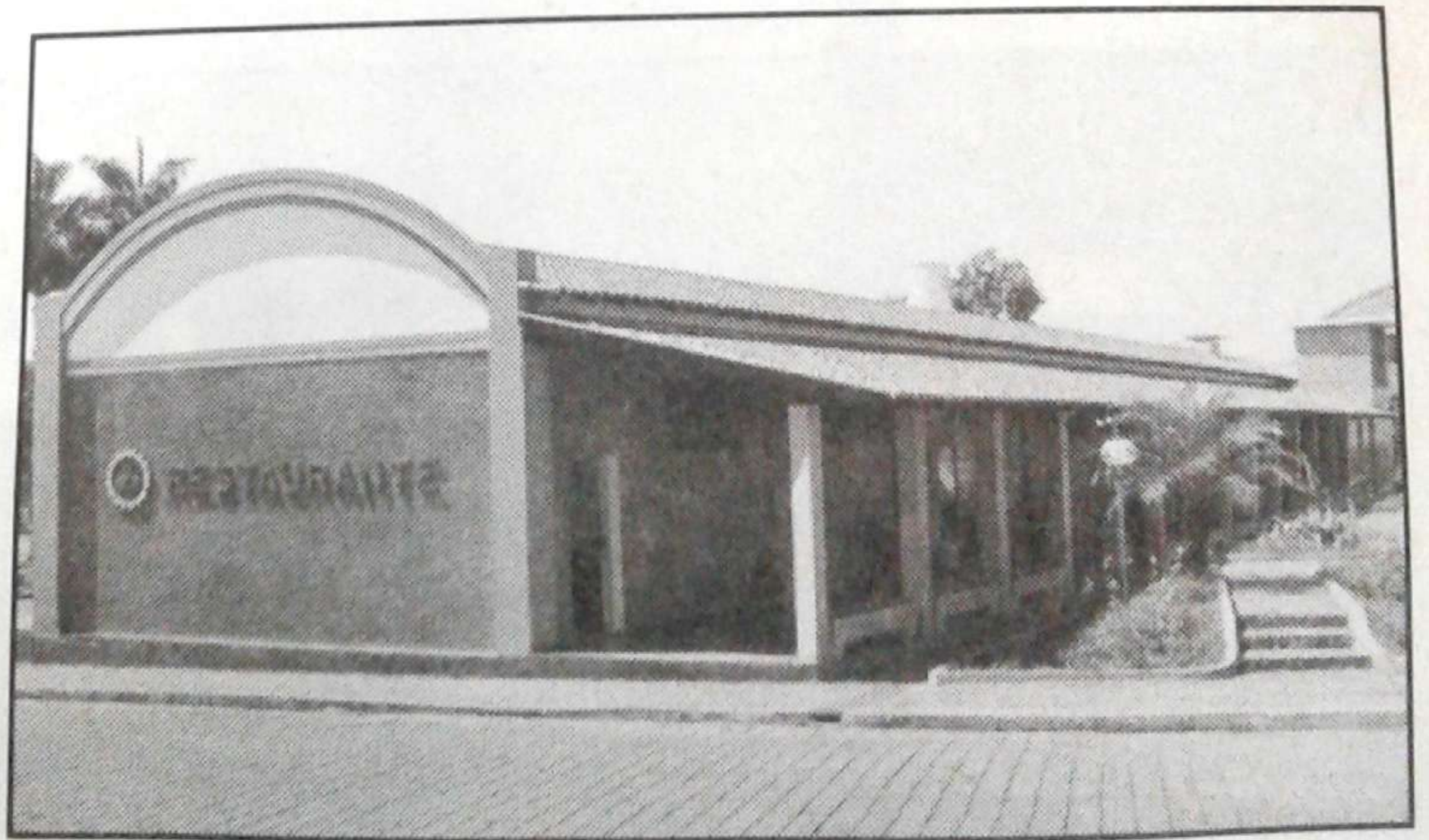
Informática



Ambulatório Odontológico



Residências



Restaurante Industrial

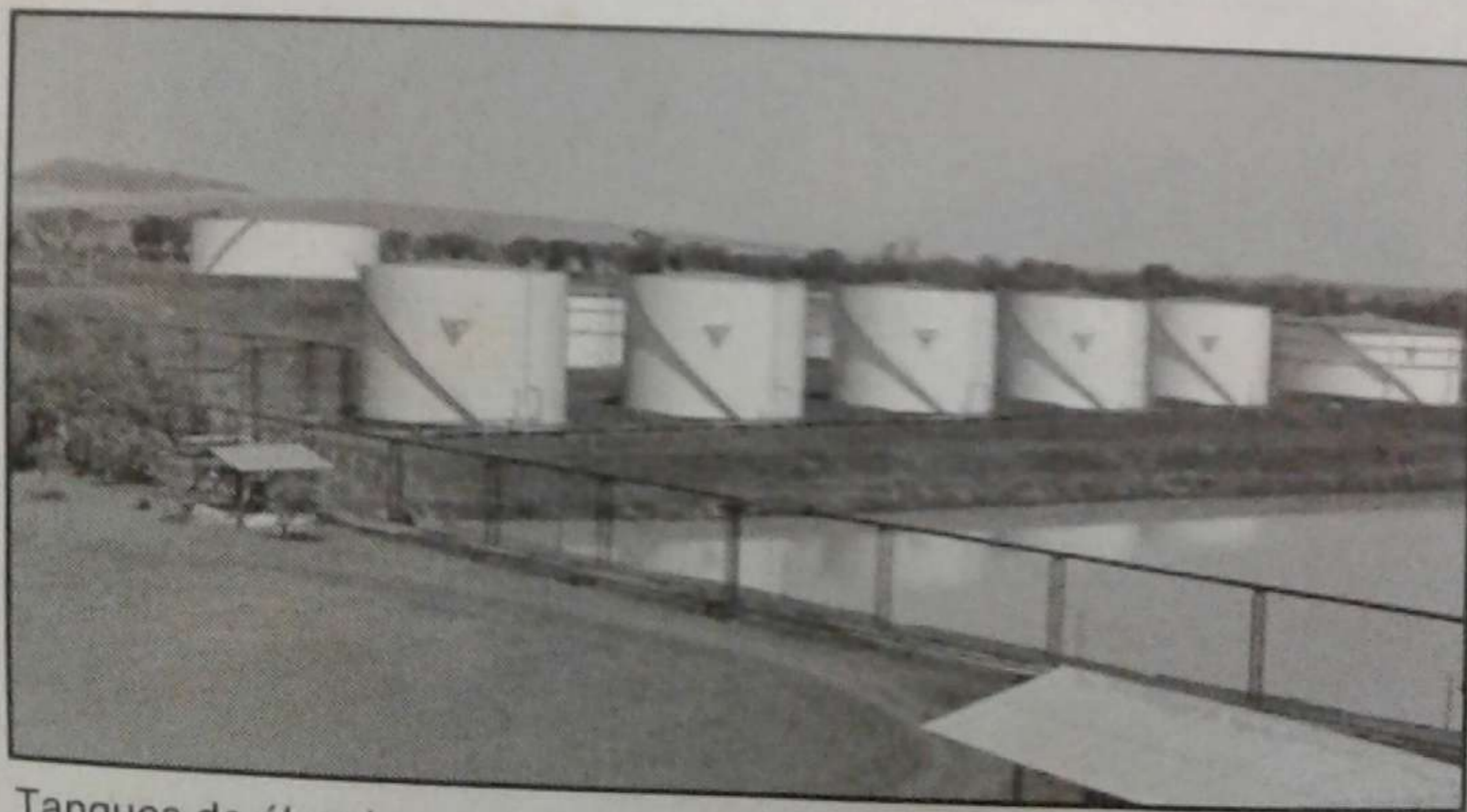
USINA ATUAL



Pátio da Usina



Balança



Tanques de álcool



Destilaria

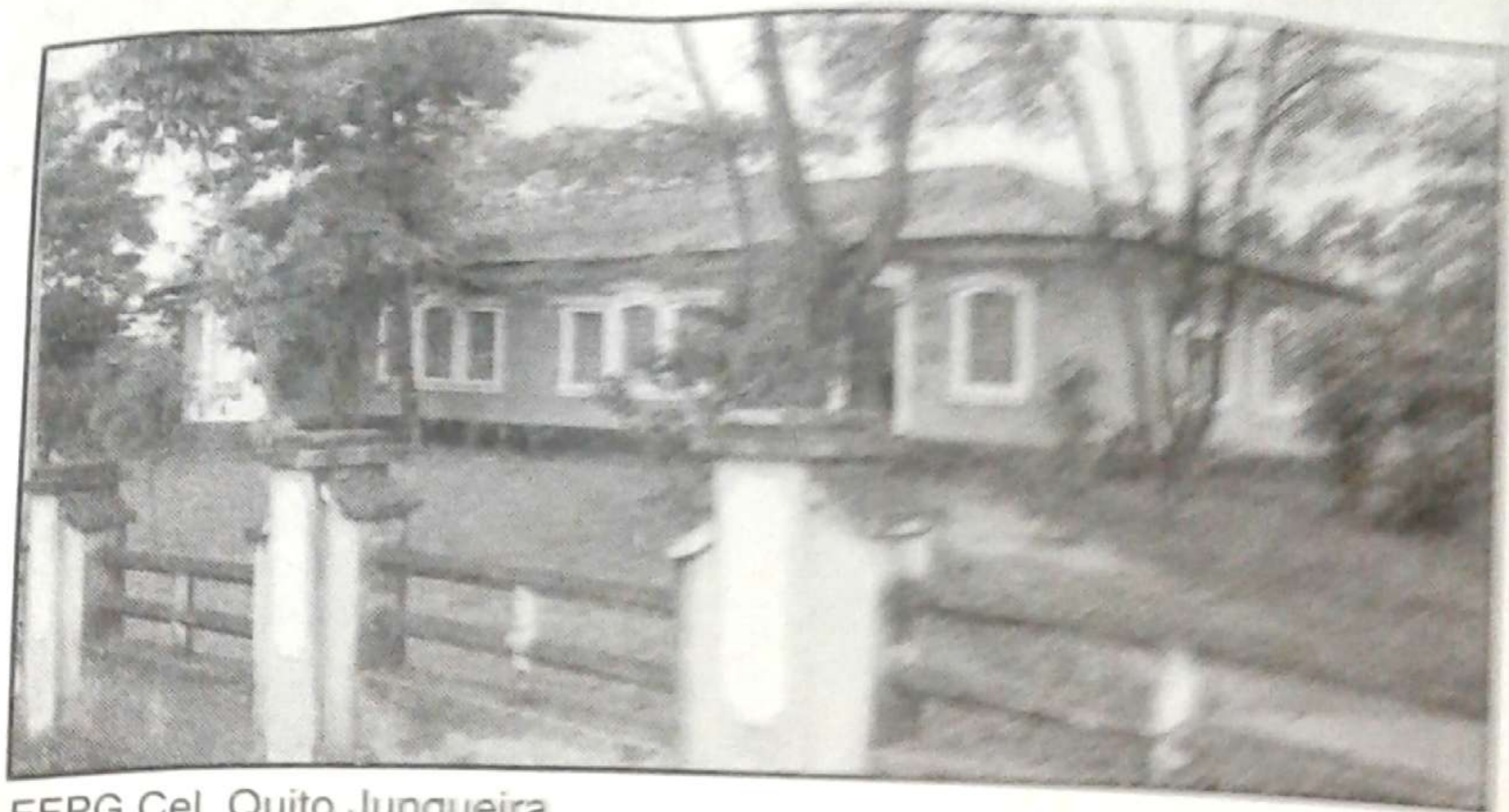


Ensaque de açúcar



Frota de caminhões

USINA ATUAL



EEPG Cel. Quito Junqueira



Centro de lazer



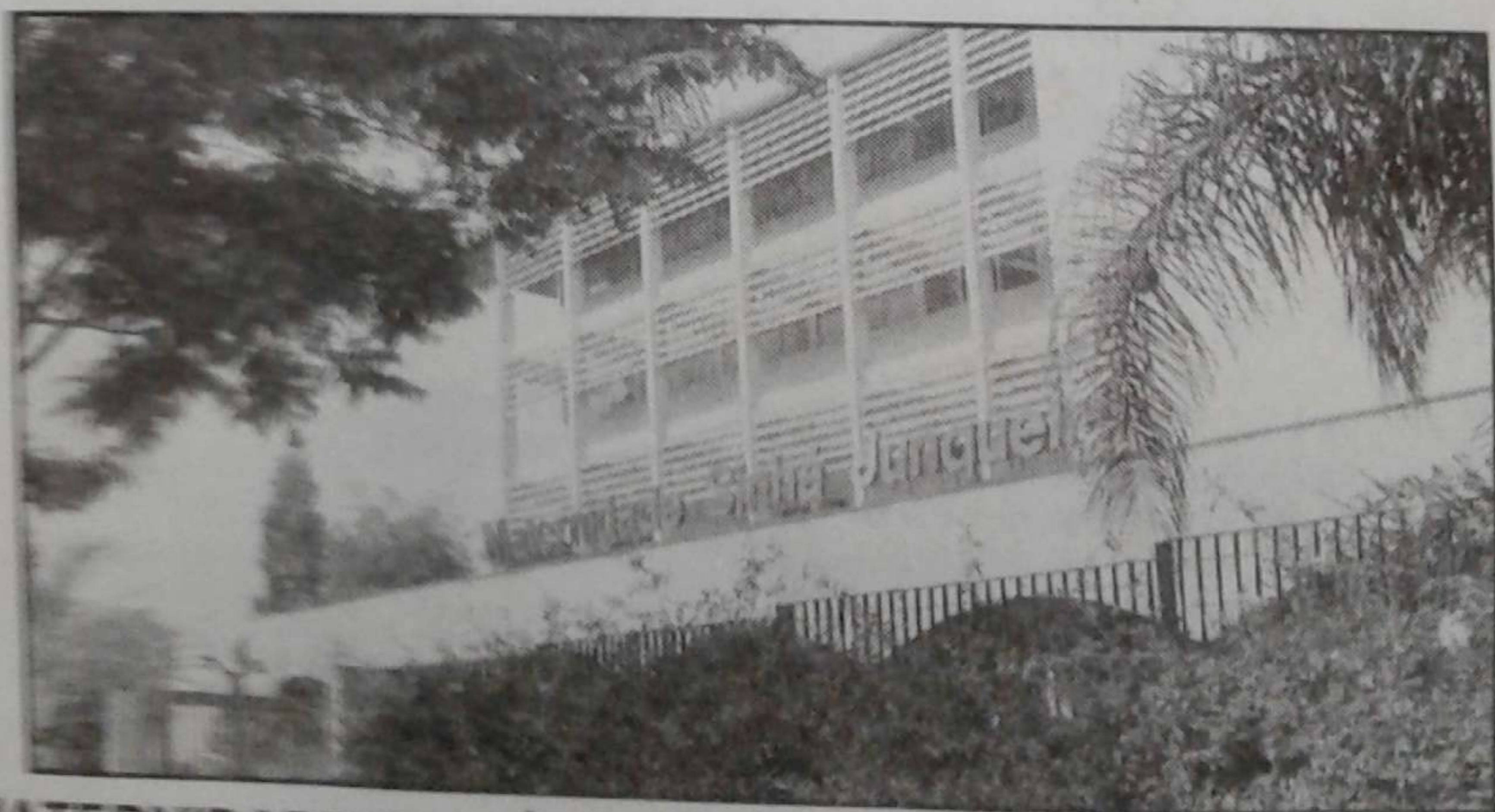
Ambulatório médico



EDUCANDÁRIO CEL. QUITO EM RIBEIRÃO PRETO



BIBLIOTECA MUNICIPAL "ALTINO ARANTES"



MATERNIDADE SINHÁ JUNQUEIRA EM RIBEIRÃO PRETO

FONTES

1. FONTES

- 1.1) Autos do Inventário de Ana Claudina Diniz Junqueira - Cartório do 2º Ofício de São Simão - Maço 1. (manusc.)
- 1.2) Escrituras de Compra e Venda - Arquivo da Usina Junqueira - livros 1 a 20 - confissão de Dívidas e Hipotecas.
- 1.3) Autos do Inventário de Francisco Maximiano Junqueira - Cartório do 1º Ofício de Igarapava - Código 497 e 939, Cartório do 2º Ofício de Ribeirão Preto nº 13.
- 1.4) Autos do Inventário de Mariana Constança Junqueira - 2º Ofício Ribeirão Preto, 1892 - caixa 13. (manusc.)
- 1.5) Autos da Execução de Sentença de Francisco Maximiano Junqueira, contra Arthur Ferreira Penteado - 1.904, Cartório do 2º Ofício de Ribeirão Preto - caixa nº 13.
- 1.6) Autos da Divisão Judicial da Fazenda D'Olhos D'Água - Cartório do 2º Ofício, Caixa nº 28 (manusc.)
- 1.7) Autos da Ação Hipotecária contra Braulino Diniz Junqueira - Caixa nº 77 - 1.904 (manusc.)
- 1.8) Autos da Divisão da Fazenda Barra do Retiro. Cartório do 1º Ofício de Casa Branca. Livro - nº 1. (manusc.)
- 1.9) Autos da Divisão Judicial da Fazenda Barra do Esgoto. Cartório do 2º Ofício de Ribeirão Preto - 1.891.
- 1.10) Autos da Divisão da Fazenda do Lageado. Cartório do 1º Ofício de Cravinhos - Arquivo da Usina Junqueira.
- 1.12) Registro Paroquial de Terras de São Simão - Arquivo do Estado de São Paulo, 1.856 (manusc.)
- 1.13) Autos do Inventário de Bens de D. Theolina Junqueira, Cartório do 8º Ofício da Família e das Sucessões de São Paulo.
- 1.14) Formal de Partilha extraído dos Autos do Inventário de Theolina Junqueira - Cartório do 8º Ofício - São Paulo.

2. JORNAIS

- 2.1) A Cidade - Ribeirão Preto - números diversos.
- 2.2) O Diário da Manhã - Ribeirão Preto. 1901-1938
- 2.3) O Diário. Ribeirão Preto - números diversos.
- 2.4) A Província de São Paulo. 1877.1878.1879.
- 2.5) O Diário de São Paulo. 1938-1954
- 2.6) Folha da Manhã, São Paulo. 1938-1954
- 2.7) A Voz de Igarapava.

BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA

- ALMEIDA JR., Antídio. Barranqueira do Rio Grande. In: *Jornal O Diário*. Ribeirão Preto, 25.12.71.
- ARANTES, Altino. *Passos do meu caminho*. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1982.
- BASTOS, Adélia Diniz Junqueira. *Lendas e Tradições da Família Junqueira*. São Paulo, Hucitec, 1980.
- BROTERO, Frederico de Barros. *Memórias e Tradições da Família Junqueira*. 2ª ed. São Paulo, 1950.
- CARRATO, José Ferreira. *Igreja, Iluminismo e Escolas Mineiras Coloniais*. São Paulo, Editora Nacional, 1968.
- CASALECCHI, José Enio. *O Partido Republicano Paulista (1889-1926)*. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- CHIACHIRI FILHO, José. *Do Sertão do Rio Pardo à Vila Franca do Imperador*. Franca. Tese de Doutorado, 1973. (mimeog.).
- DARREL, E. Levi. *A Família Prado*. São Paulo, Cultura 70 - Livraria e Editora, 1974.
- EMBOADA, Osmani. História da Fundação de Ribeirão Preto. *Revista de História*, ano VI, V, XI, 1955.
- FAORO, R. *Os donos do poder*. São Paulo, Forense, 1978.
- FREYRE, Gilberto. A Propósito de Paulistas. In: *Problemas Brasileiros de Antropologia*, 4ª ed., Rio de Janeiro, José Olympio, MEC, 1973.
- JUNQUEIRA, Odete Diniz. *Nossas Origens*. Rio de Janeiro, Liney, 1982.
- KIMAGISHI, Harumi. Estudo Crítico e Catalogação da Obra de Joaquim Lopes Figueira Junior. (1904-1943). *Dissertação de Mestrado* apresentada à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1981 (mimeog.).
- LEAL, Victor N. *Coronelismo, Enxada e Voto*, 2ª ed. São Paulo, Alfa Omega, 1975.
- LLOYD, Reginald. *Impressões do Brasil no Século Vinte*. Lloyds Greater Britain Publishing Company, 1913.
- MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. São Paulo, Hucitec, 1984.
- OLIVEIRA, Fausto Pires de. *Elementos para a História de São Simão*. São Simão, 1975.
- PRADO JR. Martinho. Municípios Paulistas in *Jornal A Província de São Paulo*, 1877.
- SAINT HILAIRE, A. *Viagens à Província de São Paulo*. São Paulo, EDUSP, 1983.
- SANTOS, Plínio Travassos. Ruas, Praças, Bairros e Vilas de Ribeirão Preto. In: *Revista do Arquivo Municipal*, nº 105, 1945.
- SHOERER, Maria Tereza Petrone. *A Lavoura Canavieira em São Paulo*. São Paulo. Pioneira, 1973
- TAUNAY, Afonso de Escagnole. *História do Café no Brasil*. Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café, 1943.
- ZAMBONI, Ernesta. O Processo de Formação e Organização da Rede Fundiária da área de Ribeirão Preto. São Paulo F.F.L.CH.USP. 1976. (Dissertação de Mestrado) – Mimeografia.

Automasia
Município de Alameda
Rua ... 200-000



FUNDAÇÃO SINHÁ JUNQUEIRA